UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

GISELA MARIA DO VAL

**Um terremoto, uma biblioteca, um jornal:
a emergência de uma nova ordem social pelos impressos
lusó-brasileiros nos séculos XVIII e XIX**

São Paulo
2016

GISELA MARIA DO VAL

**Um terremoto, uma biblioteca, um jornal:
a emergência de uma nova ordem social pelos impressos
luso-brasileiros nos séculos XVIII e XIX**

Tese apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Julio Groppa Aquino

São Paulo
2016

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

37 Val, Gisela Maria do
V135u Um terremoto, uma biblioteca, um jornal: a emergência de uma nova
ordem social pelos impressos luso-brasileiros nos séculos XVIII e XIX / Gisela Maria do Val ; orientação Julio Groppa Aquino. São Paulo: s.n., 2016.
170 p.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação.
Área de Concentração: Didática, Teorias de Ensino e Práticas Escolares) - -
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Educação (Portugal) (Brasil) 2. Arquivos (Portugal) (Brasil)
3. População (Portugal) (Brasil) 4. Impressos (Portugal) (Brasil) 5. Foucault, Michel, 1926-1984 I. Aquino, Julio Groppa, orient.

Nome VAL, Gisela Maria do

Título: Um terremoto, uma biblioteca, um jornal: a emergência de uma nova ordem social pelos impressos luso-brasileiros nos séculos XVIII e XIX

Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Julio Groppa Aquino

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Na região do rio Douro, em Portugal, *vintage* é a denominação que se dá a um ano perfeito na produção de vinho do Porto. Para tanto, as estações devem ocorrer de modo a garantir o desenvolvimento exato e a maturação ideal da uva: o inverno deve ser chuvoso; a primavera, quente e seca; o verão e o outono, amenos. Se as condições climáticas precisam atender a rigorosas determinações, também a colheita e as etapas da produção devem ser realizadas no tempo preciso e de acordo com parâmetros bastante específicos. Os anos *vintage*, portanto, são raros. Somente após o término das vindimas e da vinificação é possível saber que a produção daquele ano foi perfeita.

Vintage talvez seja uma boa definição para minha experiência na pós-graduação. Diferentemente da confecção do vinho do Porto, porém, aqui não é o produto final que merece o selo de especial, mas sim seu percurso e seu entorno, que transformaram o que poderia ser uma experiência solitária e penosa em um encontro belo e absolutamente improvável com pessoas, seus gestos e seus pensamentos. Uma experiência ímpar que abriu caminho a um novo modo de existir e de habitar a vida – nem pior, nem melhor que outros tantos, mas certamente diferente do que eu até então conhecia.

Repito agora, por isso, o que escrevi em minha dissertação de mestrado, há cinco anos: o uso da primeira pessoa do plural nesta tese não é nem formalidade acadêmica, tampouco uma estratégia de exaltação majestática. É apenas a simples e sincera constatação de que as páginas que se seguem jamais teriam sido pensadas e escritas sem a diuturna companhia das pessoas aqui citadas.

Gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Banco Santander os respectivos auxílios que possibilitaram meu estágio de pesquisa na Universidade de Lisboa.

À minha mãe Gisella, às minhas irmãs Maria Augusta e Maria Isabel, e aos meus sobrinhos João e Gabriel, agradeço a paciência e a compreensão diante das minhas ausências. Dedico especial e profunda gratidão ao meu pai, Amaro, que não pôde presenciar esta etapa da minha vida, mas que sempre foi um entusiasta do percurso acadêmico que escolhi.

Às professoras Cintya Ribeiro e Fabiana Jardim, agradeço a prontidão e a generosidade com meu relatório de qualificação, bem como as preciosas contribuições.

Ao professor Jorge Ramos do Ó, agradeço a acolhida em seu grupo de estudos em Lisboa. As leituras e discussões ali realizadas ofereceram elementos cruciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Às amigas que conservo desde a graduação, Eliane, Ana Clara, Christiane e Fernanda, agradeço a companhia, as risadas, as conversas e os encontros, que só reafirmam nossa amizade. À querida Daniele, que conheci na pós-graduação, agradeço a instigante companhia.

À Crislei, que foi, de maneira única, companheira de metas, prazos e períodos de escrita – angustiantes e produtivos –, agradeço os muitos sorrisos e a diversão sempre presente. Sem ela, os dias seriam mais chuvosos, os fantasmas seriam mais contundentes e os entardeceres seriam bem menos radiosos. Além da sua presença essencial, apresentou-me, já na etapa final da escrita, o Thiago, a quem agradeço a companhia e as boas vibrações, que suavizaram uma fase lajeada de aflições e inseguranças.

Foi sobretudo no grupo de orientação que encontrei belas e etéreas almas. Um grupo movido por pensamentos vibrantes e também por gestos, muitos gestos: leituras, debates, críticas, amizade intelectual. Aos integrantes mais recentes e que já se tornaram cúmplices, Fernando, Juliana, Luiz Paulo, Sidmar, Ana Paula, Caio, Adriana e Taís, agradeço a consideração e o apreço com que trataram meus vacilantes escritos, bem como a presença nas várias comemorações em que celebrávamos simplesmente os bons encontros. Ao Darian, agradeço sua contribuição a esta tese, sua prontidão e sua companhia nas tardes quase silenciosas de estudos.

Aos meus queridos Marcelo, Guilherme e Flavio, agradeço todos os anos de parceria forte, intensa e bela, tanto nos percalços da pesquisa, quanto nas viagens, nas festas e nos bares, quando a vida existiu de forma mais suave e terna.

À Sandy, agradeço sua companhia esfuziante, sua alegria e sua eterna certeza de que tudo, de um modo ou de outro, acabaria bem.

Ao Silas, agradeço a leveza e a graça que ventanejaram meu tempo de pesquisa e de escrita. Também os cuidados, as gentilezas e o jeito único de transformar minhas

repetitivas angústias em quase nada e meus constantes dramas em contingências astrológicas. Sem a brisa proporcionada por sua presença, os dias e as noites seriam bem mais opressores.

Ao Fábio, sempre presente e quase sempre longe, agradeço a eterna crença na minha capacidade, uma confiança tão forte que por vezes quase me convenceu.

Esta tese foi escrita por muitas mãos e pensada por várias cabeças. Porém, uma pessoa em especial merece mais que o crédito pela incansável colaboração, pelo trabalho diligente com o texto e pela correção dos meus constantes e numerosos erros. Agradeço à Elisa para muito além do seu minucioso e irrepreensível trabalho com as palavras que compõem esta tese e tantos outros textos. A ela rendo minha gratidão pela generosidade, por todo o cuidado, pela constante gentileza e pela imprescindível companhia, que trouxe leveza e graça no início, no meio e no final desta jornada. Agradeço a companhia, as risadas, a paciência, as ideias, a escuta, o carinho e as falas sempre certeiras e apaziguadoras.

Chegando ao fulcro destes agradecimentos certamente incompletos, agradeço, por fim, à pessoa mais importante de toda esta minha aventura: meu orientador. Neste tempo de convivência que agora se mostra curto demais, foi o Julio, com sua paciência e sua generosidade desmedidas, quem transformou uma titubeante aluna da Pedagogia em uma pesquisadora encantada pelos arquivos do mundo. Foi ele quem me mostrou o caminho das pedras e quem me ajudou a caminhar sobre elas. Com sua escuta atenta, sua leitura arguta, suas discussões e suas intervenções sagazes, ele me concedeu o privilégio de conviver com um estudioso dono de uma potência quase inimaginável por mim. Foi também ele quem me proporcionou – e, ao mesmo tempo, fez-me entender – uma experiência *vintage*, acompanhando-me em invernos chuvosos, primaveras secas, outonos amenos e verões cálidos. Quisera eu agora poder oferecer mais que linhas imperfeitas e ordinárias, exatamente como tantas outras que lhe enviei. Agradeço-lhe, enfim, por me ensinar, nas palavras de Orides Fontela, que *é melhor saber que não saber, sofrer que não sofrer, desfazer que tecer*.

RESUMO

VAL, Gisela Maria do. **Um terremoto, uma biblioteca, um jornal:** a emergência de uma nova ordem social pelos impressos luso-brasileiros nos séculos XVIII e XIX. 170f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2016

Ancorada em um horizonte teórico-metodológico propiciado pela noção de arquivo, tanto no sentido a ela atribuído por Arlette Farge, quanto naquele desenvolvido ao longo da trajetória de Michel Foucault, a presente investigação devota-se a descrever e analisar a emergência de uma nova ordem social nos séculos XVIII e XIX, primeiramente em Portugal e depois no Brasil, consubstanciada nos impressos em circulação no período. Seguindo um percurso que se inicia no terremoto de Lisboa em 1755, retroage à criação da Biblioteca Real de Portugal e atinge seu termo com a estada da Corte portuguesa no Brasil e o concomitante estabelecimento da *Gazeta do Rio de Janeiro*, três frentes narrativas foram constituídas. Por meio delas, especulou-se sobre a ideia nascente de população como um dos elementos centrais da gestão política das vidas, doravante organizada em termos da educação dos súditos. Focalizando inicialmente a referida Biblioteca, instituição destinada à guarda de saberes e à educação dos príncipes e nobres, o estudo em seguida debruçou-se sobre o jornal carioca, tomando-o como um operador da disseminação de enunciados educativos em uma escala bem mais abrangente do que a da Biblioteca. Enquanto esta representava os desígnios do soberano para a fruição de poucos, aquele propiciou a dispersão dos propósitos gestionários do Estado para muitos, franqueando o alastramento de imagens de si e do mundo em consonância com os ditames ético-políticos da época. As conclusões do estudo apontam para o fato de que os impressos, tanto aqueles guardados na Biblioteca Real quanto os que circulavam na *Gazeta*, teriam produzido certa racionalização do presente – cujos ecos não cessam de chegar até nós – por meio da criação de pertencimentos, da elaboração de normalidades e da propagação de determinadas condutas, atando os sujeitos a um lugar, a um passado e a um conjunto de valores. Tratou-se, pois, da efetividade das artes pedagógicas de governar e da produção de uma economia de ordenamento populacional por intermédio de práticas simultâneas de informação e educação, as quais alimentaram as engrenagens de um processo constante e disseminado de correção e aperfeiçoamento dos modos de existir.

Palavras-chave: *Gazeta do Rio de Janeiro*; arquivo; informação; população; educação; Michel Foucault.

ABSTRACT

VAL, Gisela Maria do. **An earthquake, a library, a newspaper: the emergence of a new social order by the Portuguese-Brazilian printed material in the eighteenth and nineteenth centuries.** 170f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2016

Anchored in a theoretical and methodological horizon provided by the archive notion, both in the sense attributed to it by Arlette Farge, as well as that developed along Michel Foucault's trajectory, this research describes and analyzes the emergence of a new social order in the eighteenth and nineteenth centuries, first in Portugal and then in Brazil, based on the printed material in circulation during that period. Following a path that begins in the Lisbon earthquake of 1755, and retreats to the creation of the Royal Library of Portugal and reaches an end with the establishment of the Portuguese Court in Brazil and the concomitant founding of the local newspaper, *Gazeta do Rio de Janeiro*, three narrative fronts were constituted. Through them, the novel idea of population as one of the central elements of the management policy of lives, now organized in terms of the education of the subjects, was elaborated. Initially focusing on the said Library, an institution dedicated to the safekeeping of knowledge and the education of princes and nobles, the study then centered on the Rio newspaper, understanding it to be an operator of the dissemination of educational enunciations on a scale which is much more comprehensive than that of the Library. While the latter represented the endeavor of the sovereign for the benefit of a few, the former led to the dispersion of the managerial purposes of the State for many, providing the spread of images of a world and a self in line with the emerging ethical-political boundaries of the time. The conclusions of this study point to the fact that the printed material, both those kept in the Royal Library as well as those circulating in the gazette, would have produced some rationalization of that time – whose echoes have not ceased to reach us – through the creation of belongings, the elaboration of a normality and the spread of certain conducts, binding the people to a place, a past and a set of values. It has dealt with, therefore, the effectiveness of pedagogical arts of governing and the production of a population rearrangement through concurrent practices of information and education, which fueled the gears of a constant and widespread process of correction and improvement of the ways of existing.

Keywords: *Gazeta do Rio de Janeiro*; archive; information; population; education; Michel Foucault.

SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO	10
II. UM TERREMOTO	29
III. UMA BIBLIOTECA	72
IV. UM JORNAL	108
V. CONCLUSÃO	149
REFERÊNCIAS.....	157

I. APRESENTAÇÃO

Queríamos pensar a educação como uma estratégia produtora de tecnologias de governo, como um dos procedimentos que se dedicam ao cotidiano da população, podendo reger as condutas tanto no sentido ético, quanto no político. Queríamos pesquisar para além da seara escolar, focalizando certa *pedagogização da vida* (AQUINO, 2012) exercida por práticas sociais de caráter educacionalizante e concernentes a um governo das condutas de tipo pedagógico. Queríamos analisar séries documentais de longa extensão temporal, utilizando a perspectiva foucaultiana como aporte teórico e como gesto procedimental. Queríamos inventariar os dizeres impressos nas páginas dos jornais brasileiros do início do século XIX, com a intenção de perscrutar os assuntos ali abordados, fossem eles econômicos, políticos ou culturais. Queríamos dar vazão à inquietude surgida perante a vastidão de avaliações e prescrições sobre educação escolar propagadas por um jornal no fim do século XX e no início do século XXI (VAL; AQUINO, 2012), operando segundo uma profusão de enunciados com vistas à disseminação de modos adequados de vida, sempre e indubitavelmente regidos por especialistas. Queríamos investigar quando havia se dado a emergência desse tema e como ele foi personificado na aurora do jornalismo brasileiro.

O chamado de tantos quererres levou-nos aos arquivos. A leitura detalhada de cada uma das páginas do primeiro jornal brasileiro, inaugurado com a chegada da Família Real portuguesa à Colônia sul-americana, trouxe, para além do pasmo diante de um passado marcado, ao mesmo tempo, por singularidades e por discursos que ainda hoje são os nossos, a vontade de saber por que foi necessário utilizar um jornal para fazer circular tantos enunciados corriqueiros que suplantavam a publicação dos poucos decretos oficiais, motivo pelo qual o veículo de informação foi fundado. Refinando um pouco mais a questão: por que tantos dizeres veiculando maneiras de ser e hábitos apreciáveis aos moradores da cidade? Por que a conduta dos moradores havia se transformado em campo de interesse e de forja de racionalidades? Desses questionamentos adveio a hipótese de que, naquele momento, naquela cidade cujos costumes e espaços se transformavam, emergiu no Brasil a ideia de população como um problema de Estado.

Alimentando um pouco mais a curiosidade que o tema nos suscitou, passamos a enveredar por outros textos que tratavam da transladação da Corte – e das várias vezes em que tal ideia surgira anteriormente –, bem como da instalação da primeira editora na mais produtiva possessão ultramarina portuguesa. Foi então que se iniciaram as leituras sobre o terremoto de 1755, uma das ocasiões em que se aconselhou a um rei português a implantação da capital do Reino no Brasil.

O exame de textos sobre o terremoto e de diversos impressos que circularam à época do desastre garantiu estofo para encorpar a hipótese geral da pesquisa: entrava em cena a incorporação das necessidades dos habitantes pelos cálculos de gestão do Estado. Encontramos, ainda, muitas referências à Biblioteca Real, que foi totalmente destruída no cataclismo e imediatamente reconstruída em seguida.

Intensificando as leituras, deparamos com uma biblioteca criada para a educação dos príncipes. Diferentemente do jornal, que trouxe a mobilidade e a disseminação de hábitos e conhecimentos, o acervo da Biblioteca deveria guardar os saberes para poucos. Assim surgiram novos questionamentos: que emergências ali despontaram e como foram arquitetados os sistemas de veridicção que sustentaram modos específicos de existência?

Nosso interesse, então, repartiu-se em três frentes: um terremoto, uma biblioteca e um jornal. Importava-nos analisar como, por meio dos impressos e segundo uma ação categoricamente pedagógica, configurou-se a emergência de uma ordem social que trazia como problema os habitantes, com seus quereres, suas condutas e seu cotidiano.

O terremoto operou como um corte no interior dessa problematização, pois se tratou de um fenômeno que levou a uma momentânea não governança dos súditos e, por conseguinte, a um reposicionamento de gestão. Daí teriam se espraído estratégias educativas para lograr administrar aquele conjunto de habitantes não mais com uma massa informe, mas como algo passível de ser mensurado e descrito, ou seja, como um problema de gestão política.

O evento de 1755 divide a tese em duas partes subsequentes. Em um primeiro momento, analisamos o surgimento de uma biblioteca que teve por mote de fundação certa ideia de educação, utilizando-se de impressos com o intuito de ensinar os nobres a bem governar a si mesmos para melhor governar os outros. Tal instituição consolidou-se como um espaço de produção de memória e de conhecimento. Seu funcionamento

estava em consonância com as forças que compunham a monarquia portuguesa, cujas preocupações residiam na preservação do corpo do Rei, das fronteiras territoriais e dos súditos como uma massa produtora de riquezas.

Em um segundo momento, debruçamo-nos sobre a emergência da ideia de população que se inaugurou no pós-terremoto, atravessando o Atlântico e aportando em uma pequena cidade do Novo Mundo, onde se instaurou um veemente confronto entre a novidade que chegava pelas naus portuguesas e o cotidiano das vielas e casas da cidade. Tal embate ofereceu mais do que uma remodelação de ruas e costumes: trouxe para a Colônia a preocupação com os habitantes, que deixavam de figurar apenas como um elemento da força produtiva e passavam a ser protagonistas da invenção, em moldes europeus, de outra cidade e de uma nova maneira de viver, advento que teve como coadjuvante o primeiro jornal brasileiro, em cujas páginas circularam as legitimações de tais padrões.

No que concerne tanto à biblioteca quanto ao jornal, tratou-se de analisar uma singularidade, qual seja, a emergência de uma maneira de conduzir e educar as condutas baseada em uma preocupação política específica: no caso da biblioteca, os nobres; no do jornal, a população. Tal emergência deita suas raízes, a nosso ver, no corte que o terremoto provocou, cindindo a compreensão da existência em dois tempos: um antes e um depois. Naquelas circunstâncias, os impressos passaram a ser instrumento central e a operar uma educação diuturna, fosse por meio da instituição da Biblioteca como uma espécie de templo dos saberes tradicionais, fosse, de modo mais abrangente, via a circulação do jornal.

Ademais, as convocações feitas tanto aos sobreviventes de um dos mais catastróficos terremotos europeus, quanto aos moradores da vila colonial elevada a Corte de um império, despontaram como um manancial de enunciados baseados em fatores como memória, nacionalidade e pertencimento, os quais, segundo analisamos, passaram a constituir o quadro de referências de um novo projeto sociopolítico. Enfim, pode-se aí sentir os ventos iniciais de um movimento que estabeleceu outra maneira de governar, inventando, incitando e regulando determinadas condutas, bem como configurando laços indissociáveis entre comunicação e educação por meio das letras dos impressos.

Assim, esta tese é produto de uma longa e desafiante imersão em textos antigos, em passados distantes, em desastres, em júbilos, em acasos. Foi a partir do que eles narraram que a estrutura da pesquisa se delineou e que nossas problematizações foram paulatinamente sendo lapidadas, sempre atravessadas por um olhar teórico amparado no pensamento de Michel Foucault.

A construção do arquivo foi a etapa principal do trabalho. Mais do que um mero elemento da tese, o arquivo ocupou papel central no exercício analítico, pois de sua constituição dependeram, obrigatoriamente, a consistência e a densidade da investigação. Desse modo, o presente trabalho ancora-se no horizonte teórico em torno da noção de arquivo, esta tomada tanto na acepção utilizada pela pesquisadora francesa Arlette Farge, quanto no tratamento a ela endereçado por Foucault. Tal maleabilidade conceitual está delineada nas aventuras de dois personagens literários de Gustave Flaubert: Bouvard e Pécuchet, já mencionados por vários estudiosos, entre eles, Durval Muniz Albuquerque Junior (2007) e a própria Farge (2011).

O romance inacabado que leva o nome dos dois personagens narra a história de uma dupla de funcionários públicos parisienses, que se tornam amigos por obra do acaso. Após completarem 50 anos de idade e em virtude de uma herança inesperada, decidem aposentar-se e arriscar uma nova vida. Vão para o campo, compram uma propriedade e nela começam a trabalhar, com a ajuda de livros sobre agricultura. O empreendimento fracassa e vários outros o sucedem, nos quais os dois senhores exploram diversas áreas do conhecimento – química, medicina, história, geologia, política, literatura e educação –, sendo que em todas elas se repetem o *modus operandi* e o fracasso. Iniciam, enfim, a busca por uma totalidade enciclopédica, na intenção de acumular tudo, transformando a casa em um museu.

Bouvard e Pécuchet lotam suas dependências de objetos recolhidos em todos os cantos possíveis; objetos que trazem consigo perguntas sobre a história das coisas. As marcas, os discursos e os monumentos de outrora não oferecem, em si mesmos, nenhum sentido: “o passado não era o documento, nem os vestígios por ele deixados” (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 54). A compreensão da trama em que estavam envolvidos só era possível por meio de um saber, de um olhar previamente adquirido. Aqueles objetos, portanto, constituiriam uma memória conquanto houvesse um nexo que os descrevesse.

A seleção dos arquivos efetuada pelos personagens de Flaubert consegue reunir as principais acepções que serão utilizadas nesta investigação para se referir ao arquivo. Ele aqui será tratado como o conjunto de regras, condições, funcionamentos e efeitos daquilo que é dito (FOUCAULT, 2014b, e como marca de existências, a “descrição do irrisório e do trágico” (FARGE, 2009, p. 14).

Para Foucault, o arquivo *é* e o arquivo *faz*, como bem explicou em uma entrevista de 1969:

Por arquivo, entendo o conjunto de discursos efetivamente pronunciados: e esse conjunto é considerado não somente como um conjunto de acontecimentos que teriam ocorrido uma vez por todas e que permaneceriam em suspenso, nos limbos ou no purgatório da história, mas também como um conjunto que continua a funcionar, a se transformar através da história, possibilitando o surgimento de outros discursos. (FOUCAULT, 2008b, p. 145)

Mais do que a soma dos textos conservados por uma cultura como documentos do passado, testemunhos de uma história, conjuntos de traços que, de algum modo, sobreviveram ao tempo, entesourados pelas instituições que registram e conservam aquilo que se quer guardar às gerações vindouras, o arquivo, para o pensador francês, pode ser descrito em níveis que constantemente se imbricam.

Nas palavras do próprio Foucault (2008a, p. 149), o arquivo é, antes de mais nada, a “lei do que pode ser dito”, um sistema que rege, em dada época e para determinada sociedade, os limites do dizível, da memória, do que deve ser conservado, instaurando um movimento de apropriação e reativação dos discursos. Nesse sentido, o arquivo caracteriza-se fundamentalmente pela produtividade.

Ainda para o pensador francês, o princípio organizador do arquivo – os meios de circulação, de difusão, de uso e de reprodução, aquilo que ele possibilita e o quanto ele tolhe – transporta-o para um âmbito que excede por completo a massa documental desde que “o século XIX inventou a conservação documental absoluta: criou arquivos e a biblioteca, um fundo de linguagem estagnante que só existe para ser redescoberto por si mesmo no seu ser bruto” (FOUCAULT, 2011b, p. 187).

Pode-se dizer, enfim, que a sistematização textual, em sua própria enunciabilidade, define o arquivo. Tal sistema de enunciados não é a soma de todos os textos, mas aquilo que faz com que tantas coisas ditas não tenham surgido apenas

segundo as leis do pensamento ou segundo o jogo das circunstâncias. Antes, elas perduram graças a todo um jogo de relações e de regularidades específicas que caracterizam particularmente o nível discursivo. Trata-se aí do próprio sistema de discursividade.

Para Foucault, a análise dos discursos encontrados e selecionados no arquivo implica três princípios: o tratamento do discurso não como tema que o reanimaria, mas como um gesto de descrever sua disposição própria; a procura não das leis de construção do discurso, mas de suas condições de existência, ou seja, não do espírito que lá habitaria, mas do campo prático no qual ele se desdobra; enfim, o tratamento do arquivo de modo que se possa fazer uma história das práticas discursivas a partir das relações específicas em que elas se articulam a outras práticas.

Procedendo dessa maneira, vislumbra-se o arquivo em uma dimensão relativa à construção, à constituição, à composição. Por um lado, ele é

[...] a massa das coisas ditas em uma cultura, conservadas, valorizadas, reutilizadas, repetidas e transformadas. Em resumo, toda essa massa verbal que foi fabricada pelos homens, investida em suas técnicas e suas instituições, e que é tecida com sua existência e sua história. (FOUCAULT, 2014b, p. 52)

Por outro, ele também é a derivação da leitura dos materiais, atravessada por uma problematização que define a composição de um *corpus* próprio correspondente a indagações específicas. Um mesmo arquivo pode, portanto, possibilitar várias outras formulações, dependendo das disposições e das grades de leitura do pesquisador.

A história produzida por meio de tais procedimentos diferencia-se das abordagens que tratam o documento como um texto portador de uma verdade essencial, a ser decifrada e revelada. No momento em que a leitura do arquivo conforma-se por esse gesto de desnaturalização de supostas verdades latentes, ele começa a produzir ruídos, de modo que o percurso analítico necessita de companhias que compartilham da mesma intenção para com a massa documental.

Compor um arquivo é efetuar um gesto arqueológico sob um olhar genealógico, que “mostra os lugares de confronto a partir dos quais o nosso presente foi urdido” (LEITE, 2011, p. 99). Em tal gesto, é necessário estabelecer diálogos entre fontes diversas, a fim de que se possa evidenciar relações, desenhar aparições em

determinados momentos históricos, demarcar as discontinuidades e regularidades, destacar aquilo que no presente não pode sequer ser pensado devido à sua brutal naturalização. Trata-se, enfim, de exhibir a arbitrariedade das certezas, sempre tendo em vista que o “arquivo não diz a verdade, mas ele diz da verdade” (FARGE, 2009, p. 35).

Arlette Farge, uma advogada que, por desinteresse, abandonou as questões jurídicas e dedicou-se à história, escreveu em seu primeiro trabalho historiográfico um estudo sobre criminalidade, sob a orientação de Robert Mandrou. Quase uma forasteira no meio da historiografia francesa contemporânea, a pesquisadora tem seu nome e seu trabalho indissociados dos arquivos da Biblioteca do Arsenal, em Paris. Trata-se de uma identificação ímpar, pois Farge não tem seu reconhecimento atrelado a uma escola, como é usual no meio acadêmico francês, mas sim a um arquivo específico. Foi de suas pesquisas naquele acervo que floresceu o encontro com Foucault e um inusitado livro de autoria conjunta, *Le désordre des familles*, proveniente da pesquisa de um filósofo e de uma historiadora preocupados em publicar documentos do século XVIII que descreviam procedimentos policiais referentes a anônimos desafortunados.

Para Farge (2009, p. 14), o arquivo é o território fundamental do mundo das narrativas historiográficas: é “uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado”. Insinuar-se nesse campo seria talvez o passo primordial para a desconstrução de saberes, pois tal imersão desarmaria as certezas garantidas pela ciência. Não se trata de um encontro com papéis inertes da história, mas com o pensamento aí circulante como uma potência ativa: “o que se vê são elementos da realidade que por sua aparição em determinado momento histórico produzem sentido. É sobre essa aparição que é preciso trabalhar” (p. 36). Não é tranquilo operar dessa maneira. A singularidade de um arquivo pode evidenciar a fragilidade de uma metodologia e desmantelar toda uma tese, pois trabalhamos “entre a paixão de recolhê-lo inteiro, de oferecê-lo integralmente à leitura, de jogar com seu lado espetacular e com seu conteúdo ilimitado, e a razão que exige que ele seja habilmente questionado para adquirir sentido” (p. 21).

Na companhia de Foucault e de Farge, o caminho desta pesquisa torna-se bem pavimentado, porém mais perigoso. O que o distingue é a abordagem do documento, uma relação marcada pela elaboração de uma materialidade documental. Nesse sentido, importa não a preocupação com a verdade, mas sim o estabelecimento de séries, a

definição de modelos e a descrição de relações, pois, como anuncia Foucault (2008f, p. 73), “não estamos mais na verdade, mas na coerência dos discursos”.

Sobre o trabalho do pensador francês, Artières (2014, p. 137) declara que o “ponto de fuga de sua filosofia era, portanto, o arquivo”. Foi nele e por meio dele que Foucault analisou o discurso de determinadas épocas, discurso este por ele definido como um conjunto de enunciados, um emaranhado de escritos sobre fatos e feitos, normas e narrativas que funcionaram em certo período e em certo local e que continuariam a operar e a se transformar no decorrer do tempo, possibilitando o surgimento de outros discursos. Foi por meio de uma descrição que interroga o dito, por ele denominada arqueologia, que Foucault reordenou os acontecimentos (HACKING, 2009).

A fim de operar nessa chave teórico-metodológica, é necessário percorrer o arquivo sem realizar uma interpretação dos textos, sem vasculhar por detrás ou além deles em busca de um sentido escondido, mas com o objetivo de revelar a concretude da superfície dos ditos como enunciados passíveis de serem pronunciados e registrados, mapeando suas conexões estratégicas, suas permanências, suas discontinuidades e seus tempos de duração. Para tanto, é preciso desnaturalizar o documento, entendê-lo como resultado de relações de força; trata-se de fazê-lo falar não o que diz, mas o como diz, conforme propõe Farge (2009). É preciso entender que esses traços se abrem para um entrelaçamento das dinâmicas que subjazem à sua materialização.

A montagem do arquivo requer foco em um problema que direcione o olhar. O substantivo *montagem* talvez pareça inadequado, mas ele define exatamente a operação necessária para a criação de um arquivo: atividade avizinhada à composição de um quebra-cabeças. A constituição de um arquivo inicia-se com muitas leituras e classificações dos ditos, a fim de que se consiga isolar peças-chave e elementos adjacentes, elaborando um mapa dos discursos que foram possíveis e legitimados em uma dada época e em um local específico. A problematização elaborada pelo pesquisador funciona como uma lente que permite destacar alguns enunciados, traçar relações, delinear um *leitmotiv*.

O processo de análise do material oscila entre uma investigação serial e uma acontecimental: a série, como uma somatória de textos de um mesmo tipo documental e referentes a um assunto específico, proporciona uma visão mais ampla das fontes,

devendo seu recorte temporal ser abrangente e capaz de oferecer uma larga escala sequencial; já o acontecimento é pensado não no sentido dos marcos, dos tratados, das batalhas, das revoluções, mas “como uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se amplia e se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada” (FOUCAULT, 2008d, p. 272-273). Enfim, a série fundamenta a superfície em que a investigação ocorrerá, ao passo que o acontecimento embasa os cortes e os desvios necessários ao tratamento dos documentos e à composição do arquivo. Ambos preparam o terreno a partir do qual é possível fazer emergir pontos de ruptura, laços de continuidade, falas singulares etc.

A constituição do arquivo conjuga dois movimentos que devem operar em sincronia: de um lado, o mapeamento e a análise dos traços de uma vasta produção discursiva que, ao longo de uma série, possibilitam a reconstituição de racionalidades responsáveis por definir os limites e as formas de dizibilidade de um momento e de um espaço dados; de outro, o arquivo funciona não como um encontro com os papéis inertes da história, mas como traço de existência do pensamento com uma potência ativa, que mobiliza e produz ressonâncias. Como diz Farge (2005, p. 51), “os arquivos são os instrumentos de inteligência da história”.

Pensar o documento histórico na perspectiva da produção, da separação dos vestígios e da materialidade dos discursos é um procedimento utilizado por Foucault em sua arqueologia para descrever o discurso em sua dispersão e analisar as relações discursivas presentes no arquivo, estabelecendo o tipo de positividade que as caracteriza, enfrentando-as como práticas. Nas palavras do próprio Foucault (2011a, p. 198), “a análise arqueológica é a análise da maneira como se constituem os objetos, como os sujeitos se colocam e como os conceitos se formam”.

Com base na análise arqueológica, Foucault parte em busca da genealogia, denominação nietzschiana que ele utiliza para designar um modo de abordagem da constituição histórica dos objetos, sem remetê-los a um começo solene, a um início fundamental. A abordagem genealógica permite realizar efetivamente uma pesquisa histórica, na qual as noções ligadas ao conceito de origem assumem significados opostos às fundações originais que buscam marcos fundamentais para a comprovação

da exatidão essencial das coisas e a perpetuação imóvel de uma identidade fixa no tempo e no espaço.

Na genealogia, abandona-se a certeza das evoluções lineares, que vê as coisas como se guardassem em seu começo uma verdade única e pura. Por meio dela é possível contemplar os acasos e as intempéries das construções históricas.

Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde elas desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram. (FOUCAULT, 2008d, p. 260)

A genealogia busca a configuração das positivities dos saberes a partir das condições de possibilidade externas a eles próprios, ou seja, considera-os como elementos de natureza essencialmente estratégica. Procura a explicação dos fatores que interferem em sua emergência e em sua adequação ao campo discursivo, defendendo sua existência como relações de poder (MACHADO, 2006). Assim, ela é uma atividade de investigação árdua que busca indícios nos fatos desconsiderados, desvalorizados e mesmo apagados. *Grosso modo*, a genealogia é uma maneira de escrever a história da verdade, vinculada que é aos jogos de verificação/subjetivação inerentes às práticas.

Nas palavras de Foucault (2005, p. 16), “a arqueologia seria o método próprio de análise das discursividade locais, e a genealogia a tática que faz intervir, a partir dessas discursividade locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí desprendem”. De fato, a arqueologia e a genealogia são dois gestos analíticos complementares e inseparáveis: de um lado, a descrição e a análise das práticas discursivas; de outro, os procedimentos que dão sustentação à análise da proveniência e da emergência, à investigação histórica das manifestações, das tecnologias e das estratégias de poder em suas relações com o saber. Em suma, trata-se de oferecer chaves de análise da história das formas e condições políticas em que as práticas foram produzidas e difundidas.

Em nossa pesquisa, partimos desse olhar genealógico, fazendo-o operar sobretudo nas delimitações das “pequenas verdades inaparentes” (FOUCAULT, 2008d, p. 260), com o cuidado de escutar as fontes historiográficas não para procurar seus

segredos ocultos e essenciais, mas justamente para contornar certezas que foram “construídas peças por peças, a partir de figuras que lhes eram estranhas (p. 262); para deflagrar verdades que nasceram do acaso e evidenciar sua ligação imanente com os discursos que as propagaram, que as legitimaram ou que as falsearam. Desse modo, começamos a questionar nosso presente distanciando-nos dele para perguntar se aquilo que nos é dado a experimentar como obrigatório não resultaria da naturalização de um acaso, da luta sangrenta, do disparate.

Ao perguntar pela experiência da verdade, procuramos evitar que a questão seja conduzida a uma definição da verdade recôndita de tempos passados. Assim, narramos a experiência ocorrida no embate e na vivência de certezas passageiras, tendo em vista o modo como ela se constituiu e foi disseminada historicamente.

Não se trata de retornar a um hipotético princípio, mas de colocar-se em meio aos jogos de verdade que subsistiram nas páginas preservadas dos arquivos. Só se ascende a essas práticas, aos modos de agir e de pensar, por meio dos discursos remanescentes de uma época. Assim, podemos pensar a natureza relacional dos nexos das relações de poder que, naquele tempo, produziram as racionalidades operantes e fundamentaram uma nova experiência de verdade.

É possível dizer, de modo sucinto, que a experiência da verdade é referente às coisas que são vividas como verdadeiras por um conjunto de pessoas em determinado momento; às evidências, ou seja, às relações de familiaridade que compuseram os horizontes das certezas que, por serem consideradas verdadeiras, eram silenciosamente loquazes; aos dizeres cotidianos que foram compartilhados e que, por se constituírem como evidentes, foram ditos e reditos para esconjurar outros.

Não é o caso de questionar nem as verdades vigentes da época, nem a legitimidade desses discursos. Ao contrário, eles são a base a partir da qual problematizaremos um rol de enunciados e convicções que, em alguns casos, perduram até os dias de hoje. Eles são a poeira assentada do tempo: com o passar dos anos, deixaram contornos marcados conforme foram se acomodando sobre os objetos, concedendo a eles uma camada de micropartículas que os recobre e delimita. A existência de tais objetos, portanto, deixa marcas na superfície da história; marcas possíveis de se ver mesmo quando os objetos não estão mais lá.

Trata-se, ainda, de sustentar um olhar que permita discernir de que modo esses discursos se abrem num campo de experiência em que sujeitos se constituíram, experimentaram-se, cobraram a si e aos outros determinadas ações e crenças; em que trabalharam, almoçaram e jantaram, dormiram e despertaram – enfim, em que permaneceram.

Ao analisar os eventos a partir dos quais as concepções aceitas como verdadeiras foram problematizadas, ou seja, os momentos em que algo se tornou um problema digno de ser pensado, apercebemo-nos de que a constituição de novas formas de pensar é precedida por um vácuo.

Qualquer deslocamento das relações tidas como verdadeiras necessita de um período de elucidação dos novos ditames, seja por meio de campanhas, da produção de livros, da circulação de impressos ou de outros expedientes. Simultaneamente à sua disseminação, ocorre a legitimação, por meio de saberes que comprovam as novas verdades, relegando as antigas ao papel de dizeres retrógrados, ultrapassados, obscuros ou temerários. Assim, se as ruas do Rio de Janeiro eram simplesmente vias de passagem antes da chegada da Corte, com a nova ordem tornaram-se lugares perigosos e insalubres. Não estamos nem falseando, nem corroborando as verdades que surgem e definham, ditando os hábitos e as condutas das pessoas nesse ínterim, mas somente constatando que elas são tão decisivas quanto passageiras.

Desse modo, após uma ruptura ou uma inversão da ordem vigente, há toda uma construção discursiva que ajuda a lograr os novos regimes de verdade. Isso não significa que os antigos consensos cessam de vigorar; eles continuam atuando, mesmo que em caráter negativo, ou seja, sustentando o falso para legitimar o verdadeiro.

Ao nos debruçarmos sobre uma ínfima parte dessa massa discursiva que povoou as três frentes escolhidas – o terremoto, a biblioteca e o jornal –, intentamos mapear como se deram esses deslocamentos e como, em tal cenário, as necessidades dos habitantes transformaram-se em um problema de Estado, levando à emergência da ideia de população como uma instância a ser observada, mensurada e classificada de modo que sobre ela pudessem incidir práticas de condução, contenção e coerção. Além disso, procuramos tensionar as constituições da verdade a reboque de um tipo de reflexão deliberadamente livre dos vínculos que a atualidade comporta. O resultado é uma

análise ambientada em tempos remotos, quase tão distantes quanto a lembrança que temos deles.

Assim, apresentamos o texto em três tempos narrativos. No primeiro, o destaque reside em um acontecimento de grandes proporções: o terremoto de Lisboa no ano de 1755. As fontes usadas nesse capítulo são entremeadas de depoimentos e de excertos de textos escritos à época do desastre ou um pouco depois. Somam-se a eles algumas considerações de historiadores portugueses e brasileiros que se empenharam em estudar o cataclismo que destruiu a capital portuguesa. É justamente desse ponto – a destruição de uma cidade – que parte nossa análise.

O terremoto levou o caos a Lisboa e uma profunda instabilidade àqueles que ali sobreviveram. Diante da tragédia, a cena política foi assumida por dois protagonistas, ocasionando uma enorme tensão entre o marquês de Pombal e Gabriel Malagrida, um padre jesuíta. Ocupando lugares distintos, cada um defendeu uma ideia de ordem social, e o embate entre eles movimentou impressos, providências oficiais, tramas e sermões, envolvendo intrigas, masmorras, suplícios e fogueiras.

Tal disputa permeou a intenção de remodelação da cidade e de reinvenção de um povo, trazendo a uma parte de Lisboa uma arquitetura linear, um saneamento salubre e a tentativa de implementação de hábitos mais disciplinados, mais identificáveis e – exatamente por isso – mais previsíveis. Os habitantes da cidade de Lisboa começaram, assim, a entrar nos cálculos do poder.

Para entender como circularam essas ideias, utilizamos documentos de autoria dos protagonistas da cena: do Marquês, *Memórias secretíssimas do marquês de Pombal e outros escritos*, compilação de decretos, bilhetes e discursos editados pelo próprio ao final de sua vida; do padre Malagrida, *Juízo da verdadeira causa do terremoto, que padeceo a corte de Lisboa no primeiro de novembro de 1755*, opúsculo escrito pelo religioso meses depois da tragédia; e, enfim, *Memorias das principaes providencias, que se deraõ no terremoto, que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755*, escrito pelo padre Francisco José Freire dois anos após o desastre, apresentando as providências adotadas à época.

No segundo tempo narrativo, delineamos a vida da Biblioteca Real, instituição que deu origem à Biblioteca Nacional brasileira. Sua história começa com um Rei erudito, atravessa guerras e desaparece no terremoto, para depois ganhar vida nova e

acabar sendo transferida para o Brasil. O tema que atravessa essa saga é a intenção educativa inicial que os impressos guardados na Biblioteca assumiram: uma educação para príncipes e nobres com o intuito de ensiná-los a bem governar a si e aos outros.

A Biblioteca foi sempre reavivada ou lembrada a cada instabilidade ocorrida no Reino. Nela, os impressos ganharam valor e os saberes principiaram a se acumular em suas suntuosas prateleiras; foi nela que certa produção de um passado e de uma memória teve início e que as ciências galgaram novas posições na hierarquia dos conhecimentos; foi ali, portanto, que verdades se produziram, mas que também algumas ficaram reclusas. Eis, em breve resumo, a epopeia de uma instituição que guardou e zelou pelos impressos de modo quase sagrado.

As fontes utilizadas nessa etapa do trabalho incluem desde o primeiro livro manuscrito por um Rei português – o *Livro da montaria*, contendo recomendações aos nobres sobre o bem governar a si –, passando por livros escritos à época sobre a Biblioteca Real e por autores que a ela dedicaram seus estudos, até cartas de um dos funcionários da instituição que veio de Lisboa para o Brasil, acompanhando parte do acervo.

Se o segundo capítulo narra o quinhão sagrado dos impressos, o terceiro relata seu contingente profano. Em um Brasil colonial elevado, por forças do destino, a sede do Reino, inicia-se a circulação de um jornal – a *Gazeta do Rio de Janeiro* – utilizado para bem mais do que a publicação de decretos e avisos oficiais.

Pela primeira vez na Colônia era possível assinar, comprar e ler um periódico autorizado. Tal mudança veio acompanhada de um vendaval de novos costumes e hábitos que varreram a cidade, transformando as paisagens e os habitantes. Foi preciso criar uma Corte europeia nos trópicos, transformando os vassalos que aqui habitavam e os que chegaram em uma população adequada a ela. Os moradores da cidade, com suas demandas e seus comportamentos, entraram no rol das inquietações da Coroa, e a ideia de população mais uma vez despontou como um problema que reclamava cálculos e gestão.

O principal mote desse terceiro eixo narrativo é a análise da circulação dos dizeres ligados ao cotidiano do Rio de Janeiro nos primórdios dos Oitocentos. Ressaltamos o caráter educativo *lato sensu* de tais páginas e procuramos, assim, traçar uma linha que indicasse o modo como, por meio da circulação de ditos comezinhos e

de anúncios dos próprios habitantes, a transferência da Corte decretou um novo e irrevogável modo de vida ao Brasil e aos portugueses que aqui moravam. A respeito dessa porção do arquivo, cabe determo-nos um pouco mais.

Utilizados como fonte histórica, os jornais são considerados elementos de processos políticos que, conforme uma parte significativa dos estudos dedicados a eles, trariam no interior de suas páginas retratos da sociedade de determinada época e determinado local. Ademais, a imprensa é definida por essas pesquisas como um agente disseminador de costumes, atitudes, desejos e regras de conduta, isto é, como formadora de opiniões e artífice de identidades. *Grosso modo*, as abordagens que se dedicam a tal objeto seguem duas linhas majoritárias: na primeira, entende-se a imprensa como um instrumento de ocultação ou distorção da verdade, como portadora de discursos tendenciosos que privilegiariam a ideologia dominante; já na segunda, os jornais não são apontados como manipuladores da verdade, mas como instrumento de propagação de sentidos, ou seja, como uma ferramenta que disseminaria ocorrências, espelhando a imagem de um tempo e relatando processos e conjunturas dificilmente aparentes em documentos oficiais.

Ambas as vertentes partem de uma dicotomia entre a boa e a má imprensa: pelo lado positivo, ela é apontada como instância que exerce a elucidação de fatos e o deslindamento de verdades, atuando, assim, na educação das consciências; pelo lado negativo, desponta um jornalismo que manipula e aliena os leitores, levando-os a acreditar em falsas informações que dissimulam e ocultam verdades. Conforme se vê, o jornalismo, como algo obscuro ou iluminado, aparece sempre atrelado a uma verdade essencial dos fatos e à sua difusão.

Entre as investigações que se debruçam sobre jornais, as narrativas mais numerosas são aquelas que os definem como formadores e/ou materializadores de conjuntos de características que distinguem grupos ou pessoas, individualizando-os em coletividades de gênero, etnia etc., bem como trazendo em suas linhas a sedimentação de tipos específicos de relações com tais identidades.

Além disso, os artigos, as teses e as dissertações dedicados às publicações jornalísticas atêm-se, quase sempre, a objetos específicos de pesquisa, tais como a formação das mulheres (NADAF, 1995), a educação dos negros libertos (FRANÇA, 2006), a constituição da alma (ASSIS; MARTINS, 2012) etc. A imprensa seria, então,

portadora de uma capacidade de influenciar seus leitores, operando uma ascendência sobre suas opiniões e constituindo o que poderia ser chamado de senso comum.

A relação entre jornais e educação encontra no substantivo *representação* a melhor designação para definir as análises da maioria dos trabalhos que investem nesse tema. Nas páginas de tais produções acadêmicas, geralmente se narra de que forma o jornal representa a educação, os professores, os livros didáticos etc. As discussões sobre a imbricação do jornalismo com a educação levantam proposições quase unânimes, a exemplo daquela que classifica a escrita jornalística como legitimadora e produtora de discursos distantes de uma neutralidade necessária, condicionados que estariam a intenções e valores específicos que atuariam como ocasião de controle social, colaborando com as relações de poder vigentes.

Esta tese não pretende valorar nem julgar o papel da imprensa, pois a compreende mais como um modo de difusão e de produção de visibilidades do que como uma matriz de alienação e de ocultamento. A questão das práticas discursivas materializadas pelos jornais parece-nos mais complexa e interessante do que a reflexão sobre um instrumento de suposta manipulação da verdade, o qual seria facilmente desmontável se tal verdade fosse uma articulação exclusiva da imprensa. A matéria a examinar torna-se mais caudalosa quando a abordagem se distancia do terreno linear do verdadeiro/falso e mergulha nos intrincados processos de veridicção, isto é, quando se endereça aos jogos enunciativos responsáveis pela criação de efeitos de verdade.

Apresentada no artigo intitulado *A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX*, a pesquisa de Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke (1998) aproxima-se do recorte temporal e temático do presente estudo. Sua investigação debruça-se sobre a educação do final do período colonial e do decorrer do Império. Tendo investigado o jornal *O Carapuceiro*, por ela destacado como órgão educativo, a autora desenvolve a noção de modalidade informal de educação. Em suas reflexões, aponta tal meio de comunicação como um instrumento educacional que teria se utilizado de um currículo oculto pelo qual disseminou informações, valores, atitudes e ideias, assumido a função de agente cultural. Apesar da proximidade temática e temporal de tal pesquisa com este trabalho, as análises distanciam-se quanto aos aspectos procedimentais e teóricos, pois a reflexão aqui levada a cabo não pretende validar – tampouco refutar – a ideia de conteúdo oculto, mas sim lidar com a

materialidade do dito e do propagado, operando com a superfície dos enunciados produzidos e disseminados pela *Gazeta*.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* somente é citada pela imensa maioria dos trabalhos historiográficos que se debruçam sobre a imprensa brasileira porque é considerada o marco cronológico do início das publicações desse gênero em território nacional e, ao mesmo tempo, é também um dos jornais mais criticados pelos estudiosos da área jornalística.

Alguns autores, como Nelson Werneck Sodré (1998), Carlos Rizzini (1988), Juarez Bahia (1990) e Marialva Barbosa (2010), a partir de uma visão depreciativa, descrevem o periódico como uma folha noticiosa bajuladora que se limitava a relatos oficiais e excertos de jornais estrangeiros; uma fonte de pouca valia para os estudos que se propõem a analisar a atuação do jornal como elemento de modificações ou consolidações de certos ditames sociais. Tais trabalhos não concordam em relação à oficialidade da *Gazeta*: alguns deles tomam-na como oficial e outros não, mas são unânimes em afirmar que sua circulação não representou grande marco informativo no país e que a atuação de seus dizeres foi insignificante, apresentando representações deturpadas da sociedade. Por fim, afirmam que a *Gazeta* não exerceu a esperada função social dos jornais, qual seja, a comunicação de transformações ou solidificações de aspectos sociopolíticos.

Os estudos que se dedicam especificamente à *Gazeta do Rio de Janeiro* são escassos em face dos numerosos estudos que se dedicam ao tema geral do jornalismo. Vale destacar o trabalho de Maria Beatriz Nizza da Silva (1978), que detalhou a *Gazeta* em uma minuciosa descrição, elegendo-a como um precioso documento da vida cotidiana e dos hábitos do Rio de Janeiro daquela época. Já a pesquisa de Tereza Maria Rolo Cardoso (1988) afirmou ser esse jornal um instrumento poderoso para reconstituir o cenário do período joanino, concebendo a imprensa da época como reflexo e agente da transformação histórica do país, além de considerá-la responsável por mudanças no comportamento coletivo. Por sua vez, o estudo de Juliana Gesuelli Meirelles (2008) demonstra como a Corte joanina, por meio do jornal, imprimiu sua marca, promovendo transformações profundas na sociedade brasileira. Enfim, a importância da *Gazeta* salientada em tais trabalhos também comparece em um estudo de José Carlos de Oliveira (1997) sobre a circulação de ideias científicas operada pelo periódico,

evidenciando sua relevância na constituição de uma cultura científica durante a estada da Corte no Brasil.

Conforme se vê, os usos da *Gazeta do Rio de Janeiro* como fonte documental são pautados pelos problemas de pesquisa específicos de cada investigador. Em nosso caso, o interesse concentrou-se na própria materialidade dos dizeres – sem interpretação, tampouco indução. Tendo em vista as problematizações aqui levantadas, tratou-se de atentar ao que foi escrito, oferecido, cobrado e exaltado. Desse modo, remetemo-nos ao periódico a partir de seu papel de receptáculo das vozes do passado, de veículo daquilo que então pôde ser dito.

Por fim, não se trata aqui de descrever uma progressão da civilidade, um acréscimo das maneiras de governar a população, mas sim de narrar as tentativas empregadas para contornar os escapes e os desvios, as variações e a opacidade que nublavam as relações de poder então vigentes, tornando o farfalhar dos súditos um fenômeno cambiante e difícil de ser contido e organizado. Almejamos, assim, transmutar a noção de dominação para uma concepção que comporte a composição de tecnologias de regulação e de autorregulação cambiantes e temporárias. Destarte, pretendemos entender as relações de poder como uma realidade inacabada, operando por entre imperfeições marcadas por ações claudicantes perante os acasos e as rotinas que as permeiam e desestabilizam. Intentamos, enfim, visualizar sua falibilidade.

Partindo da fenda que a catástrofe de 1º de novembro de 1755 abriu entre o passado e o futuro de um Reino, mapeamos as novas técnicas de governança que começaram a ser urdidas para dar conta da vida dos habitantes e, em especial, os usos dos impressos na elaboração da nova ordem social: primeiro, encerrados em uma espécie de templo dos saberes visando à educação de poucos, para depois, em circulação, disseminarem os modos de existir e as realidades a serem vividas. Interrogamos as vozes da época para traçar quais deslocamentos foram determinados pela catástrofe, bem como para determinar quais verdades alcançaram alguma validade e quais se distanciaram e acabaram por ser perder no imenso cemitério de verdades que é o passado (VEYNE, 2011).

Esta tese se constitui de três eixos narrativos que se ocupam de tempos distintos e paralelos, sem compromisso explícito com a linearidade historiográfica. Uma tentativa de simplesmente narrar o que já houve e que, de algum modo, ainda há.

Contar casos, escrever histórias – nem oficiais, tampouco únicas. Narrativas forjadas a partir de um modo de olhar as estrelas no escuro da noite, fabulando enredos, poetizando acasos. Narrativas que cresceram dentro das bibliotecas, em meio a livros há muito escritos, em folhas marcadas pelo contato dos tipos móveis impulsionados pela força da prensa, em páginas que, ao toque dos dedos, mais parecem uma renda, tal é sua superfície coberta de depressões e elevações persistentes ao longo do tempo.

II. UM TERREMOTO

O largo do Terreiro do Paço agrupava muita gente. Acumulavam-se às portas do Palácio da Ribeira, ao lado de padres e soldados, não para se deleitarem com a fresca aragem do Tejo, mas atraídos por alguma curiosidade. Alguns conversavam com os cocheiros das carruagens que ali estacionavam; outros interrogavam avidamente os serviçais, que saíam e entravam atarefados do edifício, com ares graves de quem é senhor de algum segredo importante.

Celeste passou pelos portões do Palácio, desviando-se dos curiosos. Havia saído para comprar cambraia, da mais fina e delicada, e convocar as bordadeiras, pois teria de fazer muitos lenços para Sua Alteza Real Dona Maria Anna. Desde que o Rei fora assistir à missa da Igreja do Patriarcal, seguindo a direção do padre Malagrida, sua saúde piorara muito. Com a morte se esvoaçando sobre o corpo do soberano, muitas lágrimas correriam a face alva da Rainha. O rei D. João V começava a ser chamado pelo Onipotente a ir dar-lhe contas dos atos que praticara na Terra como homem e soberano.

Percorrendo os labirínticos corredores do Palácio, Celeste logo atingiu os aposentos reais. Lá estavam os cardeais – mais distantes do leito do enfermo –, D. Maria Anna de Áustria, seus filhos – D. José, D. Pedro e D. António –, seu cunhado D. Manuel e o médico de seu marido, postado ao lado da cabeceira. A criada chegou no exato momento em que a respiração do Rei tornava-se agonizante. A vela que ele segurava caiu-lhe das mãos, e seu corpo, então, precipitou-se em uma convulsão. A moça tímida de Trás-os-Montes jamais se esqueceria daqueles olhos embaçados fitando cada um dos presentes no quarto. Dos lábios do monarca saíram palavras indecifráveis, e logo depois suas mãos, brancas e frias, repousaram inertes sobre o lençol adamascado, já sem vida. Em pouco tempo, o corpo de Sua Majestade Fidelíssima assumiu a lúgubre rigidez natural dos cadáveres.

Passados dias com sinos a soar, teve início o périplo que se seguia a toda morte dos poderosos. As exéquias reais duraram semanas de intensas homenagens. As pompas fúnebres,

que incluíram sermões, orações, sonetos, poemas, glosas e acrósticos, entre outros rituais, faziam parte do corolário de obséquios próprios a alguém de alta posição.

Após o período de exaltação dos sofrimentos e dos rituais que compunham a facticidade da morte, a Rainha recolheu-se aos seus aposentos, exatamente como deveria proceder uma viúva. Naqueles tempos de dor e solidão, Celeste esteve sempre presente. Certo dia, a Rainha recebeu uma amiga austríaca e muito conversou. Foi a primeira vez que a criada viu um lampejo de sorriso nos lábios de Sua Majestade.

O tempo passou. D. José I já despachava como soberano, mas ainda não havia sido coroado. Celeste voltou a passear pelo Terreiro do Paço. O ar estava mais leve e o Palácio, mais venturoso. António vendia sardinhas assadas para os lados do Rossio, e a moça gostava de conversar com ele sobre o rio, o céu e os ventos de Lisboa. Era um dia quente de agosto, o sol queimava tanto quanto as fogueiras da Inquisição. Aproximando-se do braseiro, que já mostrava os tons avermelhados de sua incandescência, Celeste reparou que seu amigo tinha os olhos fixos no horizonte por detrás dela. Virou-se e encontrou labaredas tão ardentes quanto os carvões do braseiro de António. Um grito denunciou: “O Hospital de Todos os Santos está a arder!”. Logo os sinos das igrejas começaram a retumbar, alertando a cidade da ocorrência de um incêndio, e toda a gente correu para socorrer os enfermos.

As chamas estampavam seu clarão intenso no horizonte, entrecortando a escuridão provocada pelas densas nuvens de fumaça que envolviam o edifício incendiado. Na multidão, alguns ajudavam, outros se apavoravam. Surgiam combalidos, fracos e debilitados. Em meio à enorme confusão de corpos sãos e doentes, Celeste esbarrou em um senhor distinto que, com voz decidida, ordenava ações e repreendia enganos, organizando o resgate de um modo que encantou a criada da Rainha.

Dias mais tarde, em conversa com D. Maria Anna, soube que aquele fidalgo era o secretário de Estado responsável por negócios de guerra e por assuntos estrangeiros. O senhor Carvalho e Melo era esposo daquela amiga austríaca que por vezes visitava a Rainha, e tinha sido indicado por esta ao filho, D. José, como boa companhia no árduo trabalho de um soberano.

Celeste nunca mais viu o secretário. Sua Majestade viveu por mais quatro anos após aquela conversa, e a ex-criada então se mudou do Palácio, vindo a desaparecer no grande terremoto de 1755.

Conta-se que o dia estava claro, de um azul profundo que só o céu de Lisboa parece ter. O sol de outono brilhava, sem nuvens para encobri-lo. Sábado, 1º de novembro de 1755, Dia de Todos os Santos.

Na cidade ainda mal acordada, vagueavam dez mil mariolões¹ sem eira, nem beira. [...] No cais, diante do palácio real onde só estavam os guardas e o pessoal de serviço – a corte partira muito cedo para Belém – os botes do Tejo comprimiam-se ao longo do cais de mármore. [...] Afastadas, as camareiras negras despejavam os recipientes cheios de excrementos e águas sujas, lavavam-nos cantando [...]. Os peixeiros separavam o pescado [...]. As mulheres tinham instalado fogareiros com brasas e assavam sardinhas em cima de placas de metal [...]. As padeiras desembulhavam os pães de milho e casqueiros² cuidadosamente envolvidos em panos [...]. Os moços de fretes³ acocoravam-se para comer, cotizavam-se para o vinho ou para a aguardente [...]. As gaivotas dançavam por sobre o Tejo. Os cabreiros conduziam os seus rebanhos por entre as carruagens. Descarregavam-se lenha e carvão para o Inverno [...]. Caçadores de polainas, espingarda em bandoleira, perdizes e lebres penduradas do cinto, ofereciam caça para o jantar de festa. Os bois de carreto, as vacas leiteiras cuidadosamente açaimadas com bocais para não tasquinharem as hortaliças expostas nas bancadas, espojavam-se nas regueiras⁴ pedregosas, procurando frescura [...]. Os indigentes esperavam a sopa com uma tigela rachada na mão, à porta dos conventos, e franziam os olhos banhados de uma lassidão dourada [...]. Estava um tempo tão agradável que os mendigos se esqueciam de estender a escudela⁵ e coçavam voluptuosamente a sarna, encostados às paredes [...]. Distintas viúvas que haviam sido obrigadas a deixar a liteira para não chegar muito tarde à missa, passavam, com o rosto coberto por véu espesso, um ramo de alecrim na mão, escoltadas pela criada e

¹ Carregadores que levavam recados, entregavam cartas, transportavam encomendas e bagagens. Pairavam nas esquinas e ruas de Lisboa, prontos para aceitar serviços a troco de pagamento (ARCHER, 1941).

² Pão de trigo (Disponível em: <<https://www.priberam.py/DLPO/casqueiro>>. Acesso em: 15 fev. 2016).

³ O mesmo que *mariolões* (ver nota 1).

⁴ Pequenas correntes de água (HOUAISS, 2009, p. 2418).

⁵ Tigela de madeira (HOUAISS, 2009, p. 1212).

precedidas pelo postilhão.⁶ Cavaleiros rompiam à força, puxando o freio dos cavalos que assopravam e abanavam as caudas [...]. Dentro em pouco ia começar a missa das dez horas, a mais demorada, a mais brilhante, com órgãos, e coros [...]. As naves estavam cheias e as pessoas acotovelam-se à entrada das igrejas [...]. Estava na hora. Vibravam todos os sinos. As pombas fugiam, em bando murmurante, tecendo longas faixas no céu [...]. Mas, no momento em que a voz de bronze punha em desordem os ecos das sete colinas, a terra, bruscamente, moveu-se. (CHANTAL, s/d, p. 17-21)

Três elementos principais associaram-se para que o terremoto ocorrido naquele dia tivesse a envergadura de um apocalipse – a terra, a água e o fogo –, produzindo a morte de aproximadamente um terço dos habitantes de Lisboa e a destruição quase total da cidade. Difícil saber o número exato, pois a população lisboeta nunca havia sido recenseada (CHANTAL, s/d). De todo modo, um rasgo brutal naquele presente.

A hecatombe começou pela terra, às nove horas e quarenta e cinco minutos.⁷ Depois de um rugido subterrâneo aterrador, houve um leve tremor, “tão pequeno, que a poucas pessoas atemorizou [...]. Mas depois de hum intervallo de 30 a 40 segundos, o abalo foy tão violento que as casas principiarão a se arruinares”. Enormes fendas abriram-se no chão da cidade, “escureceo-se o dia pela densidade da poeira, e pouco mais de dous minutos durou a cerração, e o tremor. Descançou a terra menos de hum minuto, para de novo confundir tudo” (PEDEGACHE, 1756, p. 3).⁸

Na arrefecida dos sismos, os sobreviventes atônitos – circunscritos pelo entulho que bloqueou as ruas, pelas fendas que cortaram o pavimento, pelo medo que cegou, ensurdeceu e paralisou – vislumbravam uma cidade desabando: casas desmoronadas, edifícios vacilantes, muros amputados. No que antes eram ruas, jaziam amontoados de destroços e corpos esmagados por pedaços de revestimento, telhas soltas, varandas e paredes (DEL PRIORE, 2003).

Mulheres quase nuas, crianças ensanguentadas, velhos cubertos de poeira correndo de huma para outra parte, corpos desfigurados pela morte espalhados em todas as ruas; Religiosos com Cruzes, e Imagens

⁶ Empregado (HOUAISS, 2009, p. 2272).

⁷ Relativamente à hora em que o abalo teve início e ao encadeamento dos fatos, não há rigorosa coincidência entre as testemunhas que escreveram sobre o trágico acontecimento. Por isso, optou-se aqui por apresentar um apanhado geral obtido a partir da análise dos diversos relatos disponíveis.

⁸ Na transcrição das fontes, optou-se por manter fidelidade à grafia e à pontuação da época, tal como aparecem nos documentos originais.

devotas nas mãos excitando o povo atemorizado às lágrimas de huma sincera penitencia. (PEDEGACHE, 1756, p. 4)

O céu, antes tão azul, ficara completamente encoberto, nublando a visão. A paisagem e os sentidos estavam drasticamente modificados. Apesar da densa camada de pó e das passagens bloqueadas pelos escombros, aqueles que conseguiam se locomover escalavam destroços e corpos mortos, agonizantes, provavelmente caminhando sobre vizinhos, familiares e conhecidos.

Um testemunho encontrado em uma carta anônima de 18 de novembro de 1755, assim narrou a tentativa de fuga de uma casa cambaleante para um lugar mais seguro:

[...] dirigi-me imediatamente para o fim da rua que vai dar no Tejo; mas, encontrando a passagem nesse sentido bloqueada por casas desmoronadas até à altura de um segundo andar, voltei para trás na outra direção que conduzia à rua principal, o caminho mais utilizado para o palácio [...]. Como havia uma parte que eu não conseguia galgar sem a ajuda das minhas mãos e pés, pedi-lhe [a senhora a quem o narrador auxiliava] que largasse o meu braço, o que ela fez, mantendo-se um metro atrás de mim. Naquele momento caiu uma enorme pedra de uma parede oscilante que desfez ambos em pedaços, a ela e à criança [que a senhora levava aos braços]; tenho que admitir que em qualquer outra ocasião um espetáculo tão lúgubre me teria afectado extremamente, mas o medo com que estava de eu próprio partilhar a mesma sorte e os vários incidentes do mesmo gênero que se apresentavam por todo o lado à minha volta eram demasiadamente chocantes para que eu me debruçasse unicamente sobre este caso. (CARTA ANÓNIMA, 1990a, p. 165)

Todos os que se mantiveram sãos, ou quase, procuraram abrigo longe das moradias, tentando escapar do desmoronamento das edificações, que se mantinham em pé, mas de modo perigosamente vacilante. Alguns correram para a margem do Tejo, pois “o rio rodeava com sua muralha protectora a cidade que abria, se rasgava, e se revolia” (CHANTAL, s/d, p. 22).

Logo entraria em cena o segundo elemento: a água. O vento noroeste soprava com violência e, por debaixo de um céu encoberto por uma névoa carregada de tênues fragmentos das construções dizimadas, compondo um ar quase irrespirável, o mar esbravejou, rugindo pela foz do rio. Sorvidas por uma voragem violenta, as águas do Tejo recuaram, deixando nu o seu leito: “tal sorvedoiro negro, aberto como uma chaga infecta, foi visível durante um instante que ninguém pôde medir, tal era o fascinante

horror” (CHANTAL, s/d, p. 22). Logo depois, o rio precipitou-se, acompanhado pelas águas do mar, em ondas de mais de seis metros de altura, numa velocidade espantosa.

As ondas ergueram-se em uma muralha que despencou para muito além dos limites do leito do rio, arrastando a tudo e a todos que se encontravam em seu caminho, num golpe que aterrorizou “os pobres e já apavorados habitantes que se puseram a correr de um lado para o outro com gritos horríveis [...] acreditando estar próxima a dissolução do mundo” (CARTA ANÓNIMA, 1990b, p. 209); “as ondas furiosas despedaçam as ancoras, quebrão as amarras, e entrão pelas ruas, e praças vizinhas” (PEDEGACHE, 1756, p. 4).

A força do maremoto foi tão avassaladora, que rochas de 25 toneladas foram lançadas a uma distância de 30 metros para além das margens (PAICE, 2011). A parte baixa da cidade ficou inundada,

[...] a onda de povo aflito, retrocedendo, a fugir do mar, tropeçava nas ruínas; a metralha dos muros que tombavam abriam na floresta viva, agitada pelo vento da desgraça, clareiras de morte, montões de cadáveres e poças de sangue dos membros decepados, com manchas brancas dos cérebros derramados contra as esquinas. (MARTINS, s/d, p. 15)

As águas que afogavam a Baixa enfureceram-se por três vezes, ora levando “consigo violentamente tudo quanto encontram”, ora “a trazer com furor tudo quanto tinham levado” (PEDEGACHE, 1756, p. 4). A elas misturavam-se pedaços de construções, corpos inertes, mastros entrelaçados. Assim, o “Tejo se converteu em breves instantes [...] em hum horroroso cemitério de cadáveres” (p. 4), pois muitos dos que escaparam das ruínas cidade agora vinham encontrar sua sepultura nas águas.

Algumas testemunhas narram o som alto e aflitivo de gritos, choros, clamores, imprecções e preces, em vozes graves e agudas recortadas pelos suplícios dos soterrados, a sussurrarem por auxílio. A cena da devastação estava quase completa. Em meio aos destroços, mortos e vivos dividiam espaço: mulheres e homens cobertos de pó ou lavados pelas águas salobras do Tejo, alguns feridos e sangrando, outros quase sãos, mas todos atônitos com a intensidade da calamidade (PERESTRELO, 1882). Apareceram, então, os clarões das primeiras chamas que anunciariam o terceiro elemento: o fogo.

A terra continuava a tremer em espasmos mais fracos, e o que havia sobrado da abalada cidade ainda tombava lentamente. O fogo acendeu-se em ponto incerto. Algumas testemunhas relataram que “se começou a ver arder edefícios, em que as luzes, ou os fogoens das casas tinham comunicado o fogo aos madeiramentos” (MENDONÇA, 1758, p. 117); outras disseram que o ardor teve início em um rico palácio ao norte da cidade e que o vento noroeste o havia levado para o centro.

Talvez tenha sido uma combinação de tais fatores, mais a ajuda de alguns saqueadores que ateavam fogo às construções. Narrou-se também que um

[...] preso (dizem que era mouro) e que tinha sido condenado às galés, confessou, quando já na forca, ter deitado fogo ao palácio do rei com suas próprias mãos, e ao mesmo tempo vangloriando-se do acto, exclamando ao dar o último suspiro, que gostaria de ter queimado toda a família real. (CARTA ANÓNIMA, 1990a, p. 179-181)

As chamas não causaram infortúnio somente às construções:

[...] jazião pelas casas muitos doentes, que a debilidade tinha prezos nas camas, não podendo imitar os muitos, que sangrando, e com grandes molestias escaparão das ruínas dos edefícios. Havia por entre estas grande numero de criaturas, que com pernas quebradas, ou entalados entre os entulhos, esperavão o socorro, que procuravão com multiplicadas vozes. Todas estas forão victimas do fogo. (MENDONÇA, 1758, p. 118)

Na Baixa,⁹ o lume por vezes assumia aparência de sossego, deixando o brilho para as brasas que, tímidas, ardiam por entre as cinzas e o negrume dos entulhos. Mas eram tréguas enganosas: ao se aferrar a alguma tapeçaria abandonada, aos barris de azeite deixados em algum lagar, ou ainda ao encontrar pilhas de lenha, o fogo irrompia-se soberano, com labaredas portentosas e vorazes. A noite então chegou, “no céu indiferente se acendiam mil estrelas límpidas e, nas trevas, Lisboa em fogo bramia e gemia como uma condenada às penas eternas” (CHANTAL, s/d, p. 33).

A quem olhava do alto, a cidade apresentava “o mais horrível espetáculo das chamas que a devoravão cujo o clarão allumeava, como se fosse dia, não só a cidade, mas todo os seus contornos” (RATTON, 1920, p. 20). A capital do Reino queimou e

⁹ Região plana situada em um dos vales da cidade de Lisboa, à beira do Tejo. Após as intervenções arquitetônicas do marquês de Pombal, passou a ser conhecida como Baixa Pombalina.

consumiu-se por aproximadamente seis dias. Os abalos, fortes ou fracos, repetiram-se por muitas vezes, decretando o fim da Lisboa que todos conheciam até então.

Na tragédia, ainda um quarto elemento atuou: o homem. Depois dos primeiros tremores, algumas pessoas começaram a saquear e a vandalizar o que sobrara da cidade, escarafunchando os escombros atrás de objetos de valor. “Homens tão perversos, que desprezão as chãmas, e a morte, buscando na ruína publica, huma fortuna criminosa. Os ladrões senhorearão a Cidade deserta, forçarão portas, e saquearão as casas. A esperança da impunidade eterna animava cada vez mais o crime” (PEDEGACHE, 1756, p. 6).

O medo imperou no coração da extinta Lisboa: medo dos desabamentos tardios, dos malfeitores, do fogo calcinando os restos urbanos e das águas agitadas, guardiãs de força e intolerância arrasadoras. “E enquanto os soluços da terra se acalmavam, começava a cair a cinza do luto sobre a cidade agonizante” (CHANTAL, s/d, p. 23).

Nos primeiros dias subsequentes àquele sábado de novembro, muita gente refugiou-se nos descampados dos arredores da cidade. Alguns se arranjaram em barracas improvisadas, como fez o núncio Monsenhor Filippo Acciaiuoli, conforme relato ao seu irmão, em carta de 4 de novembro de 1755: “de uma tenda no campo do mosteiro dos Beneditinos feita com duas travessas (tábuas) de madeira e coberta com tapetes e outros tecidos dos monges, estou a escrever-vos, mísero avanço da morte, nu, pobre e miserável, mas são por milagre” (CARDOSO, 2013, p. 20). Outros recorreram a casas de parentes fora das freguesias destruídas, tal como o comerciante Jacome Ratton (1920, p. 20) narrou em suas memórias:

[...] nos dirigimos a huma quinta de pessoa de nossa amizade, sita na estrada do Lumiar, adiante do Campo grande, aonde fomos bem recebidos, e alojados no jardim, debaixo de huma barraca feita de lençoens, e alastrada de colchoens, sobre os quaes dormião promiscuamente, e sem se despir, tanto a gente de casa, como a de fora; porque ninguém se animava a dormir debaixo de telha.

A cidade era um cemitério de cadáveres insepultos. Todo o centro ficou reduzido a “hum horroroso dezerto, em que senão via mais do que um monte de pedras, e acúmulo de cinzas, ficando somente algumas partes dos edefícios levantadas, denegridas pelo fogo” (MENDONÇA, 1758, p. 123). Ali jaziam histórias, existências enterradas e certas incineradas. As ruínas fumegantes exalavam um sinistro mau

cheiro de cadáveres que assustava os sobreviventes, por ser considerado extremamente venenoso. Também “não havia sinais de ruas, vielas, praças, etc., apenas colinas e montes de destroços ainda a fumegar” (CARTA ANÓNIMA, 1990b, p. 197).

Uma fissura no presente da cidade e na vida de seus habitantes. Um cenário de devastação absoluta, onde todos haviam perdido alguma coisa em meio ao entulho geral. “Tudo havia de refazer, tudo podia se executar, nesse momento único de destruição total do passado” (MARTINS, s/d, p. 17).

Acontecera um lapso no tempo, um baralhamento nas maneiras de pensar o viver, pois “o ar que se respirava era de morte, e não de vida” (DEL PRIORE, 2003, p. 167). O terremoto desassossejou condutas, costumes e práticas, gerou uma transitória incredulidade nos hábitos corriqueiros, abriu fendas nos modos de ser e de agir, desestabilizando todo um conjunto de regras costumeiras e pondo em xeque os sentimentos considerados mais íntimos e naturais. Tal confusão desaguou em atitudes que soavam estranhas aos contemporâneos: “Pays deixavão os filhos; estes não se lembravão dos que lhes derão o ser. Os Esposos se esquecerão das Consortes. Não havia amigo para amigo. Ninguém fazia caso dos bens terrenos, nem espirituais: só as vidas se procurava livrar” (MENDONÇA, 1758, p. 116).

Também se exacerbaram as manifestações religiosas, e pequenas cerimônias foram improvisadas para converter os *hereges* – fossem eles pobres estrangeiros protestantes, fossem novos cristãos portugueses. Os sobreviventes perdidos na cidade aniquilada “estavam completamente entregues a uma espécie de loucura religiosa, arrastando santos sem cabeças ou braços” (CHASE, 1990, p. 123); alguns, ajoelhados, flagelavam o próprio corpo e em desatino confessavam-se publicamente (TAVARES, 2010).

Não é possível afirmar que o evento propiciou o fim de um mundo, mas se pode conjecturar a fabricação de uma ruptura, franqueando possibilidades anteriormente impensadas. O fenômeno remeteu aquele presente ao imprevisível, lugar da novidade absoluta, e incitou um processo de deslocamento irredutível às normas e ao conjunto de saberes instituídos. Um abalo que emaranhou a evidência da compreensão e desarranjou as grelhas usuais de leitura e entendimento da existência (FARGE, 2002).

Ainda, um quinto elemento permeou cada etapa do flagelo: o vento. Seus arroubos suscitaram agitações, produzindo um voraz vendaval na insurreição das águas

e depois tornando-se ventania parceira do desvario do fogo. O deslocamento do ar foi coadjuvante naqueles dias trágicos, tanto como brisa cerrada carregada de miasmas, quanto como sopro refrescante no ardor do fogo.

A potência do episódio suscitou inquirições sobre o acontecido e novamente o vento soprou, espalhando rumores contínuos e sibilantes cismados na tese do castigo divino a um povo pecador. Para alguns, a oscilação da terra a demolir casas, soterrando pessoas, o avanço das ondas gigantes rumo aos palácios, tragando os desesperados, o ardor do fogo sobre os corpos e as marcas da luxúria retratavam o dia do juízo final; em outras bandas, uma aragem fresca impulsionava murmúrios espalhados como ondas adentrando o Tejo, referendando a ideia de uma tragédia natural. Assim, pelos becos e pelas vielas que, ao fim e ao cabo, permaneceram de pé, ouviu-se a constatação de que um castigo divino não acometeria as imaculadas crianças e tampouco destruiria a maior parte dos templos, executando seus fervorosos fiéis, para “as casas da rua Suja (alfurja¹⁰ das meretrizes) ficarem de pé” (AZEVEDO, 1922, p. 146).

O desequilíbrio provocado pelo sismo permitiu a entrada das forças latentes dos bastidores no palco da cena, cindindo-o em dois campos distintos, mas de algum modo complementares: de um lado, a fronteira antiga pleiteando a reunificação dos sentidos; do outro, uma janela aberta para a possibilidade de mudança, de novos sentidos e, portanto, de novos modos de vida.

A catástrofe ecoou por toda a Europa. À época, Lisboa era a quarta maior cidade do continente, depois de Londres, Paris e Nápoles, além de ser conhecida pela riqueza dos ornamentos de arte sacra e pela quantidade de igrejas e conventos. Tal eco proliferou pela literatura popular, em textos que descreviam a destruição, especulavam sobre as causas e ofereciam conclusões morais. Os escritos propagaram-se por meio de gazetas, livros, ensaios, poemas, relatos de testemunhas oculares e até apresentações teatrais grafadas em português, inglês, francês e latim.

Exatamente por ser aquele um momento que colocou em dúvida a validade de alguns saberes naturalizados, por se tratar de um acontecimento que causou uma ruptura no presente, abriu-se espaço para conjecturas divergentes sobre o ocorrido. E o tema da calamidade de Lisboa ocasionou um embate de ideias no plano filosófico da

¹⁰ Lugar frequentado por gente desclassificada; antro (HOUAISS, 2009, p. 153).

época. O principal protagonista da contenda foi Voltaire, que poucos meses depois do terremoto publicou o poema *Sobre o desastre de Lisboa*. Em tom de indignação, o filósofo argumentou que o desaparecimento de uma grande capital europeia e a morte de milhares de vítimas devido à força da natureza mostravam o erro das correntes otimistas fundamentadas em concepções desenvolvidas pelas obras de Leibniz e Pope, as quais, *grosso modo*, tentavam conciliar a bondade e o poder infinitos de Deus com a existência das diferentes modalidades do mal no mundo. Tal corrente de pensamento ratificava a tese de que o mal e o sofrimento particulares contribuíam para a completude e a harmonia do Universo, sendo, em última instância, a escolha certa de Deus e, assim, o melhor mundo possível.

Na direção oposta, Voltaire defendeu a existência do mal e do sofrimento na Terra, afirmando que a vida era um palco de orgulho e terror, bem como que a ordem do mundo se fundava numa miscelânea de horrores e desastres, em que o esforço civilizador dos homens intentaria instaurar um oásis de harmonia e segurança. Três anos depois daquele poema, em 1758, ele publica *Candido ou o otimista*, uma descrição irônica e jocosa das ideias otimistas de Leibniz, utilizando, em uma de suas passagens, o terremoto como cenário.

Em agosto de 1756, outro personagem entrou no litígio filosófico: Rousseau escreveu a *Carta sobre a Providência*, discordando do posicionamento expresso no poema de Voltaire e afirmando que o único mal real seria o mal moral, fruto do livre-arbítrio do homem. Nesse sentido, a responsabilidade pelo flagelo deveria ser atribuída aos próprios moradores, pois não haviam respeitado o equilíbrio da ordem natural. Ou seja: o mal não proviria da natureza, mas teria sua origem na ação humana (GONZALBO, 2000).

Sem se engajar na discussão dos filósofos iluministas, Kant, então jovem e quase desconhecido pensador, dedicou ao terremoto três publicações, logo em 1756. Seus trabalhos versaram sobre a origem dos sismos, relacionando cavernas, gases e altas temperaturas. Tais fatores eram ali qualificados como causas das perturbações subterrâneas, em uma das primeiras tentativas sistematizadas de explicar os abalos sísmicos a partir de causas naturais (HERNÁNDEZ MARCOS, 2005).

O desastre incitou uma intensa procura por informações dentro e fora da capital portuguesa, ao mesmo tempo em que abundavam relatos de sobreviventes. Tal arranjo

fez com que, mesmo com a cidade praticamente destruída, as tipografias se reerguessem por entre os entulhos para se entregarem à composição e à impressão de textos surgidos aos borbotões, promovendo a circulação das narrativas. Não só uma, mas diversas oficinas tipográficas lisboetas recomeçaram de imediato seu labor interrompido (CARVALHO, 1996), de modo que o número de impressos que imediatamente vieram a público foi considerável.

Inversamente às narrações explicativas, polêmicas, descritivas ou informativas produzidas em grande quantidade pelas prensas remanescentes, o único periódico da cidade na época, a *Gazeta de Lisboa*, concedeu à catástrofe poucas menções. No dia 6 de novembro, publicou-se em suas páginas: “O dia 1º do corrente ficará memorável a todos os séculos pelos terremotos e incêndios que arruinaram uma grande parte desta cidade; mas tem havido a felicidade de se acharem na ruína os cofres da fazenda real e da maior parte dos particulares” (GAZETA DE LISBOA, 1755, n. 45, p. 7); no dia 13 de novembro, mais uma nota: “Entre os horrorosos efeitos do terremoto, que se sentiu nesta cidade no primeiro do corrente, experimentou ruína a grande torre chamada do Tombo, em que se guardava o Arquivo Real do Reino e se anda arrumando; e muitos edifícios tiveram a mesma infelicidade” (GAZETA DE LISBOA, 1755, n. 46, p. 9); mais adiante, no início do ano de 1756, o jornal veiculou outro comunicado dando conta das acomodações da Família Real.

Seria possível problematizar tal silêncio a partir do fato de que se tratava da única gazeta impressa da Corte, operando em regime de privilégio e, evidentemente, estando sujeita a uma implacável censura – fatores condicionantes de seu potencial noticioso. Entretanto, para além do aspecto negativo da cobertura lacônica, ressaltamos o que foi publicado, o que pôde ser dito. Nesse sentido, a *Gazeta* não deixou de contar aos seus leitores sobre a dizimação dos prédios públicos, citando a ruína do edifício que zelava pelo vasto arquivo do Reino. A memória e sua preservação foram, portanto, uma pauta importante.

Diferente desfecho ocorreu à Biblioteca Real, outro espaço de acumulação de reminiscências. No incêndio, seu acervo quase inteiro virou cinzas, e todo o longo esforço de ampliação e conservação dessa moeda de erudição acabou em mínimas partículas de pó que ajudaram a compor o ar insalubre que pairava em Lisboa.

Com apenas parte das memórias preservadas, a cidade parcialmente destruída ainda era chacoalhada com leves tremores, levando os habitantes a permanecer em estado de alerta constante e diuturnamente amedrontados. Os mantimentos minguaram: “já se comia os cães, os gatos, os ratos e pássaros vivos; já se devoravam as raízes, as ervas e as cascas das árvores” (MARTINS, s/d, p. 17). Os corpos das vítimas sob os escombros decompunham-se, enquanto delinquentes e vadios percorriam as ruínas à procura de bens e valores. Lisboa estava desfeita e sua ordem restava profundamente afetada. Imperavam na cidade problemas resistentes às medidas usais de gestão e contenção, exigindo novas e específicas estratégias que dessem conta dessa incipiente e, ao mesmo tempo, tenaz configuração urbana.

O ar passava por uma pequena fresta, mal conseguindo saciar a falta que fazia aos pulmões daquele homem mirrado. O escuro dominava o diminuto espaço, oprimindo-o ainda mais do que as paredes improvisadas de pedra, de textura áspera e cortante. Tudo ali contribuía para criar uma atmosfera sombria. Imobilizado por seu entorno, o homem tinha medo. Preso naquele túmulo improvável, ele havia perdido o domínio de seu corpo e se afundava no delírio que suas ideias projetavam.

Suspeitava estar coberto pelo entulho de sua casa e da de seu vizinho, sob o peso de uma velha e decrepita Lisboa. Depois de algum tempo ouvindo gritos de socorro e clamores de martírio, começou a sentir um reconfortante calor. Os escombros que o encobriam aos poucos foram se aquecendo, transformando aquele seu cubículo, por um breve momento, em algo quase cálido. Mas a temperatura não parava de subir, e o ambiente morno de antes transformava-se rapidamente em um braseiro. As pedras começaram a queimar sua carne, marcando sua pele e fazendo agonizar seus sentidos; as madeiras pareciam gemer, lamuriando-se, pouco antes de virarem carvão. O inferno era ali. A ira de Deus o fazia conhecer o averno.¹¹

Um ruído seco deixou-o surdo por alguns instantes, enquanto um intenso clarão o cegou momentaneamente. Sentiu o ar invadir com força o cubículo em que estava e aproveitou para encher os pulmões, inspirando com sofreguidão o vento quente que envolvia a tudo. Uma pequena explosão de um barril de azeite próximo a ele, depois de um novo tremor de terra, havia desestabilizado a pilha de pedras e madeiras que o soterrava. Livre, tentou se levantar e correr para o mais longe que conseguisse, mas sua aparente liberdade foi bruscamente interrompida por uma mão esfolada e coberta de bolhas que o segurou pelo pescoço, mergulhando-o novamente para dentro daquele túmulo incandescente.

António acordou de susto, suando muito e com a garganta ardendo. A sensação claustrofóbica permanecia, e foi preciso algum tempo até que ele novamente sentisse o ar frio nos pulmões e começasse a se acalmar. Pesadelos, constatou.

¹¹ Onde os poetas situam uma das entradas para o inferno.

Já se haviam passado 15 anos desde o fatídico terremoto, mas ele ainda sonhava com o tremor da terra, o calor do fogo e o sufoco da clausura em que se transformara sua antiga casa após o desabamento. Saíra ileso da tragédia, com algumas queimaduras, muitos arranhões, mas nenhum osso quebrado. Mudara-se para Coimbra logo após o acontecido, mas o tio, Eugénio dos Santos Carvalho,¹² chamou-o para que contribuísse com a reconstrução da cidade.

Voltou a Lisboa meses depois do sismo, e tudo continuava arrasado. Trabalhou nas obras de reconstrução, com a intenção de tirar das tendas espalhadas ao redor da cidade aqueles que tudo haviam perdido, restando-lhes apenas a vida e o medo.

Seu tio morreu em 1760, mas António continuou a trabalhar. Sua fixação eram os entulhos. Reconstruiu o Terreiro do Paço sobre os destroços da tragédia, que foram transportados e ajeitados em um solo encharcado de mortes, mutilações e desesperos. Assim, a nova Praça do Comércio ficaria mais alta do que a ribeira, completamente plana e alicerçada sobre um terreno coberto pelas piores lembranças. Ele pisava naquele chão com um temor reverencial. Ali se formavam camadas que distanciavam o hoje do ontem, aplainando as recordações e cobrindo-as de esquecimento. A regra era guardar somente as reminiscências cuidadosamente escolhidas e, com elas, inventar novas maneiras de existir. Como havia dito o marquês de Pombal, “Portugal está hoje no cazo d’um povo nascente [...] o tremor da terra sobcavou os vícios”.¹³ Um novo povo, uma nova cidade, um novo futuro.

A Baixa seria toda refeita. Em relação à alma de Lisboa e de seus habitantes, só o tempo poderia dizer o que lhes aconteceria. Assim como fizera o terremoto, o executor da reconstrução agora desmanchava um Reino, peça por peça, a fim de fazer surgir algo novo. Em meio a tanta ruína, havia conseguido outra vida para si, pois acabara de receber o título de marquês.

Quanto à cidade, António tinha suas dúvidas. Inovações surgiam em todos os lados, como os novos sistemas de sustentação dos edifícios em caso de outro abalo, formados por uma espécie de armação que absorveria impactos e preservaria a construção. Tais gaiolas, como foram

¹² Inspetor das obras de reconstrução da Corte, trabalhou no Senado de Lisboa e na Praça do Comércio (FRANÇA, 1965).

¹³ CARVALHO E MELO, s/d, p. 115.

batizadas, eram construídas com a madeira dos antigos navios usados pelos navegadores portugueses. Novamente, o velho sustentava o novo, o que parecia ser a sina de Portugal.

A geometria regular das fachadas, imposta para cada quarteirão, fazia com que os edifícios não fossem pensados individualmente, mas como parte de um todo tipificado. De nada adiantava tanta mudança se o espírito da cidade continuasse ligado à culpa e ao medo da ira divina.

Um pedaço de Lisboa seria, então, padronizado, assim como os corpos que lá habitariam. António, porém, duvidava das transformações: gostos se modificariam, ruas se endireitariam, edifícios se modernizariam, mas nada conseguiria mudar a alma portuguesa, demasiado atada aos seus santos e ao seu chão imemorial. Um chão que tremia, que rachava, que derrubava. Um chão que guardava as piores e as melhores lembranças. Um chão que viu muitos partirem e que a tantos outros acolheu. Um chão coberto de mortes, de relva, de mármore.

Estava agora com 60 anos, e a morte não lhe parecia tão assustadora. Seria bem-vinda, caso fosse suave. Muito já tinha visto; o bastante já tinha vivido. Adormeceu na poltrona de couro marrom, esperando pelo desfecho que aquele barril de azeite prorrogara por algum tempo.

O pulso forte do pós-terremoto teve nome: Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro conde de Oeiras e posteriormente marquês de Pombal. O então secretário de Estado de D. José I reagiu às consequências do terremoto com ações pontuais e enérgicas difundidas por meio de uma série de comunicados e ordens, tendo editado 138 decretos em dois dias (CHANTAL, s/d). Procurava responder às necessidades de um povo destruído, recorrendo tanto a novos mecanismos de governança, cuja forma mesclou estratégias usuais e inéditas, quanto à tomada pública de um posicionamento racional e sereno diante do acontecido. Para tanto, sua atuação concentrou-se no âmbito logístico da circulação, entendida, no sentido amplo, como deslocamento, troca, contato, dispersão, distribuição e propagação de pessoas, mercadorias, informações e saberes.

Adotando um procedimento nada usual naquele país, que até então não possuía informações demográficas precisas, ele reuniu os dados possíveis sobre a catástrofe por meio de um inquérito que enviou a todos os párocos de Lisboa, Lagos e Faro. O questionário continha 13 indagações sobre os detalhes do terremoto, tais como: a hora de seu início e sua duração; a quantidade de mortos e de edifícios destruídos; as consequências materiais do maremoto e do incêndio; uma avaliação das medidas civis, militares e religiosas tomadas imediatamente após o desastre; e se tinha havido escassez de alimentos. Antes, o registro das crianças limitava-se às que frequentavam a escola (PAICE, 2011), e os habitantes, em sua maioria, só tinham o nome de batismo e “nunca nas suas vidas haviam tido que tratar com a administração” (CHANTAL, s/d, p. 45).

Segundo Dynes (2000), a ocasião do terremoto de 1755 foi a primeira vez em que o Estado chamou para si a responsabilidade de organizar uma resposta de emergência. Tal singularidade, projetada e executada pelo secretário Carvalho e Melo, marcou uma emergência importante na maneira de administrar a multiplicidade, de organizá-la, de estabelecer seus pontos de fraqueza e de força, de determinar coordenadas e trajetórias de ações.

O inquérito foi um dos mecanismos usados para mapear as complexidades trazidas pela tragédia. Assim, as perguntas dirigidas às testemunhas qualificadas comportaram duas funções: a primeira era de teor investigativo, um gesto necessário para esquadriñar as minúcias do desastre, sua extensão, as áreas mais afetadas, a quantidade estimada de mortos, as reações das autoridades e as projeções de escassez de alimentos – dados fundamentais nos cálculos de ações para interferências políticas e econômicas; a segunda remete à construção de um saber, já que o chamado *Inquérito do Marquês de Pombal* é considerado o primeiro questionário sismológico elaborado em moldes científicos e reconhecido como o marco do nascimento da sismologia moderna, pois “passados mais de 250 anos as suas respostas continuam a ser referência incontornável nos estudos do terramoto de Lisboa” (FONSECA, 2005, p. 123). O conhecimento das nuances do evento possibilitou também a construção de um rol de verdades científicas, emergidas nos longínquos Setecentos e naturalizadas como únicas até o presente. Porém, o terremoto português não se desnudou totalmente, tendo em vista que algumas questões ainda hoje continuam sem resposta.

Concomitantemente à aquisição de informações sobre o evento, Carvalho e Melo produziu formas de disseminação das medidas adotadas para contornar o caos e apoiou a circulação de textos partidários contendo explicações baseadas em causas naturais. Para a propagação de seus ditames aos seus executores, optou por cartas e editais. Por meio de decretos impressos em folhas avulsas distribuídas pela cidade e afixadas em pontos estratégicos, divulgou as regras e orientações aos habitantes, e apenas em poucos casos contou com a *Gazeta* para veicular suas intervenções. Em um livro publicado três anos após o terremoto, foram listadas e detalhadas as providências adotadas, bem como os decretos e as cartas utilizadas para tal empreitada. Eram 14 providências, assim dispostas:

PROVIDENCIA I. Evitar o receyo da peste, que ameaçava a corrupção dos cadáveres, sendo innumeraveis, e não havendo vivos para os sepultarem pela precipitada, e geral deserção dos moradores de Lisboa.

PROVIDENC. II. Evitar a fome, que necessariamente se havia de seguir, não só pelo motivo de não haver quem conduzisse os viveres; mas porque muitos Armazens delles havião sepultado as ruínas, e abrazado o incêndio.

PROVIDENC. III. Curar os feridos, e doentes, que estavam desamparados nas ruas em perigo certo de morrerem.

PROVIDENC. IV. Reconduzirem-se os moradores de Lisboa, que havião desertado, para se restabelecer a povoação, sem a qual nada se podia fazer.

PROVIDENC. V. Evitar os roubos, e castigar os ladrões, que havião metido a sacco a Cidade, despojando as Casas, e os Templos.

PROVIDENC. VI. Evitar que pelo mar se dêsse sahida aos roubos, e para esse effeito rondar o Rio.

PROVIDENC. VII. Remediar a necessidade, em que estava o Reino do Algarve, a Villa de Setubal, e os portos da America, e India.

PROVIDENC. VIII. Mandar vir algumas Tropas do Reino para servirem ao grande trabalho da Cidade, e seu socego.

PROVIDENC. IX. Darem-se as commodidades precisas para o alojamento interino do povo.

PROVIDENC. X. Restabelecer o exercido dos Officios Divinos nas poucas Igrejas, que se havião salvado, ou em decentes accomodações interinas.

PROVIDENC. XI. Recolher as Religiosas, que vagavão dispersas, e darse-lhes a possível clausura.

PROVIDENC. XII. Occorrer a diversas necessidades, em que estava o povo, as quaes por varias, e avulsas, se reduzem a huma classe separada.

PROVIDENC. XIII Actos de religião em S. Magestade para aplacar a ira Divina, e agradecer ao Senhor tantos benefícios.

PROVIDENC. XIV. Dão-se os meyoys mais conducentes para a reedificação da Cidade. (FREIRE, 1758, s/p)

Tais medidas englobam uma série de ações com vistas a garantir condições para os sobreviventes e sua efetiva utilidade na reestruturação da cidade e da economia. O cerne das medidas foi a vida de cada sobrevivente e, ao mesmo tempo, de todos. Entremendo as providências descritas no texto de 1758 e os decretos e bilhetes redigidos pelo próprio Carvalho e Melo, publicados na coletânea de textos *Memórias secretíssimas do marquês de Pombal* (CARVALHO E MELO, s/d), obtemos um bom repertório de ações e ditos da época, os quais possibilitam analisar as estratégias a que eles obedeceram e os gestos que sugeriram. Uma exuberância de atitudes e falas produzidas para circular e perdurar; escritos de um passado nem tão longínquo, nem tão ausente.

Por entre as manchas amarelas estampadas nas páginas e a poeira em que os textos estão envoltos, manifestam-se as vozes dos mortos, sons até hoje ressoantes, reverberando nos detalhes mais naturais por nós carregados, nas atitudes mais banais por nós assumidas, nas certezas mais íntimas por nós defendidas e até nos amores mais secretos por nós desejados. Analisemos o que nos dizem as vozes do século XVIII.

O espaço dedicado aos súditos e suas relações com o conjunto de forças do Reino, tais como o território e o comércio, foi majoritário. O habitante sobrevivente e necessitado foi alvo de diversas ações referendadas pelo Rei, mas produzidas e executadas pelas mãos do secretário de Estado. Uma questão essencial era a volta dos moradores à cidade, citada na *Providencia IV* e sacramentada em um ofício de Carvalho e Melo aos 3 de novembro: “Sendo S.M. informado da inteira deserção que tem abandonado a cidade de Lisboa aos efeitos da presente calamidade [...] ordena [...] o acto meritório [...] de se recolherem à cidade todos os moradores que Deus conservou vivos” (CARVALHO E MELO, s/d, p. 79). Tal preocupação foi reiterada algumas vezes, e quase um ano após a tragédia, em 28 de outubro de 1756, quando os habitantes, assustados com o vaticínio de um novo terremoto, planejavam fugir da cidade, publicou-se uma medida para contenção da suposta debandada: “mande fixar esta por edital nas portas da cidade, ordenando, que dela [Lisboa] não possa sair pessoa

alguma nos dias 30 e 31 do corrente, e 1 de Novembro próximo seguinte, sob pena de prisão a arbítrio de S.M.” (p. 108).

Além da necessidade de assegurar a permanência dos lisboetas na cidade, foi preciso garantir sua subsistência. Para tanto, o futuro marquês determinou “recolher os moleiros, padeiros e forneiros e de lhes fazerem continuar os seus ministérios e o carro do pão e mais comestíveis à cidade, na forma em que antes praticavam, sem demora” (p. 72). Concomitantemente, conforme cita a *Providencia IX*, foram estabelecidas maneiras de habitar a cidade em ruínas, de modo a “prover todas as barracas que couber, no possível, em carros de bestas ou cavalgadas” (p. 75) para enviar a Lisboa.

A saúde dos moradores sobreviventes consistiu em uma grande apreensão das autoridades que gerenciavam o pós-terremoto, no intuito de evitar epidemias que haviam sido recorrentes no passado do Reino. Também o problema do sepultamento dos cadáveres foi prontamente enfrentado, questão expressa na *Providencia I* e algumas vezes repetida nos avisos do Rei aos seus fidalgos: “passe a ocorrer ao desentulho das casas, que se acham em ruínas, de sorte que delas se possam extrair os cadáveres para se sepultarem, antes que a sua corrupção em toda a cidade produza outra calamidade” (p. 74).

Tal destinação dos corpos produziu grande polêmica, nascida do atrito entre a urgência do secretário de Estado e os dogmas dos religiosos. Os corpos mortos jaziam, desde o início da limpeza das ruas, empilhados em montes às portas das igrejas em ruínas. Carvalho e Melo defendia o enterro imediato e coletivo em valas comuns, enquanto os religiosos horrorizavam-se com a proposta, que acarretaria a quebra da tradição nos sepultamentos nas igrejas. Os clérigos vaticinavam o sacrilégio e o pecado gravíssimo de não oferecer funerais dignos aos fiéis (KENDRICK, 1955).

A vertente laica foi mais forte, pois o destino dos cadáveres acabou selado pela escolha do sepultamento coletivo em “fossos de grande altura, onde se lancem os cadáveres, como se praticou em diferentes países quando foram castigados pela peste” (CARVALHO E MELO s/d, p. 74), e onde os remanescentes fossem recolhidos, colocados em embarcações e lançados ao “mar com pesos que os conservem no fundo até se consumirem” (p. 75).

Outro movimento orquestrado pelo secretário de Estado perante o rastro da desgraça foi a identificação dos desviantes, dos habitantes resistentes à regulação: uma ação que cingiu tanto os ociosos quanto os ditos ladrões e malfeitores. Descrita na *Providencia V*, a iniciativa foi executada em duas fases. Primeiro se prescreveu uma investigação de reconhecimento dos desocupados; depois se ordenou a pena: combater o ócio com trabalhos obrigatórios. Assim decretou o futuro marquês:

Sendo-me presente, que na cidade de Lisboa e suas vizinhanças, grassa um grande número de homens vadios que não buscando os meios de subsistirem pelo seu honesto e louvável trabalho, vivem viciosamente na ociosidade à custa de terceiros [...] sou servido excitar a inviolável e exacta observância dos regimentos e leis estabelecidas para a polícia dos bairros da mesma cidade ordenando que examine logo pronto e cuidadosamente, com a preferência a qualquer outro negócio, as vidas, costumes e ministérios de todos os habitantes dos respectivos bairros e dos vagabundos e mendigos que neles forem achados com idade e saúde capaz de trabalharem: e que todas as pessoas que forem achadas na culpável ociosidade acima referida sejam presas, e atuadas em processos verbais, [...] sentenciados também verbalmente, impondo aos réus a pena de trabalharem com braga¹⁴ nas obras da mesma cidade a que têm dado um tão geral escândalo. (CARVALHO E MELO s/d, p. 88)

Como se observa nesse decreto, publicado em 4 de novembro de 1755, a convocação da polícia do bairro – diferentemente das tropas do Reino, conforme cita a *Providencia VIII* – não tinha a função de patrulhar, prender e enforcar ladrões, ou mesmo de vigiar os limites da cidade. Embora haja certa dificuldade de se estabelecerem com precisão os limites de atuação da polícia naquela época, suas atribuições tiveram uma ligeira mudança na gestão de Carvalho e Melo: se antes ela era menos atuante e pouco vinculada aos habitantes, após a catástrofe, sua função, *grosso modo*, passou a incluir medidas de fiscalização social e de ações preventivas de comportamentos considerados desviantes, intervindo na manutenção da ordem e na coexistência dos habitantes com vistas à paz pública cotidiana (LOUSADA, 2003). A polícia, então, atuava como um instrumento de integração dos indivíduos e de regulação da vida social (FOUCAULT, 2008e).

¹⁴ Argola de ferro ligada ao grilhão que prendia a perna dos condenados a trabalhos públicos (HOUAISS, 2009, p. 503).

Se aos ouvidos do século XXI soam familiares certas prioridades de um gestor político – como alimentação, habitação, saúde e produtividade –, aos portugueses setecentistas tais preocupações chegavam como novidade, beirando o disparate. Logicamente, o número de habitantes era indicativo, naquela época, da força do soberano: quanto mais súditos tivesse um reino, mais poderoso seria seu senhor. Por isso, a atenção em evitar pestes e fome era estratégica e antiga.

O deslocamento para outras preocupações seria o preâmbulo de uma nova concepção de súdito: um desvio do interesse meramente quantitativo e operatório para uma preocupação quase personalizada e, ao mesmo tempo, totalizante com o bem-estar, as necessidades e as convicções dos habitantes. Tal movimento, que personificaremos na figura do marquês de Pombal, emerge no período do pós-terremoto e concentra-se na estratégia de tornar os próprios sobreviventes parte crucial da refundação da cidade e aprendiz de uma nova maneira de viver. Assim se esculpiu um processo identitário dos habitantes, preocupado com seus fazeres, saberes e querereres.

Os gestos do futuro marquês de Pombal arquitetaram a visibilidade das instituições do Reino e tornaram evidente seu funcionamento, num aceno de prontidão e amparo. Soldados foram transferidos em grande número para a capital e mobilizados para diversos serviços públicos, tais como: enterrar mortos; desentulhar ruas; transportar alimentos; patrulhar os espaços devastados, o rio e a costa. Ao mesmo tempo, servidores municipais controlavam as entradas e saídas da cidade, bem como a distribuição de comida. As medidas tornaram os agentes do Estado elementos perceptíveis em todos os lugares, oferecendo um sinal claro de empenho na resolução dos problemas mais prementes dos habitantes. Tratava-se de um cenário de segurança, uma combinação entre a visibilidade das ações e a projeção do Estado, que nessa época personificava-se no soberano. Assim, todo o conjunto de medidas foi elaborado a partir de soluções racionais e estratégicas, visando fortalecer a imagem do Rei. Estava em curso a emergência de um dos primeiros movimentos de proteção civil delineados em termos de prioridade pragmática e não religiosa (DYNES, 2000).

Iremos nos valer de dois atores políticos da época como protagonistas de uma disputa, de uma confrontação entre dois modos de existir quase simbióticos, mas distintos em relação aos princípios de que partiam. Serão eles: o já mencionado secretário de Estado Carvalho e Melo e o padre jesuíta Gabriel Malagrida. No lapso

incerto que se criou depois do terremoto, cada um deles assumiu um posicionamento que delineou sua atuação. Os dois foram, entretanto, igualmente herdeiros da tragédia.

Ao secretário, que se empenhou de corpo e alma, a circunstância ofereceu um futuro potente, o qual ele agarrou sem pestanejar.

[...] o rei deu-lhe carta branca [...], entre decretos, o secretário recebia correios, tomava nota das informações, lia relatórios da polícia, mandava tocar à chamada da tropa. Muitas vezes, despertando seus homens, mandava que o conduzissem ao outro extremo da cidade ofegante, [...] queria ver a tudo. Nenhum obstáculo o fazia recuar. Aventurou-se pelo meio dos escombros mal seguros, nas fumaradas dos incêndios, enterrava-se no lodo empestado dos cais, saltava por cima de riacho de ouro fundido e solidificado que corriam em direção as valetas, em frente as capelas. (CHANTAL, s/d, p. 32)

Já o padre empenhou-se de alma e corpo. O terror instalado pelo cataclismo foi ocasião ideal para onerar o juízo dos fiéis, e ele clamou em público pela contrição e pela penitência. O terremoto tornou a dar-lhe um prestígio temível.

Com os olhos iluminados, os longos cabelos cor de neve, a barba branca, os pés descalços, a sua imundice e o seu lirismo, Gabriel Malagrida era, por excelência, o profeta das estampas populares. Os escombros fumegantes, o fedor dos cadáveres, a desolação das ruínas onde vagueavam cães perdidos, formavam o quadro conveniente à silhueta descarnada do jesuíta. Ia percorrendo a cidade, os acampamentos, os cais, as estradas, gritando incansavelmente às suas maldições e ameaças. (CHANTAL, s/d, p. 43-44)

Ambos os protagonistas históricos manifestaram, em sua atuação à época do terremoto, a agonística que se implantou em Portugal: uma tensão proveniente do deslocamento de um sistema de proposições verdadeiras por outras que pouco a pouco iam se discernindo e se confundindo com suas antecessoras, ganhando terreno nos intrincados processos de veridicção para finalmente se estabelecerem como verdades naturais.

O terremoto não substituiu uma verdade por outra, mas forçou um jogo em que as validações e anulações foram disputadas quinhão a quinhão. Consequentemente, não estabeleceu uma transformação radical dos meios empregados para conduzir os súditos, tendo sido, a nosso ver, o terreno do afloramento de uma rede de elementos heterogêneos: instituições, regulamentos, discursos, leis, enunciados científicos e disposições administrativas atuando conjuntamente no deslocamento dos modos de

direção dos habitantes. Naquele instante de desordem, houve uma crescente complexidade tanto na forma quanto na função de gerência política, ocasionando o fortalecimento do olhar sobre os habitantes com vistas ao restabelecimento e ao incremento da economia. Enfim, os moradores da cidade foram o eixo da reversão do caos e os destinatários de novas tecnologias de gestão populacional.

Temos, portanto, o surgimento de novas relações que, de outro modo – e por meio de outros postulados –, vincularam os sujeitos a um vacilante conjunto de verdades, ainda em matizes indefinidas, mas com a função de normatizar as condutas, transgredindo as grelhas de inteligibilidade da época.

“Dom Joseph por graça de Deos Rey de Portugal, e dos Algarves, daquém, e d’alem mar, em Africa, Senhor da Guiné, e da Conquista, Navegação, Comercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India. Faço saber aos que esta Ley virem que [...] querendo Eu prover de remedio contra inconvenientes, e cohibir com a severidade dos procedimentos a frequencia dos delictos, para que meus Vassallos gozem de paz e segurança: Hei por bem, e mando, que a providencia dada no § 14 da Ley de Reformaço da Justiça, para que nos casos, que provados merecerem culpa de morte natural, possam prender-se, antes da culpa formada, as pessoas que se dizem ser delinquentes [...] e se pratique em todos os outros casos, sendo taes, pena de Ley do açoutes, a de seis annos de degredo para o Brasil”.¹⁵

Foi tal a lei que condenou Estevão às enxovias¹⁶ da Cadeia da Cidade à Rua do Limoeiro. Aquele edificio de Alfama¹⁷ abrigava as duas prisões de Lisboa, tanto a da Cidade, quanto a da Corte. Para lá eram encaminhados delinquentes praticantes de crimes leves e brutais, fossem homens, mulheres ou crianças.

O moço estava a vadiar pela rua, como sempre fazia. Sem que entendesse o motivo, os soldados o agarraram e o levaram a um sujeito que, sem muita certeza no rosto, apontou-o como o infrator que procurava. Jogaram-no numa sala grande, repleta de outras pessoas. Desde então, vivia a vagar por entre estranhos, sem saber qual havia sido seu delito. Em conversas com os mais versados na lei, entendeu que aquele lugar era só um espaço onde aguardaria o julgamento ou a execução da pena. Esta poderia ser: corporal com trabalhos forçados nas galés, minas, pedreiras, ou açoites ou a pena de morte atroz – esquartejamento – ou natural – enforcamento –; patrimonial, com o confisco de bens, multas; de degredo: interno ou ultramarino.¹⁸ Como não sabia qual era seu crime, não atinava sua pena.

¹⁵ PORTUGAL, 1754.

¹⁶ Parte térrea ou subterrânea das prisões, úmida e escura (HOUAISS, 2009, p. 1175).

¹⁷ Bairro mais antigo de Lisboa.

¹⁸ ROMÃO, 2013.

Sua vida na cadeia estava ligada aos repiques da sineta que marcavam os serviços e os acontecimentos: os toques das refeições, das missas, da convocação para as faxinas, dos chamados dos guardas e o ruído agudo e alarmante das campainhas de socorro. Naquele compartimento, as camas consistiam em placas de madeira presas às paredes durante o dia e estendidas ao chão pela noite. Todos os reclusos daquele lugar dividiam a mesma palha que recobria as tábuas de dormir. Palha úmida, podre e infecta. Palha nunca renovada, que amortecia as vidas que passavam por ali, amparando corpos que sobre ela andavam, dormiam, suavam, escarravam e urinavam. As existências dos desgraçados eram marcadas por algo de breu, atravessadas por um encontro triste com a lei.

Da janela da enxovia, Estevão podia ver o Tejo, calmo e sereno, a correr em direção ao Atlântico. Não sentia, porém, nem a brisa que acompanhava o ritmo das marés, nem o frescor emanado por aquelas águas calmas. Pôs-se a olhar a lua que estava a nascer, mergulhando sua alma em profunda meditação. Quando do lado de fora, nunca tivera um momento assim.

Com o sol já alto, acordou de susto: a construção desabava sobre os condenados adormecidos, enormes fendas abriam-se nas paredes, o ar entrava, o odor acre saía. Sem pensar no que se passava, levantou-se num pulo e correu, saltando corpos e entulhos. Saíram livres, ele e os sobreviventes entre seus companheiros de prisão.

O mundo havia se metamorfoseado em um inferno. O chão tremia, as paredes descolavam-se das casas, os tetos desabavam. Desceu a Rua do Limoeiro em desenfreada carreira, sem olhar para trás. Estancou logo em seguida, quando, do alto de Alfama, pôde ver uma parte da cidade destruída. A Baixa, onde estava o Palácio da Ribeira, achava-se completamente desmoronada.

Seguiu lançando-se a esmo. Não sabia se corria pela liberdade recém-conquistada ou pelo desvario que a situação ensejava. Tropeçou em cadáveres, escutou vociferações e súplicas, avistou corpos amputados, ajoelhados, atordoados. Testemunhou o sofrimento crescente, coros por misericórdia, olhares assustados. Para ele, aquilo era quase um sonho. Não entendia o que estava

acontecendo: os mortos, os feridos, os destroços, o fogo – todos, quiçá, elementos de uma cena, de um roteiro teatral.

A um só tempo, corria contra e junto à turba, que não sabia para onde fugir. Passou por um corpo do qual só se entrevia a mão, esta adornada com belos anéis de ouro e pedras – e retirou-os, um a um. Sob os destroços, encontrou valores, comidas e roupas, e recolheu tudo o que pôde antes que o fogo os transformasse em cinzas.

O dia feneceu, mas a cidade permanecia iluminada pelas labaredas que ora se acendiam, ora se extinguíam, num comovente espetáculo de luzes. Estevão conseguiu chegar à ribeira e subir em uma canoa que o levou até Belém, onde pagou algumas moedas a dois negros para entrar num bote que o aportaria em uma nau inglesa. Deu-se conta, então, da serventia dos anos de convivência com Charlotte, a única meretriz inglesa da Rua Suja, viela que acolhia os bordéis. Numa relação ambígua, Estevão a protegia, enquanto ela se deitava com ele e lhe ensinava inglês. De muito lhe valeram os anos de coito com a meretriz inglesa: pagou, mas usufruiu para além do corpo. Foi bem acolhido no navio, que rumava para Londres. Naquele inverno, ganhou uma nova existência: o terremoto lhe salvara a vida.

O terremoto de 1755 e seus desdobramentos foram e ainda são objeto de estudos respeitáveis, principalmente em Portugal, onde a literatura sobre o tema é ampla e diversificada. No Brasil, as referências ao desastre são mais pontuais e, em sua maioria, usam-no como coadjuvante para ilustrar o período pombalino, com exceção de *O mal sobre a terra*, de Mary Del Priore. Escrito em 2003 e considerado a primeira leitura brasileira sobre o evento, o livro utiliza relatos de sobreviventes e reposiciona o papel político de D. José I, a partir de um extenso trabalho de arquivo.

Apoiando-se nessa eventualidade recontada em muitos palcos e épocas, com personagens e cenas que se repetem com maior ou menor ênfase, diversas análises de cunho histórico e sociológico depositaram seu mote em constatações dicotômicas, evidenciando um confronto entre racionalismo e superstição, luzes e trevas, religião e

ciência. Outras investigações utilizaram temáticas ligadas ao espaço, à política, à economia, à cultura; já algumas de maior aproximação filosófica apontaram o evento como catalizador da renovação do pensamento europeu, marcando o início do fim da influência das correntes filosóficas otimistas.

O complexo episódio também pode ser compreendido pelo viés das artimanhas políticas e dos interesses econômicos, com foco na caracterização das práticas de reorganização, direção e administração do Reino à época do terremoto. Destaca-se, a esse respeito, o esforço de Carvalho e Melo no sentido da reunificação do poder do Rei, bem como no enfraquecimento de duas frentes que contribuíam para a debilidade e a fragmentação do poder régio. Eram elas: a ala eclesiástica, especialmente a ordem religiosa Companhia de Jesus, que adquiriu prestígio e rendas sob o “afluxo aurífero das minas do Brasil” (FALCON, 1993, p. 371), devido à sua presença peremptória e exclusiva nas colônias portuguesas; e a ala aristocrática, ou melhor, uma parte dessa ala que se opunha às ações para tornar mais robustos, sólidos e resistentes o poder e a autoridade do Estado e, portanto, do rei, na medida em que esse movimento enfraquecia o prestígio e reduzia a autonomia dos membros da nobreza mais antiga e dos descendentes das altas estirpes aristocráticas de Portugal. Destarte, o cataclismo seria a paisagem deflagradora de um intrincado jogo de poder.

Nossa abordagem distancia-se de tais investidas, centralizando-se no acontecimento que se processou naquela época, na indagação sobre os deslocamentos desencadeados por ele, nos modos de vinculação dos sujeitos com as manifestações de verdades e nos efeitos que essas relações cambiantes produziram. O interesse em analisar esse episódio deu-se pela irrupção do acaso que produziu uma nova relação de forças, revirou práticas que se voltaram contra seus perpetradores, enfraqueceu e deu novas feições a percepções da existência, agregando-as às distintas maneiras de pensar o próprio existir.

Assim, este estudo debruça-se sobre a maneira a partir da qual os súditos, antes apenas uma aglomeração quase informe de pessoas, acabaram por se constituir como um problema, alcançando outro patamar político e tornando-se assunto de interesse do Reino de Portugal. Investigamos de que modo foi possível conhecê-los e conduzi-los, fundamentando-nos na asserção foucaultiana da impossibilidade de um governo sem

que as condutas dos indivíduos sejam indexadas a um conjunto de postulados indicados como verdadeiros (FOUCAULT, 2014a).

A análise do rasgo visceral que acometeu o cotidiano de Lisboa naqueles meados do século XVIII possibilitou o mapeamento das oscilações ocorridas na relação dos habitantes tanto com a desestabilização e mutação da ordem, quanto com um conjunto de verdades que concatenava os modos de existência. Assim, temos a emergência de uma racionalidade política e de uma estratégia de subjetivação mais abrangentes e eficazes.

Se a falha entre algumas placas tectônicas provocou primeiro um deslize e depois uma colisão entre suas partes, produzindo uma tensão que resultou na súbita liberação das forças avassaladoras do sismo, pode-se dizer, segundo uma analogia ainda rudimentar, que o movimento de disputa e acomodação das camadas terrestres gerou uma desordem social, política e econômica, ocasionando uma momentânea ineficiência nas relações de poder. Daí teria surgido uma espécie de vácuo que, para ser reocupado, forçou um deslocamento nos modos de governo, desencadeando uma tensão que abalou as certezas da época e abriu uma disputa pela primazia na elaboração ou na afirmação dos dizeres verdadeiros. Dois enredos gerados pela força e pela reação de elementos, em um processo de desequilíbrio e acomodação. No caso do terremoto, a energia irrompeu de modo violento; no caso das relações sobre a terra, tratou-se de uma deflagração do caráter vacilante do poder.

O secretário de Estado, como já dito, assumiu o papel de reconstrutor da cidade e reorganizador do cotidiano de seus habitantes, fazendo soprar novos ares na recomposição da vida lisboeta. As antigas falhas e os repetidos fracassos na gestão dos problemas e das riquezas, bem como o consequente gasto excessivo de forças com resultados tímidos, delineariam o deslocamento das estratégias de condução, operando na Lisboa setecentista um giro político. Se a monarquia permaneceu em um mesmo eixo, fundamentada no direito divino de governar, os estratagemas de direção, por sua vez, entraram num redemoinho, justapondo novas formas e novos interesses de gestão. O foco das ações elevou a população a elemento de intervenção, ao passo que a economia passou a ser vista como campo prioritário, fazendo despontar um outro sistema de veridicção (FOUCAULT, 2008e). Os sobreviventes apareceram, então, como fim e instrumento dos gestos de governo, senhores de necessidades, mas também

alvos de condução. Tal desvio abriu uma pequena trilha rumo à uma diferente visão de mundo e de homem, porém continuava totalmente acoplada à ideia de revelação, fosse espiritual, fosse científica.

A cidade destruída foi outra prioridade, e a reedificação de seu espaço aglutinava dois eixos importantes para a brisa inovadora que invadiu o coração, a alma e a mente do futuro marquês: o primeiro eixo foi a concretização de um plano urbanístico como cerne da mudança dos paradigmas político e econômico; o outro foi a utilização da nova cidade como agente pedagógico para a população. A partir da idealização e da construção de um espaço que conjugou os princípios sanitários – com as redes de água e esgoto – à ideia de circulação de ar puro e, mais tarde, de iluminação, a estrutura da cidade referendava o núcleo das noções abraçadas por Carvalho e Melo e iniciava seus moradores em novas práticas que consolidavam os princípios de saúde, aproveitamento racional de espaço e circulação. Na Baixa lisboeta, junto aos cadáveres do terremoto, foram enterradas as ruelas estreitas típicas das construções mouras, com suas curvas e seus entrelaçamentos labirínticos.

O coordenador da reconstrução de Lisboa foi o octogenário Manuel Maia, engenheiro-mor do Reino e responsável pelo salvamento, no dia do terremoto, dos arquivos da Torre do Tombo. O engenheiro apresentou a D. José e ao seu secretário cinco modos alternativos de reconstrução, delimitados em quatro dissertações. Os escritos apresentavam desde a hipótese de reconstruir a cidade com suas características originais – ruas estreitas e prédios altos –, passando pela ideia de transferir a capital para perto de Belém, até a possibilidade de arrasar a Baixa, edificando uma nova cidade com ruas largas, perpendiculares, traçado geométrico, calçadas espaçosas e edifícios harmoniosos.

Sob o minucioso escrutínio do futuro marquês, a escolha para substituir o labirinto de ruas e ruelas, passagens e becos que se misturavam de uma maneira quase inextricável, em um cenário descrito como sujo, insalubre, inseguro e desordenado, foi um traçado doravante de vias retilíneas, largas e cortadas em ângulos retos, com uma grande praça em frente ao Tejo. Projetaram-se uma rede geral de esgoto e edifícios cujas aparências deveriam produzir um efeito de uniformização, além de detalhes que seguiriam uma lógica hierárquica. A área entre o Tejo e o Rossio foi nivelada, com os entulhos das construções destruídas no terremoto. As novas ruas principais teriam 18

metros – 15 para a rua e 3 para a calçada – e as paralelas, 12 metros (MAXWELL, 1996). As construções foram feitas com materiais pré-fabricados, sendo bastante padronizados os detalhes de ferro, madeira e cerâmica. O traço mais peculiar das construções foi uma estrutura de madeira que, no caso de abalos sísmicos, sustentaria o edifício e o teto, evitando o desabamento das paredes, pois delas se separaria facilmente. Trata-se da denominada gaiola, invenção do urbanismo pombalino (FRANÇA, 1965).

Uma meticulosa disciplina arquitetônica foi assim elaborada. O único local que conservou o aspecto tradicional da Lisboa pré-terremoto foi o Terreiro do Paço, que, na inauguração, passou a ser oficialmente chamado de Praça do Comércio. Ali se retomou a tradição, disciplinando-a. A cidade almejada e engendrada por Carvalho e Melo era limpa, clara e organizada, assegurando visibilidade e fácil circulação de pessoas, de mercadorias e, sobretudo, de ar limpo.

A Lisboa de Pombal constitui verdadeiramente o fenómeno de urbanismo do século XVIII [...]. Ela é ao mesmo tempo a última cidade antiga e a primeira cidade moderna. Última realização de um mundo de esquemas económicos centenários, ela oferece-nos também o primeiro exemplo de um novo pensamento técnico – e já nela se vislumbram princípios urbanísticos que permanecerão válidos durante duzentos anos, até a primeira metade do século XX. Os seus princípios racionais, ou antes, funcionais, os pormenores técnicos, são outras tantas afinidades com o urbanismo que o mundo industrializado porá em valor. (FRANÇA, 1965, p. 98)

Para concretizar os planos de refundação da cidade e de seus habitantes, a circulação de informações operou como estratégia fundamental, sendo meio de validação das explicações para o terremoto. Determinar uma causa natural abria a possibilidade de uma reconstrução sem o peso da culpa cristã e de sua posterior prostração penitencial. Desse modo, pela via dos dizeres oficiais, elaborados e incentivados por Carvalho e Melo, perfilou-se a explicação mais adequada da abordagem racional, classificando o sismo como fenómeno natural passível de ocorrer e de repetir-se periodicamente. Os lisboetas eram assim convocados à reconstrução da cidade, a partir de um ideal arquitetônico que se impunha tanto às moradias quanto aos próprios habitantes.

Concomitantemente, circularam outras interpretações de cunho religioso e profético, impingindo a causa do desastre à cólera divina. Aqueles ditos traziam

consigo a convocação dos pecadores à conversão e à penitência a fim de aplacar a ira de Deus, defendiam o retorno aos modos elevados de bons fiéis e preconizavam as preces e os deveres espirituais antes de qualquer trabalho mundano. O exemplar que mais reverberou em Lisboa na época foi o *Juizo da verdadeira causa do terramoto que padeceo a corte de Lisboa no primeiro de novembro de 1755*, escrito pelo já mencionado Gabriel Malagrida em janeiro de 1756.

O padre inaciano Malagrida foi o religioso preferido de D. João V e de sua esposa, pais de D. José I. Tinha livre trânsito na Corte e exerceu muita influência sobre o monarca, sua família e outros membros da nobreza, como a família Távora, uma das mais aristocráticas e antigas do país, com uma enorme importância no panorama político de então. Malagrida foi, pois, o confessor e diretor espiritual¹⁹ da realeza. Assim é descrito em uma de suas biografias:

Trinta annos de apostolado no amago das florestas do Novo-Mundo, entre povoações selvaticas do Maranhão e nas vastas dioceses do Brazil; dez annos mais consumidos a prégar a cruz de Jesus Christo ao povo e á côrte de Lisboa; e, depois, como galardão d'esses quarenta annos de serviços aos interesses de Portugal e da Igreja, uma condemnação iniqua pronunciada em nome de Portugal e da Igreja, por juizes sem consciência, nem autoridade; e, finalmente, apoz trez annos de incomportáveis angústias, nos humidos subterrâneos da Torre de S. Julião, a morte do martyr na última fogueira da Inquisição portugueza, acendida por ordem e sob as sugestões do marquez de Pombal: eis o resumo da existência de Malagrida. (MURY, 1875, p. VIII)

Como já dito, o jesuíta era um religioso fervoroso. Adepto da penitência, martirizava-se contínua e voluntariamente; comia apenas alguns legumes, pães e água; dormia poucas horas, sempre vestido, em catres duros ou no chão; trazia atado ao corpo um cilício duplo e flagelava-se impiedosamente com correntes de ferro (RODRIGUES, 2010). Muitos de seus suplícios eram infligidos em público, atingindo a atenção e comovendo os espectadores com uma atuação em carne e sangue.

Conta o jesuíta Francisco Butiña (1902), em seu diário, que Malagrida, dono da sólida reputação de santo, estava no confessionário de uma igreja, cercado de muitos

¹⁹ A direção de consciência é uma relação sustentada pelo ato confessional do dirigido, na qual se estabelece um vínculo livre, voluntário e ilimitado de direção. Assim, o indivíduo que pleiteia tal direção deve confessar a totalidade do que ocorre em sua vida, suas intenções e seus pensamentos, submetendo-se à vontade alheia.

penitentes, à hora dos tremores daquele novembro de 1755. Quando os abalos começaram, as paredes do templo estremeceram e a cúpula desabou sobre os fiéis, esmagando-os. Com um crucifixo na mão, o padre correu em socorro aos moribundos e feridos entre os escombros, animando uns, absolvendo outros e preparando a todos – são, contundidos e agonizantes – para comparecerem arrependidos ao divino tribunal do juízo final.

A relação entre os jesuítas e Carvalho e Melo nunca foi tranquila. Interesses econômicos, políticos e possivelmente éticos, de ambos os lados, impunham à contenda um movimento de maré, ora de ascensão, ora de declínio. Ambos se encontravam sempre ao pé do monarca, cada qual tentando exaltar sua maneira de conduzir os súditos e as ações do rei.

Os padres inacianos habitavam os palácios portugueses e ali exerciam funções diretamente ligadas aos monarcas. D. José I “foi educado com todo o esmero nos são princípios de um príncipe religioso, cuidadosamente formado pelos padres da Companhia e dócil aos seus conselhos, como diretores que eram de sua consciência” (ECKART, 1987, p. 51), conta o padre Anselmo, em diário que começou a ser escrito em 1777, nos cárceres de São Julião da Barra, à época da expulsão dos jesuítas de Portugal. Assim, os astros que comandavam a cheia ou a vazante das marés eram Suas Majestades Reais, intensificando ou arrefecendo suas forças de atração. Com D. João V, os jesuítas, em especial o padre Malagrida, estavam no ápice de sua influência; já com a coroa na cabeça do filho, D. José I, a atração voltou-se na direção do futuro marquês.

Conforme já anunciado, com o advento de uma catástrofe das proporções do terremoto, as desordens da natureza soaram a muitas mentes lusitanas como manifestações de caráter sobrenatural. Isso porque o costume de ler em cada fenômeno as evidências e as orientações do Divino Mestre, captando e acatando seus ensinamentos e possíveis sinais, era cultivado pela maior parte da população, de modo que o terremoto poderia ser facilmente compreendido como indício da insatisfação divina, numa aparente reedição de alguns episódios do Antigo Testamento.

Os padres da Companhia de Jesus estavam entre os principais propagadores dessas ideias. A terrível catástrofe fora precedida de outros avisos, tais como grandes fomes e fortes enchentes que haviam assolado o Reino nos anos precedentes. Segundo

os jesuítas, a reconciliação com a Divindade exigia muitos sacrifícios e penitências. Para eles, não bastava enterrar os mortos, e era perda de tempo trabalhar na desobstrução das ruas e na reconstrução da cidade; em vez disso, era preciso mortificar o corpo e elevar o espírito. Logo após o terremoto, em um ritual de tipo pedagógico, foram determinadas pelas autoridades eclesiásticas preces e outras manifestações de furor religioso para aplacar a cólera de Deus. Em Coimbra, até mesmo o reitor da universidade saiu em procissão, acompanhado por seus professores, “todos descalços, com cordas ao pescoço e coroas de espinhos à cabeça, cheios de modéstia e caridade” (DEL PRIORE, 2003, p. 233).

Lisboa destruída e encoberta de temores e superstições; os sobreviventes desnorteados e perturbados com as peculiaridades do enredo da tragédia; as terras de ventres abertos; a inclemência do fogo; a impetuosidade das águas e o frenesi dos ventos esculpiram a arena do jogo. Malagrida, reputado como um exímio orador, pregava a uma vasta audiência e proferia seus sermões com requintes cênicos. Desse modo, alimentava a contrição dos ouvintes – uma tarefa facilitada pelo horror que impregnava almas e mentes. Arrebatados pelas causas difíceis, seus embates com os infiéis e pagãos foram o combustível de uma vida de prédicas. Utilizando uma linguagem que ultrapassava as palavras, seu corpo, moldado por uma rígida disciplina, falava, enfim: “se a penitência exterior o deliciava, mais saborosa lhe era a mortificação interior de todos os affectos, a abnegação da vontade própria” (MURY, 1875, p. 9). O jesuíta não se limitava a pregar, mas lutava por fazer prevalecer sua doutrina, recorrendo à sua ascendência sobre alguns membros da Corte. Rogou por procissões, insistindo nas preces e penitências como as únicas formas de arrependimento e de alcance da misericórdia divina – argumento este que, nos dias que se seguiram ao desastre, foi cegamente acatado por uma Lisboa crédula e traumatizada.

Tal movimento concorria diretamente com as medidas de Carvalho e Melo, de modo que providenciar alimentos, evitar o abandono da cidade, punir e coibir os crimes soavam como futilidades logísticas aos ouvidos dos mais devotos. Para Malagrida, as ações de retirada dos escombros e os planos de reconstrução da cidade eram uma clara provocação à ira do Criador. O padre clamava, em seus sermões e escritos, à alma dos fiéis e aos ouvidos dos fidalgos, alegando que os habitantes deveriam se ocupar em

fazer retiros espirituais de meditação e arrependimento (FONSECA, 2005). Ou seja, tratava-se de dois caminhos que engendravam diferentes modos de agir.

O diário do padre Eckart apresenta uma carta do padre Malagrida ao amigo e companheiro de ordem religiosa, afirmando que o futuro marquês de Pombal

[...] governa não só o país, mas também o próprio rei, não há esperança nenhuma de que alguém nos acuda. Que mais quereis? Eu próprio fui expulso do palácio real. E se souberdes a causa desta ingrata situação, ainda mais vos admirareis. Tendo-se espalhado vários folhetos pela cidade de Lisboa, que, pondo de parte qualquer intervenção da Providência, atribuíam o terramoto apenas a causas naturais, e não havendo ninguém que se atrevesse a contradizer tão temerárias e ímpias afirmações, eu, o menor de todos, descí à arena, tomei a pena e, apoiado no testemunho de muitos Santos Padres, demonstrei que este terrível tremor de terra era sinal claro da ira de Deus. Isto desagradou de tal modo ao secretário Carvalho e Melo, que me expulsou da cidade para o colégio de Setúbal. (ECKART, 1987, p. 23)

A atitude de *tomar a pena*, narrada pelo jesuíta, concretizou-se no texto que o próprio Malagrida produziu, entregando-o pessoalmente a D. José I e a muitos fidalgos e fazendo-o circular por toda a Lisboa. O opúsculo, impresso com todos as licenças exigidas pela Coroa, continha 31 páginas grafadas em português, latim e italiano. Seu conteúdo consiste em um sermão escrito com as mesmas cores trágicas e apaixonadas das pinturas dos martírios que decoravam as igrejas lisboetas. O texto certifica que a catástrofe que se abateu sobre Lisboa foi um castigo dos céus devido aos pecados do povo português, convocando os sobreviventes a penitências e confissões, bem como salientando serem esses os únicos modos de aplacar a ira divina. Com destinatário certo, Malagrida assim iniciou seu escrito:

Sabe pois, oh Lisboa, que os unicos destruidores de tantas casas, e Palacios, os assoladores de tantos Templos, e Conventos, homicidas de tantos seus habitantes, os incendios devoradores de tantos tesouros, os que as trazem ainda tão inquieta, e fora da sua natural firmeza, não são os Cometas, não são as Estrellas, não são os vapores, ou as exalações, não são os Fenomenos, não são contingencias ou causas naturaes; mas são unicamente os nossos intoleráveis peccados. (MALAGRIDA, 1756, p. 3-4)

Afirmando sua verdade e falseando a ideia das causas naturais como motivo do terremoto, o gesto evocado pelo padre foi o de responsabilização conjunta dos habitantes por determinados atos. Segundo ele, não eram as causas naturais as

provocadoras de tanta lástima, mas sim a conduta desviante de todos os sobreviventes e moribundos.

Em seu jogo discursivo de afirmação, o padre indagou: “não sei como se possa atrever hum sujeito Catholico a atribuir unicamente a causas, e contingencias naturaes, a presente calamidade deste tão tragico terremoto?” (p. 8). Logo em seguida, conclamou os moradores da cidade às penitências, exaltando-as como modo de “emenda da vida, he o único escudo, que nos póde defender de tantos estragos, e calamidades” (p. 9), e cingindo suas prescrições como as únicas maneiras de alcançar a salvação.

Malagrida convocava os lisboetas a um jogo de si para si, pois, ao vincular o sobrevivente à verdade do castigo divino e responsabilizá-lo, tentava levar os fiéis ao reconhecimento de suas faltas, modificando a relação de cada um para consigo mesmo. As penitências prescritas – “pés descalços, cruces, açoutes, jejuns a pão e água” (MALAGRIDA, 1756, p. 28) – levavam a “humilhar-se, e buscar a Deos” (p. 21), convocando a obediência ao Padre Diretor” (p. 29) e aos desígnios dos céus, dois vínculos fundamentais para a construção de uma vida digna da salvação: humilhação e obediência. O texto se encerra com uma demonstração de como deveria ser incansável a dedicação de uma vida que procura a eternidade:

Quantas pessoas nobres, e illustres haverá, que não se sabem examinar!
Quantas que não se sabem confessar! E quantas que não se sabem arrepender, e cuidão que toda esta fabrica e negocio de palavras, he bater no peito, he rezar o formulário do Acto de contrição, e nada mais, e quantos que não pódem absolver; porque, ou não sabem, ou estão esquecidos, até dos mesmos Artigos de Fé! Prouvera a Deos, que isto fosse só hum caso singular, e que não tivesse achado, semelhante desamparo, ainda em pessoas muito conspicuas! Como se pódem facilitar, e capacita estes a fazer uma confissão geral, canonica, verdadeira, e segura, se não nestes silêncios, e soidoens, á luz de tantas instrucções, e meditaçoens, onde ainda com assistência de Mestres tão conspícuos, e tão idoneos para este fim, padecem suas duvidas, para o socego da sua consciência, para acertar os meyo, que hão de tomar, e o norte que hão de seguir para assegurar o negocio da sua salvação. (p. 31)

O sermão de Malagrida publicado no opúsculo conseguiu atar o medo em relação ao destino, bastante nefasto naquele momento, à culpa pela ira divina. Se os atos, os pensamentos e as vontades dos fiéis e infiéis resultaram na retumbante lição do todo-poderoso, os pecadores deveriam dedicar-se à penitência como meio de uma conversão da alma, que – se tomarmos emprestadas as palavras de Foucault (2014a, p.

118) – deixaria de olhar “as sombras, a matéria, a aparência” para “se virar para a luz, para o verdadeiro”. Assim, o jesuíta atrelava o retorno à normalidade e a reconquista da ordem – no caso, representada pela paz e pela salvação na vida eterna – a um agir dos cristãos, no sentido de reconhecer verdades específicas e retomar uma vida terrena de obediência.

Tal percurso era muito próximo daquele realizado por Carvalho e Melo. Nas providências do secretário de Estado, como vimos, a vinculação com a ideia das causas naturais deu-se no sentido de impulsionar os moradores a aceitarem a tragédia como um fenômeno natural e passível de repetição, gerando uma convocação no sentido de reconstruir a cidade com tecnologias que ajudassem a minimizar novos tremores. Ou seja, oferecia-se também uma salvação, só que desfrutável na própria vida presente. Sem apontar culpados, todos eram considerados vítimas dos caprichos da natureza e deveriam esforçar-se para serem senhores da força de reconstrução. O agir, portanto, era o meio. Em certo sentido, esse posicionamento também convocava ao reconhecimento de verdades específicas e à obediência aos ditames do reconstrutor.

Há, assim, três vínculos fundamentais na batalha dos dois protagonistas pela primazia da conservação ou da constituição de um sistema de veridicção: a interpelação por uma ação dos indivíduos – fosse em relação a si mesmos, fosse em relação aos outros –, o reconhecimento de determinadas verdades e a consequente obediência aos comandos do condutor. Nenhum dos três vetores atuava solitariamente; antes, operavam de modo concomitante. Ao se assentir e aderir a todo um conjunto de verdades, criava-se um liame ético de certa obediência, por meio da qual os indivíduos adaptavam suas condutas, seus valores e suas vontades a uma moral produtiva tanto em relação ao governo de si mesmo, quanto em relação ao governo do outro.

Se os vínculos utilizados pelos dois personagens da peleja eram os mesmos, suas estratégias de convocação eram distintas. O padre Malagrida encenou sua vida religiosa como um perfeito pastor de um rebanho de fiéis. Serviu aos seus devotos, sacrificando-se por eles, sempre com a intenção de que cada uma de suas ovelhas alcançasse o bem maior: a salvação. Para atingir a vida eterna, todo fiel deveria submeter-se ao jesuíta, assentindo com a direção de consciência. Nela o diretor organizava, regulamentava e ritualizava a confissão, extraindo de cada um os segredos individuais.

A Condessa de Atouguia, D. Marianna Bernarda, filha dos marqueses de Távora, escreveu em seu manuscrito autobiográfico – publicado pelo padre Valério Cordeiro, em 1916²⁰ – um relato de sua conversão e da direção do padre Gabriel Malagrida. Logo na introdução do livro, o padre Valério explica:

[...] direcção não é uma conversa [...] nem se restringe só a confissão [...] Ela procura o progresso na virtude, é pois a arte de conduzir seguramente a alma [...]. É preciso que o diretor seja cheio de caridade, sciencia e prudencia. [...] e conheça bem o coração humano, o meio social [...] e assim armar a inteligência para resistir aos embates da incredulidade [...] e formar a vontade fortificando o carácter [...]. É portanto, absolutamente necessário o conhecimento das forças do dirigido [...] as qualidades e os defeitos que possui. (TÁVORA, 1916, p. XIX-XXI)

Na sequência, o padre ensina que o dirigido deve “abrir voluntária e livremente o coração a outrem, e, se este outrem não merecer a nossa confiança absoluta, nunca a abertura do coração será completa, nunca nos moverão as suas palavras, nunca nos persuadirão as razões que nos der” (p. XXI). A salvação, portanto, exigiria uma confiança absoluta na figura do pastor, a ponto de o dirigido ceder sua vontade e transferi-la para seu diretor, não renunciando a ela.

Em uma passagem, Foucault (2014a, p. 209) explicita semelhante mecanismo:

Quer-se simplesmente que sua vontade seja submetida à de outro. O dirigido é aquele que diz: quero que o outro me diga o que devo querer [...] há alguém que guia a minha vontade, que quer que a minha vontade queira isto ou aquilo. Eu não cedo minha vontade, continuo a querer, continuo a querer até o fim, mas a querer ponto por ponto e a cada instante o que o outro quer que eu queira.

Todo esse trabalho executado pelo jesuíta era uma estratégia custosa e de resultados lentos. O pastor deveria cuidar de suas ovelhas diuturnamente, conhecê-las e guiá-las, além de promover constantes convocações por meio dos sermões. Se a abordagem individualizante efetivou-se pela direção de consciência de seus devotos, a aproximação aos cristãos mais distantes consubstanciou-se por meio da pregação. Essa foi a via principal da voz do clérigo, de importância ímpar. Por meio de palavras

²⁰ A data de publicação das memórias da Condessa indica que o manuscrito original ficou por muito tempo esquecido. A professora Zulmira Santos (2005) narra todo o périplo do manuscrito em seu artigo *Entre Malagrida e Pombal: as “Memórias” da última Condessa de Atouguia*.

cuidadosamente escolhidas, os fiéis eram instruídos rumo à resignação e à esperança da misericórdia celeste.

Na outra ponta, diferentes urgências bramiam para o futuro marquês. A construção de uma outra cidade ressurgida das cinzas, com novos contornos, demandava a refundação de um povo para a remodelação de um reino. Carecia o secretário de alcançar – e rapidamente – a maior parte dos sobreviventes. A fome, a peste e a morte não esperariam. Assim, o uso dos impressos não foi aleatório. Apesar de o padre também fazer uso das prensas para propagar seu discurso, o mestre no mecanismo da circulação foi Carvalho e Melo. Ele arrebanhou alguns escritores e outros fiéis colaboradores de reinos distintos, a fim de fornecer notícias regulares sobre o terremoto, sobre a política de proteção às pessoas afetadas e sobre a reconstrução de Lisboa (FALCON, 1993).

Para além da inferência imediata a que aponta tal subterfúgio – a propaganda de seus atos –, o que circulou nos impressos eram pedaços constitutivos de verdades que foram sendo montadas peça a peça, elaborando um novo sistema de racionalidade. Os escritos não tencionavam convencer os leitores e ouvintes da falsidade da versão sobrenatural. Esse seria um ardil fadado ao fracasso, pois grande parte do povo lisboeta acreditava piamente na versão do juízo final. A simbiose trono-altar ainda era muito forte e foi sincrônica na definição das prioridades: se as tarefas de oferecer abrigo, fornecer comida, evitar as epidemias e restabelecer a ordem ao punir os saqueadores foram prontamente postas em ação, as práticas religiosas, principalmente as preces públicas para aplacar a cólera de um Deus ofendido, não deixaram de merecer a atenção do regente. O próprio secretário enviou alguns bilhetes ao Cardeal-patriarca, determinando o restabelecimento dos Santos Ofícios e chegando a repreender Sua Eminência Reverendíssima pelos atrasos, como se vê no aviso enviado em 2 de dezembro de 1755 “para o Eminentíssimo Cardeal Patriarcal, significando-lhe o desprazer de S. Majestade de se não terem renovado ainda os Offícios da Santa Igreja Patriarcal” (FREIRE, 1758, p. 200).

Os impressos de Carvalho e Melo propagaram convocações, ordens e providências, disseminando atitudes e procedimentos para um novo habitante de uma nova cidade – tudo fundamentado por um enunciado científico em sua mais tenra

aurora. Tal versão da catástrofe natural, que foi constituída com uma veracidade tão minuciosamente produzida, prevalece quase intacta até os dias de hoje.

As verdades do futuro marquês, objetos de um jogo sempre complexo de recusa e aceitação, de valorização e desvalorização, alicerçaram-se por meio de duas estratégias: o comprometimento e a memória. A primeira criava direitos e deveres em relação a si, aos outros habitantes e à cidade; a segunda atuava na direção de levar os sobreviventes a se recordarem de um passado grandioso a fim de edificar um vir a ser. Assim, manteve-se o dinamismo das experiências passadas, dos saberes acumulados e das lutas ocorridas, formando um elo entre o passado, o presente e o futuro que resultaria numa espécie de coesão social.

Destarte, por meio daquele acontecimento de 1755, apercebemo-nos de dois regimes de verdade em confronto, entendendo-os como formas de constranger, coalhadas de condições de efetivação e de efeitos específicos a fim de levar os indivíduos ao reconhecimento e à assimilação das verdades evocadas. Tal modo de constrangimento em relação à produção da verdade requer, como já dito, uma obrigação. Assim, a constatação das verdades como uma evidência gera formas de comprometimento do sujeito em relação ao verdadeiro.

A querela entre o padre e o futuro marquês foi longa. Logo após a publicação do texto de Malagrida, Carvalho e Melo conseguiu o desterro do religioso para Setúbal, do outro lado do Rio Tejo, apoiando-se no argumento de que seu escrito contribuía para aumentar a perturbação e a dispersão dos habitantes de Lisboa. No exílio, o jesuíta recebia visitas de nobres – entre eles, D. Leonor, Marquesa de Távora, e sua filha – que iam realizar com ele os exercícios espirituais de Santo Ignácio.

O acaso das forças naturais propiciou o palco para as forças humanas, produzindo uma trama novelesca. O padre bradou do púlpito contra Carvalho e Melo. Dado a pressentimentos e visões, o jesuíta teve um presságio que envolvia D. José I, tendo certeza de que sua vida corria perigo. Tentou então avisá-lo e comentou suas preocupações com os visitantes.

Em 3 de setembro de 1758, D. José I, retornando de uma visita secreta à sua amante predileta, D. Teresa, esposa de D. Luís Bernardo, filho dos marqueses de Távora, tomou a estrada de volta ao Paço, quando, por volta das onze e meia da noite,

homens encapuzados abriram fogo contra sua carruagem, ferindo-o no ombro e no braço direito, bem como nas costas.

Por três meses fez-se silêncio no Paço. A tentativa de regicídio foi ocultada e a Rainha assumiu a regência, disseminando a versão do Rei acidentado. No dia 13 de dezembro ocorreu algo até então improvável, como narra a Condessa de Atouguia:

[...] pelas seis horas da manhã [...] nos veio chamar um criado [...] dizendo: “Senhor Conde, acorde, que está a casa cercada desde as três horas da noite e parece coisa de prisão”. O conde calçou as chinelas, vestiu uma roupa de chambre e saiu para a casa fora. Entrou outra vez no quarto onde eu estava, com um Desembargador o qual me achou ainda na cama, onde me intimou a ordem que tinha de levar o Conde preso, e que a Rainha D. Marianna Victoria, que então estava governando, me ordenava que ficasse eu também preza em minha caza. (TÁVORA, 1916, p. 39-40)

E assim se passou com os membros das casas de Távora, Atouguia e Aveiro, representantes das famílias nobres mais antigas e tradicionais de Portugal: os homens foram presos; as mulheres e meninas foram transferidas para mosteiros; e os meninos ainda pequenos foram levados para colégios internos. O processo correu rápido, e em 12 de dezembro todas as sentenças estavam declaradas. No dia seguinte, em um cadafalso erguido no Cais de Belém, D. Leonor, a marquesa de Távora, foi decapitada e dez homens foram supliciados com requintes de tortura, sendo cinco deles nobres da mais alta estirpe, entre os quais estava D. Francisco, o marquês de Távora, e quatro criados (LEAL, 1874).

O fato improvável do ocorrido não foi o uso de suplícios como pena, o que era algo absolutamente comum aos mandos da Inquisição portuguesa e, portanto, banal para os lisboetas. A ocorrência rara, raríssima, deveu-se à procedência de alguns dos condenados. Degolar, supliciar e queimar representantes da mais alta aristocracia transformou o ordinário num acontecimento absolutamente inusitado aos olhos e ouvidos da época.

Junto aos nobres, os jesuítas também foram acusados de tramar contra a vida do Rei, encerrados em suas casas e proibidos de qualquer contato com o exterior, além de terem seus bens e livros confiscados e enviados ao Palácio da Ajuda. Por meio de articulações, lutas, ameaças e acordos, em 3 de setembro de 1759 foram expulsos todos

os membros da Companhia de Jesus de Portugal, incluindo os vindos do Brasil, em lei assinada pelo agora Conde de Oeiras.

Malagrida foi preso em janeiro de 1759, sentenciado por lesa-majestade, conluio e autoria. Encarcerado nas masmorras do Forte do Junqueira, não foi levado ao cadafalso com os outros condenados, nem expulso junto aos demais padres de sua ordem. Foi transferido para os cárceres do Santo Ofício e, assim, “quasi nu; havia vinte e oito mezes que não trocara de roupa branca; a sua roupeta era um apontado de trapos” (MURY, 1875, p. 171), compareceu diante dos inquisidores. Acusado de heresia, blasfêmia e falsas profecias grafadas em dois textos compostos nas masmorras, foi condenado “a ser garrotado pela mão do algoz, e queimado na Praça Pública de Lisboa” (p. 177). Em 21 de setembro de 1761, um último auto de fé foi promovido, com toda a solenidade.

O espetáculo funesto passou-se na Praça do Rossio: o padre percorreu um circuito de cirio fúnebre ladeado de dois monges beneditinos, que “aos murmuros diziam ‘aqui está o Padre Malagrida’, que vai ao tribunal” (BUTIÑA, 1902, p. 439). Estava ele “com as mãos atadas para as costas, e um freio de pau na boca” (MURY, 1875, p. 179) usado para calar os hereges. Depois de leituras de condenações, foi garroteado pelo carrasco, seu corpo queimado até as cinzas e estas jogadas ao mar. Assim morreu, sentenciado por palavras escritas e ditas.

Na disputa das verdades, o novo se sobrepôs ao velho hábito, como disse o Conde de Oeiras no *Discurso politico sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode tirar da sua desgraça por ocasião do terramoto do 1º novembro de 1755*: “quando o povo perdeu a norma dos seus antigos costumes, digo que as melhores leis não acham em que pegar: é preciso então, para me explicar assim, é necessário um golpe de raio, que abisme e subverta tudo, para tudo reformar” (CARVALHO E MELO, s/d, p. 188).

Queimar até as cinzas era uma prática que servia para impossibilitar as lembranças ao condenado, já que não oferecia lugar para o corpo repousar, nem para que se cultuasse o morto. Além disso, eram jogadas ao mar para que nem o pó pudesse ser guardado de recordação.

O mesmo não ocorreu com os livros dos jesuítas e dos fidalgos aniquilados, os quais, transportados para o Palácio da Ajuda, foram a base da nova Biblioteca Real.

Assim, o Conde de Oeiras elaborava um plano de reconstruir a biblioteca, utilizando os livros arrecadados nos acervos dos religiosos da Companhia de Jesus e reservando para eles um novo espaço. O reaparelhamento da Biblioteca fazia parte dos planos, tanto no sentido de oferecer pujança (SCHWARCZ, 2002), quanto no de garantir uma memória erudita detalhadamente registrada.

III. UMA BIBLIOTECA

As iluminuras eram detalhadamente trabalhadas, mas não era ele quem o fazia. Seu trabalho começava com as folhas cortadas no tamanho certo. Depois iniciava a transcrição do texto, feita de maneira lenta, como o passar das horas na cadência da paisagem de Lisboa. As palavras eram cuidadosamente desenhadas, uma a uma, letra a letra. O erro ocorria pelo cansaço, na penumbra instalada ao tempo de frio ou ao cair do sol, no horizonte de uma das setes colinas, e pela distração sorrateira que se apossava da atenção, embalando-a. Para corrigir o engano na caligrafia, utilizava uma haste afiada de metal. Raspava a superfície, conseguindo assim voltar à ausência de marca, eliminando o delineamento menos arredondado da letra e as imperfeições que poderiam macular o rendado da escrita. Precisava de muitos dias para escrever, mas naquele tempo não se conhecia a pressa.

Destino moroso, ofício fatigante que convocava os mais habilidosos. Antes de começar, o escriba experimentava a pena e traçava algumas letras do alfabeto nas margens, para depois apagá-las. Assim conseguia dosar a tinta, a pressão atribuída à pena, a intensidade do gesto. Enquanto escrevia, deixava intervalos em branco para as ilustrações. Sabia onde colocar as orações, distribuindo-as pelo espaço sem linhas, nem marcas. Ao final de cada página, deixava-a de lado para destiná-la ao outro artista. Este a arrematava, completando os cabeçalhos, ilustrando as letras capitulares e os espaços ao redor do texto. Com cores vivas e folhas de finíssimo ouro ou de levíssima prata, as páginas eram meticulosamente cobertas de gravuras. Tais desenhos podiam ser narrativas ou destaques de partes do texto.²¹

Ele não conhecia muito bem o Mestre de Avis, mas cada palavra que o senhor ditava sobre a arte de caçar e de montar era cuidadosamente manuscrita. Algumas vezes a letra borrava, e era então preciso retocar suas formas, exigindo a calma do narrador e a destreza do artesão. Não se preocupava muito com as movimentações em torno do trono. Seu trabalho já era por demais

²¹ SILVA, 1999.

intenso, mas sabia, por ouvir contar, que D. João, o rei, era um homem letrado. Filho bastardo de D. Pedro com uma galega plebeia, havia sido educado em restritos padrões eruditos por preceptores da Ordem de Avis.

Era época de paz e Castela restava silenciosa após a batalha de Aljubarrota.²² Nesses tempos de calma, os defensores do Reino, como narrava D. João, deveriam distrair-se, uma pausa necessária para que pudessem melhor governar e cumprir com correção as obrigações que a condição de nobreza exigia. Para além disso, El-Rei ditava os preceitos para o andar a cavalo, atividade que permitia ao homem nobre, em tempos de paz, a prática de ações semelhantes às desenvolvidas durante o período de guerras. Assim, as armas não lhes seriam pesadas, quando em nova campanha tivessem de empunhá-las.

Alguns escribas viviam próximos à Sua Alteza. Ele compartilhava tal honra e, junto ao soberano, acabou por conhecer suas ideias e vontades. O primeiro Rei da dinastia de Avis trazia um ímpeto, uma vontade. Algo de ventania corria pelo Reino.

Assim começa a história de uma biblioteca flutuante, com um Rei que recebeu a alcunha de *O de Boa Memória* e que deixou como legado, entre outros feitos, conquistas territoriais e o esboço de uma biblioteca pensada para a educação dos príncipes (SERRÃO, 1996).

Por iniciativa de D. João I foi redigido um livro em que especificava condutas adequadas aos futuros monarcas e a uma nobreza em ascensão. A estes, tão ocupados com as deliberações do governo de seus súditos, orientou suas ações pela temperança. Por meio de uma descrição detalhada da arte da caça e do *jogo de andar ao monte*²³ (D. JOÃO I, 1918, p. 3), o Rei-escritor advertia que “o homem nunca cai em grande

²² O exército castelhano invadiu Portugal, entrando pela Beira Baixa em direção à Lisboa. Em Aljubarrota, o exército português, comandado por D. João, infligiu ao inimigo uma pesada derrota, assegurando a independência de Portugal e o reconhecimento de D. João I como soberano (SERRÃO, 1996).

²³ Montar cavalo (LOPES, 1897).

erro, se não pelas coisas que toma por grande prazer”²⁴ (p. 38-39), desaconselhando o excesso, fosse na perseguição ao porco montês, fosse na vida cotidiana.

À moda de um tratado pedagógico, D. João I escreveu sobre como as atitudes nobres devem ser guiadas, utilizando o juízo do entendimento e da vontade: um monarca deveria saber reger e defender seu território, elegendo a virtuosidade como a base de seu comportamento. Inspirou seus escritos na ideia do saber. Desta feita, os procedimentos dignos dos líderes deveriam estar fundamentados no conhecer e no fazer, sempre voltados a gestos de aprimoramento de si. O texto do soberano descreve a maneira como ele concebia e produzia um mundo, construindo-o por meio do regramento dos comportamentos endereçados ao leitor.

Nas páginas manuscritas, expressou seu apreço pelo conhecimento e aclamou o livro como um eficiente suporte de conservação e transmissão dos saberes dos que se vão para os que estão por vir.

No *Livro da montaria*, escrito entre 1415 e 1433, o culto Rei assevera, logo na introdução, que

[...] depois que o homem assim foi criado, foi razoável e sabedor e desse vieram os homens de geração em geração e começaram a provar as coisas e os conhecimentos delas. E viram que aqueles, que algumas coisas sabiam, morriam e que os outros que depois deles vinham perdiam os saberes, por onde perceberam um modo dos saberes não se perderem, cataram as figuras das letras, nomearam-nas e fizeram por elas que os saberes não se perdessem. Então, começaram a escrever livros nos quais os puseram. E, assim, outros fizeram livros de Gramática, de Retórica e outros muitos livros que falam de muitas coisas.²⁵ (D. JOÃO I, 1918, p. 2)

Contam que assim nasceu a Livraria Real (SCHWARCZ, 2002), relacionada diretamente à educação dos príncipes de Avis. Foi a família de D. João I – considerada

²⁴ Neste e em alguns casos seguintes, optamos por traduzir ou adequar as citações do século XV e XVI à grafia atual, a fim de contribuir para a fluência da leitura. No original: “o homem nunca cahe em erro grande se nom por as cousas que toma grande prazer”.

²⁵ “[...] depois que o homem assi foi criado foi razoauil e sabedor, e deshi uierom os homões de geraçom em geraçom, e começaram a prouar as coisas, e os conhecimentos dellas, e uirom que aquelles que algũas cousas sabem, tanto morriam elles, os outros que depois deles uinham, perdiam os saberes, por ende se perceberem de se os saberes nom perderem, catarom as figuras das letras, e nomearomnas, e fizeram em como se por ellas nom perdessem os saberes: e enton começaram a escreuerliuros, em que os puserom, e assi outros fizeram liuros de Gramatica, e de Rhetorica, e outros muytos liuros que falam de muytas cousas”.

uma das mais eruditas do Reino e cantada por Camões em *Os lusíadas*²⁶ – que começou a acumular os livros, planejando a educação dos soberanos e da nobreza. Era o princípio tímido de uma biblioteca delineada pela função de guarda: dos saberes, das falas autorizadas e das relíquias de uma cultura que deveria sobreviver ao tempo e chegar às nobres gerações vindouras.

O *Livro da montaria* carrega uma história permeada de imprecisões. O original manuscrito, conjectura-se, foi copiado e recopiado. Afirma-se também que, recentemente, parte do original foi encontrada no arquivo histórico provincial de Lugo, na Galícia,²⁷ e que existe um fragmento do original em posse de um colecionador particular (LORENZO, 2000). O único exemplar que pode ser consultado encontra-se no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, catalogado como manuscrito 4352.

Narra o editor da primeira edição impressa do documento, Francisco Maria Esteves Pereira (1918), que o códice original teria sido copiado por Manuel Serrão da Paz em 1626 e depois transcrito por autor desconhecido, cuja identificação se dá pelas letras F.A.C., nos fins do século XVIII ou no início do XIX. A escrita do texto provavelmente teria sido modificada a cada transcrição efetuada, o que explicaria as formas ortográficas estranhas ao português medieval contidas no texto e bem próximas do castelhano do século XVII. A autenticidade e a datação são personagens de um enredo recoberto de um limbo de incertezas. E assim principia uma longa história.

O reinado de D. João I, além de iniciar uma dinastia e ser o instituidor do que se convencionou chamar de Livraria Real, foi uma resposta a um período cravado por conturbações e descontentamentos que trouxeram instabilidade e agitação a Portugal. Nexos estavam se deslocando, abrindo a necessidade de diferentes estratégias para reinar. Com D. João I teve início um período em que a paz foi provisoriamente estabelecida, as fronteiras retomadas e um projeto de expansão iniciado com a conquista da Ilha da Madeira, dos Açores e de Ceuta, na costa norte da África (SERRÃO, 1996). Concomitantemente, o Rei estudioso e sua descendência formariam

²⁶ “Não consentio a morte tantos anos / Que de Heroe tão ditoso se lograsse / Portugal, mas os coros soberanos / Do ceo supremo, quis que povoasse: / Mas pera defensam dos Lusitanos, / Deixou quem o levou, quem governasse, / E aumentasse a terra mais que dantes / Inclita geração, altos Infantes” (CAMÕES, 1921, p. 70).

²⁷ Notícia vinculada no jornal *El País*, em 24 de março de 2014: <http://ccaa.elpais.com/ccaa/2014/03/12/galicia/1394650666_124136.html>. Acesso em: 1 nov. 2015.

uma cultura da memória. Os livros e sua conservação estavam diretamente ligados à ideia de memória e de como e por meio de quais discursos deveriam ser apropriados os tempos de outrora. Assim alerta o Mestre de Avis: “Os livros nunca foram feitos senão para aqueles que não sabem e querem aprender, que aprendam por eles, ou se não sabem que o retenham: porque o saber é em algumas coisas muito longo, e a memória não o poderia reter”²⁸ (D. JOÃO I, 1918, p. 95).

A memória deveria, pois, ser alimentada pelo registro escrito, fosse pelos príncipes de Avis, fosse por cronistas²⁹ contratados pelos mandatários do Reino (COSER, 2007). Os membros de tal dinastia eram tão preocupados com a perpetuação das narrativas que, pela primeira vez na história de Portugal, um soberano contratou um cronista para narrar feitos e descrever o modo de existência da estirpe real (FRANÇA, 2006).

A lista de escritos mescla tratados técnicos e morais.³⁰ Os dizeres referem-se sobretudo à apresentação de modelos a serem seguidos: um conjunto descritivo de ocupações que envolvem um labor na relação do indivíduo consigo mesmo. Tratava-se da elaboração de um modo de agir, simultaneamente à instauração de uma nova fase na monarquia portuguesa.

Os escritos da dinastia de Avis iniciam um modo de narrar a história de um povo, ancorado no poder e na perpetuação dos discursos (LAPA, 1981). É nesse instante ímpar, portanto, que o “os príncipes organizam livrarias, empreendem iniciativas como a redacção de grandes compilações, promovem ou fazem traduções, são, por vezes, autores de obras originais” (SARAIVA, 1995, p. 111).

Escrever sobre a arte da montaria e da caça, no caso de D. João I, delineou nas páginas manuscritas um modo correto de fazer, um comportamento esperado dos dirigentes e nobres. Assim, por meio de numerosos conselhos e advertências, havia

²⁸ “Os livros nunca foram feitos senom pera aquelles que nom sabem e querem aprender, que aprendam per elles, ou se o sabem que o retenham: e porque o saber he em algũas cousas muy longo, e a memoria nom poderia reter”.

²⁹ Fernão Lopes, com *Crônica de D. Pedro*, *Crônica de D. Fernando* e *Crônica de D. João* (partes I e II), e Gomes Eanes de Zurara, com *Crônica da Tomada de Ceuta*, *Crônica dos Feitos da Guiné*, *Crônica de D. Pedro de Meneses* e *Crônica de D. Duarte de Meneses* (MONGELLI, 2001).

³⁰ D. João I escreveu o *Livro da montaria*. Da lavra de seus filhos: o infante D. Pedro escreveu o *Livro da virtuosa benfeitoria*; D. Duarte I, o livro *Leal conselheiro* e *Livro da ensinança do bem cavalgar toda a sela* (MONGELLI, 2001).

indicações de uma conduta ideal. As falas do Rei teceram gradativamente uma trama de ensinamentos e proposições sobre a ordem do mundo e o controle do corpo e da alma.

Sem nunca abandonar o tema espiritual, notadamente o cristão, o primeiro livro da dinastia de Avis ensinava bons comportamentos aos nobres em tempos de paz. Aos governantes estava posto um cenário, um mundo a se habitar e um papel na cena do poder. Explica D. João I (1918, p. 92-93):

[...] para o homem ser bom, nunca o pode ser se não houver bom conhecimento [...] ao homem cumpre primeiramente, depois do conhecimento do seu Deus, conhecer a si mesmo, quem é, que é e que poder tem [...] conhecer todas as coisas que faz, se são más, se boas. Se não conhece quais são boas e quais são más, nunca poderá deixar o mal e fazer o bem.³¹

Desse modo, coube às obras conduzir príncipes e fidalgos a conhecerem a si mesmos para melhor governarem seus súditos. Tais práticas de si abarcavam o cuidado e o conhecimento de si, em uma articulação com o cuidado dos outros.

As recomendações do rei versavam sobre o falar verdadeiro: “quando se assim fala amiúde, muitas vezes se falam muitas mentiras [...] palavra esta muito feia na boca do rei. Devem-se os reis guardar que tal palavra não digam [...] que a boca dos reis sempre diga a verdade”³² (p. 43); sobre o cuidado com as companhias: “cada uma coisa se alegra com seu semelhante, os bons folgam com os bons e os maus com os maus. E porque o estado e a honra dos reis não estão senão nos bons de sua terra, muitos se devem guardar”³³ (p. 42), afinal, como lembrou D. João, “diga-me com quem viveste e dir-te-ei que manhas há”³⁴ (p. 10); sobre a preocupação com a alimentação: “que comer seja pouco, posto que as iguarias sejam muitas [...] e outrossim que o vinho que

³¹ “[...] pera homem ser bõo, nunca o pode seer se nom ouver bõo conhecimento [...] ao homem compre primeiramente depois do conhecimento do seu Deus, conhecer a si meesmo, quem he, e que he, e que poder tem [...] conhecer todallas cousas que faz, se soon maas, se bõas, ca se nom conhece quaes som bõas, e quaes som maas, nunca podera deixar o mal, e fazer o bem”.

³² “Quando se assi falla a meude, muytas vezes falam muytas mentiras [...] palavra esta muy fea na boca do rrey. E devem se os rreys muyto de guardar que tal palavra nom digam [...] que a boca dos rreys sempre digãa verdade”.

³³ “Cada hũa cousa se alegra com seu semelhante, ca os bõos folgam com os bõos e os maaos com os maaos. E porque o estado e a honrra dos rreys nom esta senom nos bõos de sua terra, muytos devem se guardar”.

³⁴ “Dime com quem viveste, e direyte que manhas as”.

houverem de beber [...] seja meado de água”³⁵ (p. 41); e sobre o cuidado com a forma física: “quando estão folgados, e lhes é mister fazerem em armas, jogam alguns dias, porque este jogo faz-lhe estender os membros, e outrossim faz o folego ficar bom”³⁶ (p. 9).

Em suas recomendações, D. João I prescreveu aos seus leitores um cuidar de si para, ao mesmo tempo, conhecer-se e dominar seus apetites, segundo uma espécie de ascetismo, a fim de poderem executar um bom governo do outro. Assim, definiu o que poderia ser descrito como “um certo número de regras de condutas ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições” (FOUCAULT, 2006a, p. 269).

O gesto real de acumular livros começou num tempo em que as condições técnicas de produção bibliográfica eram precárias, tanto em relação ao fornecimento do suporte – papel ou pergaminho –, quanto em relação à escrita, toda laboriosamente desenhada. Destarte, a produção era quase unitária. A circulação dos manuscritos, apesar de muito restrita, era um fator de valorização de tais códices. Os trabalhos mais valiosos eram emprestados para serem reproduzidos pelos copistas. Os livros caros e raros tinham a incumbência de conduzir as existências de poucos (MARTINS, 2001).

A atividade intelectual portuguesa começava então a se elaborar, pois a “el-rei D. Duarte cabe, entre os soberanos portugueses, a gloria de haver sido o primeiro que nos reaes paços reuniu livraria” (RIBEIRO, 1871, p. 38). Foi também D. Duarte, filho de D. João I, o primeiro a estabelecer normas de tradução a fim de padronizar a produção. Os textos escolhidos para compor a Livraria Real, especula-se, versavam, em sua maioria, sobre devoção e excertos da Bíblia, mas também obras de história, filosofia e literatura teriam sido produzidas e traduzidas. As traduções e cópias podiam ser fiéis ou infiéis aos originais; partes delas podiam ser supridas ou acrescentadas do gosto, da intenção e da concentração do copista ou do tradutor, que também podia assumir a autoria do texto (MARQUES, 2001). Uma escrita sem norma, nem autor.

Assim principia a longa e conturbada vida da Livraria Real, com alguns tempos fartos e outros minguados. Com D. Afonso V, neto de D. João I, o acervo foi

³⁵ “Que comer seia pouco, e posto que as iguarias seiam muytas [...] e outrosi que o vinho que ouverem de beber [...] seia meado daugua”.

³⁶ “Quando estam folgados, e lhes he mister fazerem em armas, jogam algũs dias, porque este joguo faz lhe fazer tender os membros, e outrosi o folego faz lho fazer bõo”.

incrementado e viu “o clarão d’aquelle astro redentor, verdadeira estrella dos Magos” (VITERBO, 1901, p. 5), ou seja, o surgimento da imprensa.

Na opinião de Ruy de Pina, cronista-mor do Reino e guarda-mor da Torre do Tombo, em crônica escrita entre 1497-1520, D. Afonso V “sabia que os livros, posto que são conselheiros mortos, sempre ensinam e dão verdadeiros e são conselhos, muito livres e isentos das paixões dos conselheiros vivos”³⁷ (SERRA, 1790, p. 200). Foi também esse soberano que impulsionou o aumento do acervo, “comprando para isso a pezo de ouro os livros, que haviam impressos, e quantos pode achar manuscriptos” (FONSECA, 1728, p. 404). Já com D. Manuel, trineto de D. João I, o acervo foi mais utilizado para ofertar livros aos seus amigos e às autoridades – “ao Papa fascinava como o esplendor das maravilhas orientais; ao potentado africano ofuscava com os productos da civilização do occidente” (VITERBO, 1901, p. 7) –, num movimento que desfalcou o acervo à disposição da Família Real.

Com a arte tipográfica, os livros manuscritos continuaram a ser agregados ao acervo da Livraria, mas a impressão produziu uma mudança radical na produção e na circulação dos textos.

Muitos acontecimentos constituíram a vida de Portugal, de seus súditos e da Biblioteca. Entre eles, o fim de uma dinastia com a morte de D. Sebastião, jovem rei que, sob a responsabilidade de perpetuar uma linhagem quase em extinção, lançou-se em uma empreitada de reconquistas no norte da África, onde encontrou seu trágico fim, desaparecendo em uma batalha. Restou à Casa Real de Portugal entregar a coroa a um rei em idade avançada e debilitado, cujo reinado foi uma angustiante espera do final da dinastia de Avis. Assim, em 1580 “faleceu e se foi dessa vida o Rei velho [...] numa noite de grande Eclipse da lua, a maior que se pode ser [...] e assim se cobriu a lua de vermelho [...] e todo o Reino ficou muito mais escuro e confuso”³⁸ (BRANDÃO, 1939, p. 144). Deu-se, logo depois, o início de mais de 50 anos de jugo espanhol.

Nesse período, pouco se disse da Livraria Real. D. Felipe II, que reinou desde o final do século XVI até os meados do XVII, era um soberano de dois reinos,

³⁷ “[...] sabia que os lyvros, posto que sejam Conselheiros mortos, sempre porem ensynam, e dam verdadeiros e saões conselhos, muy livres e ysentos das paixooens dos Conselheiros vivos”.

³⁸ “[...] falleceo e se foi dessa vida o Rei velho [...] numa noite de grande Eclipse da lua, a mor que pode ser [...] e assi se cobriu a lua de vermelho [...] e todo o Reino ficou muito mais escuro, e confuso”.

submetendo Portugal à Espanha. Em junho de 1582, escreveu às suas filhas dizendo-lhes que possuía livros de pintura e que os levaria quando deixasse Lisboa³⁹ (GACHARD, 1884), corroborando a tese de alguns historiadores de que a Livraria foi então quase desmontada.

³⁹ “Decídselo así y que tengolibros de pintura que llebarle quando baya” (GACHARD, 1884, p. 175).

As ruas de Lisboa estavam cada vez mais esburacadas. A cada passo se podia sentir as depressões no terreno de terra batida. Ao sair da missa de domingo, tinha virado seu pé em uma dessas miúdas crateras que recobrem o piso. Uma cidade sem dono. Da labuta, tinha de voltar para casa quando ainda estava dia, evitando a noite. Não que a luz fizesse alguma diferença, mas depois que o sol se deitava por detrás do Tejo, em cada curva das ruas tortuosa, espreitava um larapio pronto para surrupiar a fêria do dia.

João Francisco é um cego papelista⁴⁰ cujo ponto de venda fica à Rua da Capela, estreita viela no coração da ribeira do Tejo, local nobre com boa movimentação de transeuntes, que não hesitam em gastar alguns poucos réis para adquirir um folheto de teatro de cordel, alguma novela ou mesmo uma folha noticiosa. Ele vende histórias impressas em folhetos de papel barato, com letra miúda de má qualidade, ora com, ora sem imagens, alimentando uma espécie de fascínio com as palavras narradoras de existências e ocorrências. Nada parecidos com os elegantes impressos e manuscritos da Livraria que habita o Palácio, seus opúsculos destinam-se àqueles que não conhecem os livros de lá, mas que gostam de familiarizar-se com o que está a acontecer e com o que contam autores e profetas desconhecidos.

“Santo e louvado D. João V”, bendiz o vendedor cego, “o Nosso Senhor que publicou há alguns anos uma bendita provisão”.⁴¹ Desde então, os cegos, com seus cães ou moços com vista, têm a exclusividade do comércio de impressos nas ruas. Assim, entoam alguns trechos decorados dos textos postos à venda, expondo-os pendurados por barbantes. Com a cantilena, tentam cativar os compradores e ganhar seus vinténs, mantendo-se longe da mendicância.

Não que fosse ruim viver da caridade alheia, ainda mais naquela cidade onde existiam quase tantas igrejas quanto casas, e tantos fiéis quanto pombas. Não que os frequentadores das numerosas construções cristãs fossem naturalmente bondosos, mas se apregoava, do alto dos

⁴⁰ Ambulantes que vendiam textos nas ruas de Lisboa.

⁴¹ Em uma provisão de 7 de janeiro de 1749, D. João estabeleceu os privilégios da irmandade do Menino Jesus dos Homens Cegos, uma associação de cegos com caráter religioso que tinha exclusividade nas vendas de folhetos, autos, livros usados e folhinhas nas ruas (BRAGA, 1885).

púlpitos, a beneficência como uma das virtudes cristãs. Não que a compaixão imperasse por tal motivo. O que impulsionava os beatos era o medo, pois a omissão era um pecado esbravejado pelos padres de boa oratória – “a omissão é um pecado que se faz não fazendo”⁴² –, ladainha tantas vezes repetida desde que Vieira sentenciou “que os pecados que ultimamente hão de levar os condenados ao Inferno, são os pecados de omissão”.⁴³ A fatídica condenação ao fogo do inferno assustava. Enfim, João Francisco, assim batizado em honra do falecido soberano, aproveitava-se do medo dos adoradores da cruz e de seus temores do fogo do inferno. O cego vivia num tempo intenso e movimentado de criação, impressão e venda de toda sorte de papéis que saíam à luz,⁴⁴ numa profusão que lhe revertia bem lucrativa.

De suas andanças nas estreitas ruas da cidade, o lugar de que mais gostava era a ribeira. O aroma do Tejo, junto ao som de suas águas a chocar-se com a opulenta construção de recepção das naus, deliciava o gajo. Podia sentir a brisa fresca e molhada, que mesmo no frio enchia seu espírito de uma sensação de imensidão. Diziam que o Tejo era calmo, mas ele sabia que uma alma agitada no rio se escondia. E ele, como não podia enxergar as águas supostamente pacíficas, aprendera a escutar o rio e acreditava, com toda a fé, que um dia o Tejo se mostraria em sua mais pura brutalidade.

Conhecia pouco as proezas dos nobres, mas de vez em quando ouvia, pela voz dos leitores ocasionais dos folhetos que ofertava, as narrativas épicas, tomando ciência das lutas e das ações dos soberanos. D. João V, pelo que escutou, não foi predisposto às batalhas de corpo, apesar das guerras com o Oriente e das constantes rixas com a coligação franco-espanhola. Sabia, pois tinha percebido no som das brisas emanadas do Palácio da Ribeira há alguns anos, que o monarca era apreciador de música⁴⁵ e, pelos cochichos dos numerosos transeuntes, que era também um admirador das letras.⁴⁶

⁴² VIEIRA, 2000, p. 379.

⁴³ VIEIRA, 2000, p. 379.

⁴⁴ Expressão utilizada pela *Gazeta de Lisboa* para designar as obras publicadas e postas em circulação.

⁴⁵ VASCONCELOS, 1870.

⁴⁶ SYLVA, 1750.

Ao cumprir o trajeto de sua casa até a Rua da Capela, passando pelo Aqueduto das Águas Livres para conversar com as lavadeiras que, embaixo da construção de captação e distribuição de água, alvejavam as roupas dos lisboetas, refletia sobre as ações do soberano há cinco anos falecido. Ao cruzar a Baixa, sentindo o aroma das sardinhas fritas junto às postas de bacalhau e ouvindo o barulho seco das canecas de vinho a serem servidas, ponderava que talvez D. João V tenha sido mais sutil e ardiloso do que seus ascendentes, pois obrou uma espécie de anexação bem mais apurada do que a territorial, uma maneira de agregar seus nobres tanto pela mente quanto pela alma, usando o jogo das palavras. Fez de Lisboa, assim, uma senhora culta e dona de uma das livrarias reais mais prestigiada de todo o continente.

Naquele sábado, 31 de outubro, o fim da tarde estava calmo, o vento era suave e embalava as gaiotas a conversar com a Torre do Relógio, respondendo com grasnados ao som metálico dos ponteiros. A brisa fresca combinava com o outono. Sentiu a fragrância volátil do alecrim, erva cortada e recém-amassada. Depois que a nota inicial do perfume perdeu sua intensidade, evaporando-se, ganhou corpo o cheiro doce e pesado das castanhas, aroma que se misturou ao odor exalado pelas carroças de esterco e ao fedor vindo das tinas repletas de dejetos – o primeiro a dirigir-se para o jardim do Palácio e o outro a passar em direção à beira do rio. Conhecia bem os caminhos dos odores da sua Lisboa. Tal essência fresca deveria ser da empregada do Conde da terceira casa da Rua Nova do Ferro, que andava tão leve que ele a imaginava nas pontas dos pés. O som de seu corpo ligeiro era abafado pelos ecos da gritaria das aves, rebatidos nas paredes da Real Ópera do Tejo. Na manhã seguinte, celebrar-se-ia o Dia dos Mortos, as igrejas ficariam lotadas de fiéis a rezar pela monarca louca que era substituída discretamente pelo outro filho, e a pedir perdão por sabe-se lá o quê.

João Francisco pegou o caminho de volta, arrastando os pés e levantando poeira das ruas esburacadas da cidade.

Oito anos após o triunfo da dinastia de Bragança sobre os espanhóis e a restauração da independência, D. João IV tratou de transferir a biblioteca de Vila Viçosa⁴⁷ para Lisboa. Pouco se sabe desse período. No entanto, no reinado de D. João V, neto de D. João IV, a Livraria Real encontrou seu apogeu.

Trata-se de um processo de enriquecimento contado por muitas vozes. Nessa polifonia de versões, alguns defendem que o soberano incrementou o acervo real por “uma questão de prestígio; um cartão postal de sua erudição, e uma maneira de projetar o próprio monarca e seu reino” (SCHWARCZ, 2007, p. 69); outros, que o rei enriqueceu sua biblioteca porque era apreciador dos livros e senhor de um interesse entusiástico pela leitura, “a ponto de seu entorno temer por prejuízo a sua saúde” (ALMEIDA, 1991, p. 419).

Sobrelevando a controvérsia, em vez de investir esforços para descobrir ou, na melhor hipótese, interpretar as razões do gesto de D. João V para com a biblioteca, mais proveitoso será deslocar o foco em direção à inédita ação de incremento do acervo e ao apogeu de uma instituição pensada e arquitetada para produzir e guardar memórias, saberes e, conseqüentemente, verdades. Destarte, os livros dispersos, meticulosamente preservados e avidamente adquiridos faziam daquele espaço um local de disputa e fonte de inspiração para a tessitura de outros textos.

Ali se fortaleceu determinado espaço social e político, redistribuíram-se as relações de força e valorizaram-se valores e condutas disseminados pelos textos que habitavam o acervo. Assim, o processo acumulativo reuniu uma coletânea de diferentes autores, produzida para funções diversas. A recorrência de alguns temas e a escassez de outros fizeram reverberar determinadas cadências e também silêncios específicos, o que produziu as bases de uma grade de inteligibilidade estável em seu presente e descontinuada no futuro. Definições de campos nos quais, eventualmente, puderam ser desenvolvidas identidades, translações de conceitos e ideias, manobras polêmicas ou consensuais, instaurações de tensões e a cristalização de naturalidades.

⁴⁷ Vila Viçosa foi a sede do ducado de Bragança e posteriormente, quando se instaurou a dinastia de Bragança, o palácio e suas construções adjacentes foram agregados como mais uma das residências reais espalhadas pelo Reino, sendo destinada a um local de caças e temporadas para a Família Real (CUNHA, M., 2000).

Desde o início do reinado do jovem monarca, a biblioteca já era repleta de seletos volumes, e suas ações transformaram-na em uma das maiores livrarias reais europeias em número e qualidade de livros. Com uma organizada estratégia de aquisições, espalhou agentes e representantes pela Europa com o intuito de adquirir obras raras e valiosas, num comércio que envolveu os representantes da nobreza e os livreiros de todo o continente.

Autor da primeira grande obra portuguesa de referência bibliográfica, Diogo Barbosa Machado (1741, p. 16) assim descreve sua ideia de biblioteca em pleno reinado de D. João V:

Eruditos Amphitheatros em cuja espaçosa circunferência apparecem animados os Oraculos de todas as sciencias, que para nunca emudecerem deixárão impressa nos fecundos partos dos seus engenhos a mais nobre de todas as potencias. Nellas se fazem patentes as Patrias [...]. Relatão-se as acçoens memoráveis das vidas para documentos exemplares da vida moral, e politica [...]. Resuscitão das urnas dos Archivos as Obras *M.S.*⁴⁸ a que a Arte da Typographica negou o beneficio da luz publica.[...] Anatomia de huma Bibliotheca divida em partes orgânicas, que lhe formão o corpo.

O mesmo religioso, anos mais tarde, acabou por doar sua biblioteca pessoal para ajudar a recompor a Livraria Real após o terremoto de 1755.

No acervo encontravam-se as narrações do povo português e de seus heróis em linguagens das mais variadas: gravuras, medalhas, livros. A elaboração do passado e a preservação dessa narrativa, iniciadas na dinastia de Avis, perpetuaram-se. Uma sabedoria elaborada com base na tradição, com livros que narravam o descobrimento do maior tesouro português. Nas letras cravadas a pressão e tinta, contava-se que

[...] tinha já dado o sol mil e quinhentas e cincoentas e duas voltas ao Zodiaco, pela mais apurada Chronologia dos annos, quando no de mil e quinhentos da nossa Redempção trouxe a tempestade a Pedro Alvares Cabral a descobrir o Brasil. Hia este illustre e famoso Capitão (o primeiro que depois de D. Vasco Da Gama passava do Tejo ao Indo e, Ganges) governando uma fermosa Armada de treze poderosas naus [...] que na altura do polo Antartico, dezaseis grãos, e meyo da parte do Sul, aos vinte e quatro de Abril, avistou ignorada terra, e já mais surcada costa. (PITA, 1730, p. 5-6)

⁴⁸ Manuscritas.

Além das narrativas épicas e pessoais, as científicas também colaboravam na composição dos saberes autorizados povoadores da Livraria Real, tanto as provenientes da matemática, quanto aquelas próprias da medicina e da astronomia, descritas em tratados técnicos ou compêndios de esclarecimento sobre as artes de como fazer, bem como sobre significações de termos e temas (CUNHA, L., 2000).

Aquelas ciências despertavam interesse. No caso da medicina, o corpo, tal como ele se dava a ler em obras de médicos portugueses, correspondia a um tema bem surtido de evocações. Os escritos centrados na saúde individual, com detalhadas prescrições, diziam respeito à vitalidade e à robustez dos casados e da descendência. Um tratado de 1735 decretava:

Sendo o mundo para todos, em todos são para o mundo: não são todos para o mundo, porque huns ao Mundo desprezão; e outros ao Mundo abração. Os que ao Mundo desprezão, são aqueles, que retirados à vida Monacal, já para elles o seu Mundo acabou. Os que ao Mundo abração, são aquellos, ligados ao vinculo conjugal, para elles só o Mundo principia. (LEITÃO, 1738, s/p)

Também havia uma precisa preocupação com a salubridade e os efeitos nefastos de atmosferas confinadas e pervertidas, manifestando a preocupação com a higiene e com a saúde (HENRIQUES, 1721). Somados a esses conteúdos, os dizeres religiosos, proféticos e de louvação acrescentavam mais um tom à polifonia dos escritos.

Assim, congregadas a conduta de mecenato de D. João V em relação aos autores e a guarda organizada e categorizada de textos e imagens, consolidou-se um modo de desenvolvimento e de continuidade da produção de uma memória largamente documentada, constituindo a narrativa de um povo e de um reino em seus mínimos detalhes.

A memória, nessa abordagem, seria um sistema de produção, sustentação e conservação de um passado com propósito de coesão entre os participantes das mesmas reminiscências (HALBWACHS, 2012). Ela contém em si um conjunto de valores, efetuando-se por meio de uma elaboração concomitantemente perpetuadora e maleável, pois se constitui pela guarda e composição de personagens, cenas e enredos que narra e alberga, ao mesmo tempo modifica-se e reelabora-se em razão de uma dinâmica múltipla das regras que ditam o jogo da própria existência do discurso que a institui.

Encerrada entre as paredes do Forte,⁴⁹ no Palácio da Ribeira, a Livraria Real abarcava as ideias de um mundo descrito pelas palavras e por sua vinculação a determinados valores e à definição dos saberes que os compunham. Tais saberes produziam e entrelaçavam-se com proposições veridictivas, oferecendo sentidos ao próprio mundo que erguiam. Uma instituição considerada grandiosa que continha em sua guarda a narração de memórias, as nuances de sua legitimação e o empenho em sua disseminação – fosse na coligação ou na cisão de textos, construindo um necessário embate entre as proposições exteriores e interiores a eles.

Conforme anunciam os autores da época, tratava-se de um conjunto de discursos que “agora sahe ao theatro do Mundo, subordinado à severa critica dos doutos, e não à censura dos que não podem ter lugar na Republica das letras” (SOUSA, 1735, p. I). Uma cena montada em que se distinguiu o verdadeiro e se afirmou o falso, além de se recitar sobre vidas e mortes, feitos e tragédias. Apresentavam-se as forças naturais às ciências, a fim de que estas pudessem conhecê-las e descrevê-las, constituindo saberes a partir delas, sem esquecer de exaltar as credences dogmáticas. Como o próprio autor ressalta, porém, tal espetáculo era para poucos.

No período de D. João V, a Livraria Real nunca foi pública. O Rei chegou a pensar em abri-la aos súditos, seguindo a tendência das bibliotecas francesas, e, por isso, encomendou um projeto que a adaptasse à sua nova função. Mas ele desistiu da iniciativa ao verificar que a reforma transformaria a galeria do Paço, tirando-lhe as vistas do rio (ALMEIDA, 1991).

A função dos livros guardados sob a égide da Coroa ainda se pautava na educação dos nobres e de seus descendentes, com raras exceções aos plebeus representantes da república das letras e ao prazer de Suas Majestades, consolidando um passado e projetando um devir em bases morais, políticas e econômicas bem explícitas.

Não foi apenas a Livraria Real a beneficiária dos cuidados reais, pois D. João V deixou de herança outras três grandes bibliotecas no Reino: a Joanina, na Universidade de Lisboa; a majestosa Biblioteca de Mafra, localizada no Palácio de Mafra; e a biblioteca do Colégio das Necessidades.

⁴⁹ Poucos são os dados a respeito da organização da biblioteca localizada dentro do Paço, mas sabe-se que em 1712 foi reservada à Livraria uma grande sala do Palácio Real, denominada Forte (ALMEIDA, 1991).

Em 1º de novembro de 1755, cinco anos após a morte do soberano, o terremoto deu início à destruição da Livraria Real. O tremor cadenciado abalou as estruturas do Palácio da Ribeira, e com ele o valioso acervo disposto no terceiro andar também tremeu. O sismo contínuo preparou terreno para o incêndio que se alastrou pela cidade, e o fogo correu pelos destroços, fazendo arder tudo o que encontrava em seu caminho. As chamas apossaram-se do Palácio da Ribeira e o abraçaram com seu ardor, transformando igualmente o valioso e o reles em resquícios incandescentes. O ouro, a prata, a madeira, o algodão, o linho, a lã, a seda e o papel, tudo virou brasa. De algumas coisas restaram pó, enquanto de outras sobraram formas indefinidas e desformes de metal retorcido. As labaredas consumiram o acervo da Livraria e deixaram em cinzas o acúmulo de anos. O incêndio, enfim, complementou a destruição que o sismo havia começado.

Considerado uma das joias da Coroa, o acervo da Biblioteca era motivo de orgulho da Corte e avaliado como um dos melhores conjuntos bibliográficos de toda a Europa. D. João V (1689-1750) costumava dizer que os milhares de volumes que compunham a Biblioteca tinham importância maior que todo o ouro remetido do Brasil (SCHWARCZ, 2002). Sua história foi recortada por muitos acontecimentos, desde “o desastre de Alcacer-Quibir,⁵⁰ a que se seguiu, como fatal consequência, a conquista hespanhola, as diversas guerras e invasões, as lutas intestinas, os incêndios, os tremores de terra e a fuga para o Brasil” (VITERBO, 1901, p. 2).

Nem os homens, nem o tempo, nem a vida pararam, e Portugal, especialmente Lisboa, tampouco parou diante de tamanho flagelo. Um terremoto, um incêndio e um maremoto destruíram a cidade, mas o cotidiano ganhou novos ares e pouco a pouco voltou a pulsar para toda a gente que ali sobreviveu. O rei D. João VI nunca mais habitou um palácio, passando a viver em barracas pelo resto de seu reinado. Os súditos aprenderam a temer as telhas, mas se acostumaram às novas configurações que a cidade foi tomando e às recentes demandas a que eram submetidos.

⁵⁰ Alcácer-Quibir foi uma grande batalha travada no norte de Marrocos, em agosto de 1578. Os portugueses, liderados pelo rei D. Sebastião, lutaram contra o exército marroquino. Com a derrota, D. Sebastião foi morto junto com grande parte da nobreza portuguesa. Tal acontecimento levou Portugal à crise dinástica de 1580 e ao nascimento do mito do Sebastianismo; além disso, o Reino ficou empobrecido devido ao montante pago para reaver os cativos. O desfecho da batalha sentenciou o fim da dinastia de Avis, e a crise dinástica resultou na perda da independência e no controle espanhol por 60 anos (MARTINS, 1882).

A Livraria foi inteira refeita, com outros livros, outro acervo, outro lugar, tal como algumas ruas da cidade, os prédios da Baixa e as almas dos súditos. Surgiu então uma biblioteca constituída por outras bibliotecas e por coleções particulares, em que cada livro era o segmento de intenções e querer de outrem, em que um texto dispensável pôde tornar-se absolutamente essencial, assim como uma história desejada acabaria por redundar em repugnante.

Assim, quatro grandes coleções começaram a Livraria por obra e graça de D. José I e do senhor Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal. Tais acervos, adquiridos ou doados do “bibliófilo Nicolau Xavier da Silva, do Conde de Redondo, do gazeteiro José Freire de Monterroio Mascarenhas e do abade Diogo Barbosa Machado” (PINHEIRO, 2001, p. 242), iniciaram uma fase distinta da biblioteca junto aos pouquíssimos livros sobreviventes do cataclismo. A esse início de acervo foram acrescentados os volumes confiscados das famílias nobres proscritas ou supliciadas, como as do marquês de Távora, do conde de Atouguia e do duque de Aveiro. Continuando o rol de contribuições não espontâneas, os livros dos jesuítas da Companhia de Jesus banidos do Reino foram integrados à nova biblioteca.

Os planos do futuro marquês projetavam duas grandes bibliotecas: uma exclusiva das Majestades e suas descendências, composta por dois acervos reunidos no Palácio da Ajuda – a Livraria Real e a Livraria do Infantado, sendo esta exclusiva para a educação dos futuros monarcas (SCHWARCZ, 2007) –, e outra batizada de Real Biblioteca Pública, fundamentada na ideia que o próprio Pombal tinha de ilustração.

A casa projetada para acesso aos plebeus teve seu acervo formado pelos livros da biblioteca da Real Mesa Censória, órgão censor da época. Cabe ressaltar que foi atribuída a tal órgão a “missão civilizadora de instituir uma Biblioteca pública à altura das maiores da Europa que, sem exceção, abrisse as suas portas para a instrução dos curiosos e dos mais eruditos” (DOMINGOS, 1992, p. 137). Assim, compunha-se de livros proibidos o acervo da primeira biblioteca que seria aberta ao público, um paradoxo que levou muito tempo para se concretizar, pois o acervo só foi inaugurado em 1796, mais de três décadas após as primeiras intenções do senhor Carvalho e Melo e já sob os auspícios da nova soberana D. Maria I. Tal instituição foi o marco fundador da atual Biblioteca Nacional de Portugal.

Antinomia talvez criada pelo olhar dos tempos atuais, outra aparente contradição processou-se naquele período: soa estranho que, de um lado, houvesse o patrocínio e a criação de bibliotecas, e, de outro, a conservação das prescrições proclamadas pela autoridade soberana, cobrando rigoroso controle sobre a circulação de livros. Uma das possíveis conjecturas é de que os textos eram considerados perigosos, no sentido de enfraquecer a obediência dos súditos, de apresentar possibilidades outras de condutas. Ao mesmo tempo, porém, eles eram fundamentais ao exercício da autoridade estatal, contribuindo para a mesma governança à qual tanto se temia que eles abalassem. Nas páginas dos livros proibidos vibravam enunciações que ameaçavam conceitos e juízos, percorrendo o descontínuo e vigoroso caminho da constituição de ditos verdadeiros.

O gesto de tentar frear a difusão de alguns livros expressou a provisoriedade das verdades, pois o aparecimento de outras enunciações produziu uma tensão perante os desígnios anteriores, resultando em novas compreensões que estabeleceram diferentes movimentos de anulação e incorporação de enunciados. Tal deslocamento gerou a cristalização sempre provisória de novas verdades.

Assim, os regimes de crenças e convicções da época estavam em mudança. O conjunto de procedimentos que conduziam práticas visando a determinado resultado e que operavam a partir de seus princípios e de suas regras estava sendo ameaçado por forças que estabeleceriam uma nova regência do que se tomava por verdadeiro, definindo uma nova rede de conhecimentos e saberes válidos.

Um tempo de deslocamentos, derivados das lacunas, das fissuras, das brechas que brotavam no ato de governar os súditos. Um período fértil, produtor de uma avalanche de impressos, estes sempre avizinados aos momentos de tensão, substituição e modificação que operaram na necessária e temida circulação dos dizeres.

O gesto reiterado de construir e reconstruir um lugar para a guarda de livros, de armazenar impressos e concretizar todo um processo de categorização e autorização para alguns saírem à luz e outros permanecerem na penumbra das prateleiras, engendrou, a nosso ver, duas ações: primeiro, uma ordenação de saberes, hierarquizando o acesso e constituindo categorias de leitores; depois, a elaboração de uma espécie de projeto enciclopédico, na tentativa de concentrar dentro de uma

instituição todo o conhecimento até então escrito, compondo uma espécie de depósito do saber.

Tal estratégia foi executada por meio de um movimento de acúmulo e de uma política sistemática de aquisições em busca de completude. Segundo essa lógica, havia a necessidade da contratação de acadêmicos reconhecidos para a catalogação e a organização dos livros, compondo um sistema que privilegiava uma ordem de prioridades aos saberes e estabelecia relações de subordinação. O resultado era um espaço detalhadamente regrado, constituído para a guarda e a produção dos saberes do mundo. Os escritos arquivados cristalizavam a ideia de conservação e de tradição, ao mesmo tempo em que alimentavam uma troca de paradigmas de modos de governar: não mais o controle por meio das “forças sobrenaturais que se chamavam religião e revelação, bastavam as leis naturais, sociais e civis” (VENTURI, 2003, p. 237).

Suporte privilegiado do trabalho científico, o acervo da Livraria Real forneceu aos médicos, geógrafos, historiadores e religiosos, entre outros, encontros com ideias, conceitos e discursos necessários à elaboração de seus projetos. Quanto mais se escrevia e pesquisava, mais saberes eram produzidos e mais latente se tornava a necessidade de fazê-los circular.

Para completar as propriedades dessa instituição, como bem relata o padre Gabriel Naudé em um livro manuscrito de 1623, não havia “nenhum meio mais honesto e seguro para adquirir um grande renome entre os povos, do que erguer belas e magníficas bibliotecas”⁵¹ (NAUDÉ, 1876, p. 9). A guarda e a organização dos livros, o controle do espaço de conservação do patrimônio intelectual, o usufruto do lugar de diálogo com o passado e a posse das memórias do saber (GOULEMOT, 2000) ofereciam aos soberanos e aos nobres ferramentas para criar e manejar um passado, além de sugerir um futuro.

A biblioteca tomou uma nova feição, contudo. Se, em seu início, especialmente com seu patrono máximo, D. João V, ela era o resultado do gosto dos soberanos, depois, com seu quase aniquilamento, ela ressurgiu das cinzas, trazendo, de modo consoante a uma definição de Foucault (2013, p. 25),

⁵¹ “[...] aucun moyen plus honneste et assuré pour s'acquérir une grande renommée parmy les peuples, que de dresser de belles et magnifiques Bibliothèques”.

[...] a ideia de tudo acumular, a ideia de, em certo sentido, parar o tempo, ou antes, deixá-lo depositar-se ao infinito em certo espaço privilegiado, a ideia de constituir um arquivo geral da cultura, a vontade de encerrar todos os tempos em um lugar, todas as épocas, todas as formas e todos os gostos, a ideia de constituir um espaço de todos os tempos, como se este espaço pudesse estar definitivamente fora do tempo.

Um lugar de depósito dos estratos das inscrições deixadas pelas gerações passadas, no qual se instalou e perdurou uma tensão entre os limites do dizível e do pensável, por meio da cristalização de saberes, de suas fissuras e de suas remodelações. Dizeres investidos em práticas, que redundaram em relações sociais que se constituíram ou se modificaram a partir deles (FOUCAULT, 2008a).

A Livraria Real ressurgiu por um Pombal soberano e ultrapassou-o, deslizando pela época em que ele foi acusado de corrupção e condenado ao desterro político. Seu percurso foi ornado pela relva úmida das ideias reformistas da época de D. José e pelo solo árido que pavimentou o reinado de D. Maria I. Ampliando as instituições de guarda dos saberes, a monarca, conhecida em Portugal como *A Piedosa*, priorizou as instalações e ampliação do acervo da Real Biblioteca Pública.

A Livraria do rei e dos nobres, que teve como primeira morada o Palácio da Ajuda e como última o Rio de Janeiro, atravessou o oceano para encontrar seu paradeiro definitivo. A dos plebeus inaugurou-se no Terreiro do Paço, mudou-se para o Convento de São Francisco e instalou-se definitivamente no Campo Grande, apenas trocando de freguesias.

Mais uma vez, um acontecimento atropelou a saga da erudita instituição. Sua edificação foi iniciada na esteira de um necessário remanejamento da formação política do Reino, oriundo de uma vitória e da consequente fundação da dinastia de Avis. Naquele período, apoiando-se principalmente na memória, engendrou-se uma política de construção de um passado heroico, e a Livraria desempenhou um papel importante nessa cena. Se antes era exclusiva para o uso da Casa Real, com o passar dos anos, seus rumos habitaram as sombras por certo período. Sua luz reacendeu ao final das cinco décadas de sujeição espanhola, com a nova dinastia de Bragança.

Tempos depois, destruída por um acaso, foi totalmente refeita na atmosfera das Luzes, contribuindo para a tentativa de instalação de uma nova mentalidade e

constituindo uma rede organizada de disseminação do modelo de um mundo, junto aos possíveis modos corretos e incorretos de habitá-lo. Assim, não faltou divulgação para certos tipos de conhecimento. Em uma frente, dando seguimento à forte entonação ligada à memória, despontaram os estudos ligados à história; em outra, realizando um significativo investimento nos saberes relacionados ao corpo e à natureza, destacaram-se os escritos concernentes às ciências naturais.

As iniciativas eruditas iam para além do aumento do acervo e da oferta de cursos oferecidos pela Real Academia de História, já que contavam também com o generoso mecenato de D. João V em relação à publicação de livros. Porém, a instituição continuava restrita a poucos: nobres e religiosos que começaram a se especializar nas ciências, interesse louvado e alimentado pelo apoio da monarca.

Após essa amplificação de saberes, a função da instituição dividiu-se. Num deslocamento muitas vezes atribuído à antipatia pessoal da nova soberana para com as ideias e os atos do antigo marquês, a Casa Real portuguesa passou a dedicar maior cuidado e atenção à biblioteca pública dirigida aos súditos, relegando o acervo das Reais Majestades às traças e à praga da umidade. Não que a Livraria Real tenha sido destruída, nem que tenha deixado de ser visitada, mas perdeu seu privilégio e sua culminância perante os olhos reais.

Como já aludido, a Livraria Real, carregada de valores acres na visão de D. Maria I, passou a ser desprezada na nova regência (SCHWARCZ, 2003). Porém, tal negligência intencional superou as aversões pessoais. Havia, à época, uma crescente necessidade de oferecer aos súditos, pelo menos aos estudiosos e abastados, mais uma ferramenta de produção de saberes, bem como formas de legitimá-los, de modo que a ciência começou a ganhar peso na disputa com as explicações sobrenaturais. Assim, deu-se um desvio, que se processava desde o terremoto de 1755, nos modos de explicação e de produção do mundo. Concomitantemente ao novo cuidado com a biblioteca pública, privilegiou-se o adensamento da discussão das ciências naturais, com a fundação da Academia das Ciências de Lisboa – mais uma iniciativa de adotar no Reino as ideias científicas em voga no continente.

O Antigo Regime encontrava-se em crise, enfrentando o esgotamento de um sistema de gestão política e econômica. Desse modo, os gestos para contornar tal problema definiram-se por deslocamentos, fossem na área política e econômica – com a

tentativa de uma orientação de neutralidade em relação aos conflitos entre França, Grã-Bretanha e Espanha, e de uma aproximação exploratória com o Brasil –, fossem na área dos saberes e da gestão dos súditos, acarretando um deslocamento dos gêneros de livros produzidos no Reino e das edições selecionadas para os acervos das bibliotecas.

A memória dividiu espaço com a fabricação de uma ideia de racionalidade, uma forma de compreender o que rodeava, intervinha e afetava os súditos, para além do gesto de espelhamento de um passado glorioso, de atos heroicos e proezas. O propósito da coesão perdurava, incorporando-se ao culto das reminiscências a ideia de um saber prático e utilitário que seria adquirido por meio do aprendizado sistemático e da pesquisa.

A biblioteca continuava a ser o lugar de reverenciar essa memória pelos estudiosos, mas também se prestava a atualizá-la, afirmando, negando ou mesmo deslocando seus princípios norteadores. O racional ganhava espaço na cena.

Não por coincidência, nessa mesma época fomentaram-se mais intensamente expedições científicas às colônias, principalmente ao Novo Mundo, com o propósito de trazer amostras dos reinos animal, vegetal e mineral para que fossem estudadas e catalogadas, garantindo a produção de conhecimento sobre os recursos naturais e suas potencialidades (MUNTEAL FILHO, 1999). A biblioteca era frequentada por estudiosos portugueses e estrangeiros, tal como escreve o pastor protestante sueco Carl Israel Ruders, capelão da legação⁵² da Suécia em Lisboa, em carta de 1801:

Costumo, agora, passar uma boa parte do meu tempo [...] na Biblioteca Real, onde, diariamente, vão muitas outras pessoas para ler ou fazer extractos. Vejo lá, de tempos a tempos, um sábio estrangeiro, o conde de Hoffmannsegg⁵³, que se ocupa em estudos de Botânica. Com este diligente naturalista, que a princípio viajava com o professor Link, não travei relações; conheci-o apenas de vista. Mas um dos meus amigos mostrou-mo, uma noite na ópera, e teve a seu respeito, este curioso dito: “Que este homem”, disse ele, “é sábio, vê-se claramente, mas que seja conde, é necessário dizê-lo”. (RUDERS, 1981, p. 174)

⁵² Missão diplomática de caráter permanente em uma hierarquia inferior à da Embaixada.

⁵³ O Conde von Hoffmannsegg – grande mecenas e apaixonado pelos estudos botânicos – realizou missões de exploração botânica em Portugal, entre 1779 e 1801, o que resultou em um estudo intitulado *Flore Portugaise*, publicado em parceria com o naturalista Johann Heinrich Link. Na obra são descritas 659 espécies da flora portuguesa (KURY; GESTEIRA, 2012).

Mesmo assim, a Livraria Real persistiu com tamanha potência, que alguns anos depois, na fuga de seus senhores, foi inteiramente encaixotada para, acompanhando os monarcas, ultrapassar um oceano e encontrar nova morada. Uma fuga definitiva do clima temperado para a sufocante e úmida linha dos trópicos. Mais uma vez, num período de crise, urgia a necessidade de resguardar, manter próxima e em operação a instituição que guardava os saberes, levando-a ao Novo Mundo.

A necessidade da transferência, nada fácil, de uma Corte para os trópicos foi consequência do momento político português: morrera o príncipe educado para reinar; D. Maria I, a soberana, começou a apresentar sinais de demência; assumiu então outro príncipe, que tentou manter a política de neutralidade na disputa anglo-francesa pelas rotas comerciais e pelas riquezas provenientes das colônias. Porém, o caminho da imparcialidade, que já era espinhoso e vulnerável, ficou impraticável com os avanços de Napoleão, de modo que, para deslindar a situação, D. João VI recorreu ao velho projeto português de transferir a Corte portuguesa para a América (MORAES, 1872).

Desde os presságios sobre o fim da dinastia de Avis, com a morte de D. Sebastião e a posterior reivindicação da Coroa pelos espanhóis, em meados do século XVI já havia conselheiros que recomendavam “passar-se com os seus para o Brasil, onde podia salvar a sua dynastia, e fundar o maior império do mundo” (MORAES, 1872, p. 13). Acreditava-se que a salvação da monarquia estava no Brasil. O poderoso marquês de Pombal foi aconselhado, logo após o terremoto de 1755, a convencer o D. José da necessidade de transferir a Corte para o Brasil. Assim, não faltaram planos para que a monarquia portuguesa se estabelecesse na Colônia e lá formasse um grande império.

Em 27 de novembro de 1807, a Família Real e grande parte da Corte embarcaram em dezenas de navios que os levariam para longe dos perigos da guerra e para a cálida e gigantesca América portuguesa. Para tanto, D. João V teve de contornar alguns problemas. Entre eles, “forçar um povo a acomodar-se à ausência do seu soberano, a ver transformar seu país de metrópole em colônia subalterna” (p. 5); “mudar os hábitos da nobreza conduzindo-os a um país estranho onde tudo estava por fazer, quando, em Portugal, tudo lhes parecia já feito” (p. 5); e transformar uma pequena vila de colonos em uma Corte à moda europeia. Modificavam-se não só os hábitos da nobreza que lá aportaria, mas a mentalidade e os costumes de toda uma

população – a princípio, da cidade do Rio de Janeiro, para depois alcançar a alma dos poucos habitantes dispersos naquela ampla e desconhecida terra.

Para a fuga, Suas Majestades Reais, os nobres e os súditos privilegiados tiveram de esperar pelo bom-humor dos ventos, que insistiam em não soprar. Ao mesmo tempo em que as naus restavam tranquilas sobre um mar sereno, avançavam as tropas francesas pelas fronteiras da cidade. Depois de aguardar os caprichos da natureza e os deuses do mar resolverem contribuir para a fuga dos monarcas, o vento soprou forte e as naus partiram. Narra-se que, ao ver os navios se afastarem, “a capital do reino vestia-se de luto pela orphandade em que ficava, e mesmo, pelo pressentimento das mudanças políticas, que naturalmente se darião [...] o horizonte de Portugal se intristecia” (MORAES, 1872, p. 62).

A rapidez era prejudicada pelas curvas fechadas das ruas. Precisava chegar rápido à morada da francês, perto da Sé, e, com sorte, faria a subida rapidamente. Um livro era o motivo da pressa. Tentou se lembrar de como começara aquela correria. Não gostava de disparar-se assim pelas vielas da cidade, mas o dono da livraria que ficava na ponta da Rua Nova dos Mercadores o tinha chamado e prometido um bom dinheiro, caso fosse rápido e levasse o misterioso livro que se encontrava na casa do francês. Aliás, outro francês. Tinha a impressão de que todos os livreiros e toda a gente que lidava com os livros falava aquela língua de bicos. Chegou ao endereço repetido pelo livreiro e desatou a bater palmas para ser ouvido. Não gostava de perder tempo a esperar a entrega do livro. Não sabia ler, e por isso o livreiro lhe dera uma detalhada descrição da capa: era de papelão coberto por couro de vitela e tingido de vermelho, com linhas gravadas em dourado. Depois de uma pequena espera, recebeu o livro nas mãos, tratou de embrulhá-lo em trapos, como muito recomendado pelo livreiro, e o guardou na bolsa que trazia pendurada no ombro.

Correu ladeira abaixo de modo tão veloz, que chegou a magoar⁵⁴ seu pé direito. Entregou o livro ao destinatário, saiu feliz com as moedas que ganhou e voltou para casa, tão longe da Baixa e do Tejo. Na manhã seguinte teria de se lavar, pois era dia de missa e sua mãe o arrastaria para escutar as ladainhas sem fim.

O acaso fez com que o jovem moço de recados Eduardo Ferreira de Castro fosse poupado do sermão desmesurado do pároco da Igreja da Madalena, pois naquela manhã ocorreu o grande sismo que abalou a cidade, matou muitos, mas poupou o menino. No dia seguinte, correu para a beira do Tejo para ver o que trouxera a ira divina. Não encontrou quase nada em pé, só restos de casas e palácios a inundar as ruas e um fogo renitente que insistia em arder, para desespero dos moradores que se punham de joelhos a gritar por misericórdia.

Acostumaram-se à tragédia, voltaram a se ocupar das necessidades do quotidiano, e o menino de recados foi procurar onde arranjar alguns vinténs. De carregar mudanças a traficar livros proibidos, fez de tudo um pouco. Com o tempo aprendeu a ler, auxiliado pelo livreiro

⁵⁴ Ferir (HOUAISS, 2009, p. 1813).

francês que continuava a desafiar a Mesa Censória, vendendo e comprando os livros que faziam parte das listas dos proibidos. Era um gajo curioso e começou a folhear aqueles textos, pois queria sentir na pele os “horríveis e funestos efeitos que produziria nos espíritos fracos, ignorantes, desatinados e amadores da novidade o grassar desta doutrina da liberdade sem freios”.⁵⁵

Sabia dos franceses. Tinha um amigo galego que tudo lhe contava sobre os avanços do Napoleão na Espanha e suas intenções para com Portugal, mas não estava preparado para o que viria a acontecer. No ano de 1807, em seguidas noites de novembro, atravessou madrugadas no Palácio da Ajuda para colaborar com o empacotamento dos livros das Livrarias Real e do Infantado, enviados em caixotes para embarque na nau Medusa. Finalmente, ao final do mês, deixou de lado as dores do corpo, os desgastes da idade e, numa noite chuvosa, embarcou em um dos 15 navios ancorados no Cais de Belém. Subiu aos trancos e barrancos, com gente empurrando, chorando e entulhando-se na plataforma. Dormiu no convés, sentiu sede, sentiu fome. Pegou vento fraco e vento forte, onda mansa e onda brava. Ficou doente e mareado, comeu comida estragada e bebeu água podre.

A vida de um velho no Rio de Janeiro era fácil. Chegou empregado da Livraria Real e logo passou a ambulante. O canto dos negros e a ladainha das forras dos tabuleiros o convocavam. O ritmo das coxas roliças e viçosas cadenciavam seus suores. Os passos apressados e os vestígios lentos dos gajos e das raparigas ditavam seu sono. Nas ruas sujas e mal traçadas, começou a mendigar. Os livros o tinham ensinado que a vivência está presa nas linhas entulhadas de letras, palavras, frases, comandos, regulações e direções.

A vida no Rio de Janeiro era fácil. A casa dos saberes não só guardava as conhecenças da vida, mas as punha para se mover, como as danças de roda, afetando a cada um e a todos que estavam a bailar. Nessa sequência cadenciada e desarmônica, não havia lugar de espectador. Ou se gingava, ou se desapegava para junto da demência, tal e qual a Maria, que de “Piedosa” em Portugal passou a “Louca” no Brasil. Queria distância das letras. A redenção anunciada nos textos proibidos havia sido tão falsa quanto a dos permitidos. Nem santos, nem ciências, nem memória.

⁵⁵ DENIPOTI; FONSECA, 2011, p. 142.

A vida no Rio. Tomou distância de tanta mercê e de tanta fidalguia. Apartou-se do jeito certo de olhar e de se sentar, e desistiu de falar. Na rua, pairava sempre na direção do sopro das brisas, lugar onde o fedor era menor e o consolo, maior. Viver longe das restrições e limitações era quimera.

A vida de Eduardo Ferreira de Castro sucumbiu sob uma sacada em uma das muitas ruas estreitas que serpenteavam o coração da nova Corte. A noite era de muita chuva. As águas sujas desceram pela viela, carregando toda a sujeira da cidade. No rio de detritos, os restos eram disputados por cães vadios e urubus-rei. Sobreviveu ao terremoto, mas sucumbiu aos trópicos, deitando a vida no rio.

A Família Real partiu primeiro. D. João VI deixou ordens claras, caso o embarque de obras das Livrarias Real e do Infantado, livros, documentos, impressos e manuscritos não fosse consumado e os papéis ficassem para trás. No atropelo do embarque da Corte em mais de uma dezena de naus, muitas caixas, pessoas, malas, angústias e convicções foram deixadas no Cais de Belém. Era noite úmida, com uma chuva fina que transformou a terra batida, que antes cobria o chão duro de certezas, em um caminho duvidoso, lamacento, escorregadio e instável. Com o passar do mês de novembro, o ano de 1807 adentrava seu final, confirmando o desassossego dos súditos portugueses e levando a Família Real para terras longínquas.

A partida dos monarcas e de uma parte expressiva da Corte portuguesa foi cuidadosamente planejada, mas sua execução foi desastrosa.

[...] as bagagens da côrte, expostas ao tempo e quasi abandonadas ocupavam desde a rua da Junqueira até o Caes [...] o imenso povo que estava no largo, as bagagens, e o regimento de Alcantara que fazia a guarda de honra, impediam o transito. [...] A maior parte das famílias, em consequência da confusão que reinava, dividiram-se, embarcando no primeiro navio que encontravam: as bagagens, em grande parte, ficaram em terra, e muita da que embarcou foi em navios onde iam os seus donos. [...] nunca me esquecerão as lagrimas que vi derramar, tanto ao povo, como aos creados da Casa Real, e aos soldados que estavam no largo de Belem. (BARRETO, 1928, p. 32)

As ordens eram para incinerar todos os livros e documentos, determinação integralmente desrespeitada pelos responsáveis. As caixas com o acervo ficaram no Cais. Nas naus embarcaram alguns documentos oficiais, os livros do Conde de Barca e uma nova prensa sem uso, importada da Grã-Bretanha e ainda nas caixas. A Corte partiu, levando “a sobrevivência da nacionalidade portuguesa” (NORTON, 1979, p. 2) e deixando na beira do Tejo os escritos que tão cuidadosamente ajudaram a construí-la.

Os caixotes com as peças das Livrarias Reais permaneceram por algum tempo sob a chuva e o sol para depois serem recolhidos novamente ao Palácio da Ajuda. Por sorte, desleixo ou desinteresse dos invasores corsários, nem um só livro foi retirado, nem sequer uma página.

O tempo que se seguiu foi de expectativa para o embarque dos numerosos volumes rumo aos trópicos, um período entremeado pelas oscilações das investidas francesas, no qual se processou um jogo de esconder as preciosidades dos acervos dos olhos e das mãos dos usurpadores estrangeiros. Enfim, os livros começaram a partir para sua nova morada em 1810, apenas completando sua transferência ao Brasil em 1811 (SCHWARCZ, 2002).

A reunião de todo o conjunto de obras da Casa Real Portuguesa na capital americana da Corte consumou o encontro de livros, códices e gravuras com um mundo outro. Chegava à Colônia um patrimônio cultural constituído por meio de disputas, guerras, reivindicações e práticas datadas, um conjunto de textos e objetos que selecionavam o que deveria ser lembrado. Nas caixas empilhadas no antigo hospital da Ordem Terceira do Carmo vibrava uma alma portuguesa, ao menos uma alma almejada pela fidalguia lusitana pronta a se dar a conhecer por um outro tipo de português: filho distante dos vales e das montanhas de Portugal, morador de uma cidade que pouco comportava uma Corte e na qual tudo estava por ser feito, aos olhos dos fidalgos recém-chegados.

A escolha da morada da biblioteca levou-a a um hospital de uma ordem religiosa, encontrando ali um agenciamento usual e, ao mesmo tempo, insólito entre três importantes vetores da época: a medicina, a religião e o saber. Se as relações entre esses três campos foram e são produtivas no que concerne ao estabelecimento de mecanismos de condução das condutas dos súditos, produzindo ditames espirituais,

morais, corporais e éticos, a convivência concreta das três instituições foi difícil e confusa.

Conta-se que os bibliotecários conviviam com o odor impregnado “dos medicamentos usados no hospital: vinagre, aguardente, óleo negro de alambre, águas-da-rainha-da-hungria, além de urina de animais e humana, pó de esterco, pelo, ossos e carne de sapos, pó de pescoço de galo, de carne de víbora, chá de percevejo etc.” (SCHWARCZ, 2003, p. 50); que os livros eram atacados por insetos e que o espaço exíguo mal comportava as caixas, impingindo à biblioteca uma desorganização contínua e aos bibliotecários um sentido de *nonsense* que pontuou o princípio da instituição no Brasil. Aos poucos, os livros ocuparam todos os espaços do hospital e os doentes foram transferidos.

Em 29 de outubro de 1810, foi oficialmente fundada no Brasil a Real Biblioteca. A consulta ao seu acervo podia ser realizada por estudiosos apenas mediante consentimento régio, o que resultava em pouquíssima procura. Dificilmente eram realizados empréstimos, e aquela que se configurou como um espaço de distinção, conforme explica Silveira (2007, p. 89),

[...] passou a acolher para consultas internas todas as pessoas que se apresentassem decentemente vestidas, sem discriminação de sexo, cor e nacionalidade. Porém, em seus primeiros anos atendeu basicamente àquelas pessoas que pertenciam à corte, especialmente à família real e aos homens brancos, livres e de posses. Sendo assim, é possível afirmar que a Real Biblioteca se constituiu, pelo menos nos seus primeiros anos de funcionamento, em um espaço de sociabilidade da alta burguesia masculina da cidade do Rio de Janeiro.

A insistência de D. João VI em trazer a biblioteca para sua nova Corte foi patrocinada pela ideia de fazer chegar ao seu novo lar um repositório de saberes essenciais, mesmo que substituíveis; mais ainda, seriam eles operantes nos modos de agir, de se portar, de viver de cada um e de todos que ali se encontravam. Antes da transferência da capital do Reino para o Rio de Janeiro, a censura proibía a “atividade editorial e de periódicos”; além disso, eram inexistentes as “instituições culturais como bibliotecas e museus” (CASTELO, 1960, p. 27). Com seu rico acervo, a Biblioteca chegou para pôr um ponto final no período de uma dita de escuridão, pelo menos no que tange à porção abonada dos vassalos do rei.

Quase nada se sabe sobre os primeiros dias da Biblioteca Real, de modo que sua história primeva foi elaborada por meio dos relatos de um dos ajudantes de bibliotecário que acompanhou o último lote de caixotes dos livros de Lisboa e que, ao chegar, foi efetivado como funcionário da instituição.

Durante alguns anos, Luís Joaquim dos Santos Marrocos remeteu cartas à família narrando suas desventuras na terra dos gentios, em relatos permeados de trato com as burocracias, achaques de hipocondria e declarações de amor e ódio ao Brasil e aos seus habitantes. Seu pai, o principal destinatário das missivas, também bibliotecário, deixou as cartas que recebeu do filho bem organizadas na Biblioteca da Ajuda. Tais textos foram publicados nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em 1939 (FONTES, 2014). Usadas frequentemente por historiadores para narrar a época e as relações de forças políticas e econômicas que atuavam na instalação da Corte no Brasil, as cartas que foram remetidas do Rio para Lisboa abrangem o período entre 1811 e 1821. A correspondência feneceu no ano da volta de D. João VI para Portugal, mas o missivista permaneceu no Brasil, casado e com filhos, acabando por ser enterrado nas terras do Novo Mundo.

Junto aos livros da Biblioteca vieram as faculdades de conservar e racionalizar, formando um conjunto de peças bem ou mal encaixadas e delineando um modo específico de pensar o mundo, com certos costumes, verdades e práticas. Não que tais delimitadores fossem coesos e definitivos: aquelas balizas morais e políticas possuíam uma solidez disforme, abalável a cada acaso, mas extremamente operante no seu tempo. Tais modos, chamados pelos navegantes de civilidade, chegaram ao porto da nova capital sem saber muito bem onde estavam pisando, afinal era a primeira vez que uma colônia recebia a incumbência de tornar-se metrópole e sede dos modos de existência de uma Corte europeia com os vassalos dos trópicos. Os encontros e desencontros entre os dois lados produziram novas formas de habitar a vida naquele início do século XIX.

Marrocos foi uma voz lamuriosa desse encontro. Quando chegou ao Rio, tentou ambientar-se na nova vida, pois, conta ele,

[...] não tenho descansado hum momento a grangear Amigos de honra e valimento, ajudando-me nesta empreza a boa metralha das Cartinhas, q.^e tem sido ouro sobre azul, e coroadando toda esta obra a necessid.^e de desenferrujar a lingua, fazendo-me sahir fôra do meu

misanthropismo; pois as circunpt.^{as}, em q.^e estou, obrigão-me a ser abelhudo, mesureiro, e orador, qualid.^{es} estas até aqui bem contrarias ao meu gênio. (MARROCOS, 1939, p. 33).

Para conseguir acomodar-se, seguiu uma nova filosofia de vida: “eu aqui principiei a adoptar o sistema de Maria vai com as outras, e fui advertido por hum figurão desta terra p.^a não adoptar outro diferente” (p. 35). O exame cauteloso das regras de convivência impunha-se tanto aos recém-chegados quanto aos primitivos, de forma que eram “tantos os pontinhos de politica dahi e daqui, q.^e, ainda q.^e eu me remetto ao silencio, este silencio tem por m.^{to} expressivo” (p. 51).

Acostumar-se à vida abaixo da linha do Equador não era fácil ao bibliotecário, pois estava em curso uma reelaboração de seus hábitos: “passei huma Quaresma aqui, comendo carne ao jantar todos os dias, menos Quarta feira de Cinzas” (p. 68). Seu corpo também teve de se encaixar aos moldes exigidos pelo novo território, já que certas condições normais da cidade eram abomináveis e causavam temores ao leal servidor de Sua Real Majestade, sempre

[...] havendo nella hũa contínua epidemia de moléstias pelos vapores crassos e corruptos do terreno, e humores pestíferos da negraria e escravatura, q.^e aqui chega da Costa de Leste [...] a cidade he mui semelhante ahi ao Sitio de Alfama, ou, fazendo-lhe m.^{to} favor, ao Bairro Alto nos seus districtos mais porcos e immundos. Ora q.^m vem de Lx.^a ⁵⁶ aqui, desmaia e esmorece. (p. 37)

Para Marrocos, nos primeiros anos após sua chegada, seu novo lar era uma “terra, que se pode chamar com muita razão *a terra dos vícios e da perdição*” (p. 313), opinião que compunha com outras considerações do bibliotecário sobre o país, numa conformação nada lisonjeira. Para ele, tal “terra he a peor do Mundo; a gente he indignissima, soberba, vaidosa, libertina; os animaes são feios, venenosos, e muitos; em fim eu crismei a terra, chamando-lhe terra de sevandijas;⁵⁷ por q. gente e brutos todos são sevandijas” (p. 68).

O clima também assustava por demasia o português, pois o “calor he húmido, principio fatal para todo o vivente” (p. 303). Assim, o corpo e a alma do bibliotecário padeceram muito:

⁵⁶ Lx.^a é uma abreviação para Lisboa.

⁵⁷ Nome comum a todos os parasitas e vermes (HOUAISS, 2009, p. 2563).

[...] tenho passado muito doente, e cheio de afflicções e desgostos, e não podendo por m.^a desgraça dar ao meu corpo enfermo algum descanso da cama: vejo-me abatido com a moléstia das hemorrhoïdas, q. me dão maior incommodo, por ser nesta terra moléstia péssima: estou outra vez attacado da m.^a cabeça com grande força. (p. 196)

Tais desconfortos são relatados nos tempos primeiros de Marrocos no Brasil. Se no início, para ele, “o verdadeiro valimento e proteção he a honra, com q. se vive. A terra p.^a mim he odiosa; depois de perigos e privações vim a ella abrir os olhos, e aprender o q. os Livros não ensinão, obrigando-me até a mudar de figura e constituição” (p. 204), aos poucos, quanto mais sua alma se alterava e se amalgamava aos padrões e costumes do novo contexto, mais suas palavras se amenizavam e seus queixumes se apaziguavam.

Tratava-se de processo de afetação pelos enunciados e pelas visibilidades operantes na época, ou seja, um jogo com as formas relativamente rígidas que as relações de poder operam, entremeadas de forças móveis. Diante disso, o que pode ocorrer é uma mobilização de si por si regida por jogos de verdade, de modo que o próprio sujeito se reconstitui.

Os ares e a temperatura da cidade não mudaram, mas, se no começo dos relatos de Marrocos esses elementos eram a maior ameaça à boa saúde, sete anos depois ele escreveu convidando sua mãe para “passar para este clima, talvez q. se ache melhor com a novidade e diversidade de ares, os quaes são m.^{to} benignos para a gente idosa” (p. 369). Também a questão das moradias se modificou: se no início ele reclamava por não haver lugar decente para morar, anos mais tarde relata aos pais:

[...] passamos muito bem, por q. sendo com abundancia o fornecimento [...]. O sitio destas Casas he magnifico, [...] por ser lavado de bons áres, em huma rua mui larga e asseada, tendo no principio hum formoso Chafariz, e no fim o Passeio Publico, [...]; temos próximas tres Igrejas, e duas Capellas, huma Praça de hortalice, e o Matadouro com açougue, alem de mil outras comodidades [...]. Neste estado vivo tranquilo, cuidando em me reformar de todas as cousas precisas, e de elevar a nossa decencia a hum gráo equivalente á nossa situação. (p. 377)

Suas considerações sobre o que encontrou no Rio de Janeiro também se alteraram, a ponto de classificar os pais de sua esposa como “gente muito limpa, honesta e abastada” (p. 218). Passava a narrar uma vida na qual “q. me fez Deos o

benefício de neste ponto me restituir o meu socego; pois vivo em paz, em abundancia, e com aquellas commodid.^{es} de q. tanto precisava, com hũa boa casa bem arranjada de tudo, e com escravos, e outras conveniências” (p. 218), declarando: “vou tenteando a vida com as alternativas, q. de costume já não extranho, disposto sempre a deffender-me de humas, e a esperar por outras” (p. 342).

Se os forasteiros tiveram de se adaptar, o choque não foi menor aos brasileiros. Os comerciantes e os proprietários,

[...] além de terem perdido suas posses, eram vistos com maus olhos pelos novos proprietários. Não usavam lenços perfumados, falavam alto, jogavam lixo nas ruas, pareciam bichos. A cidade estava mudando e essa gente precisava acompanhar a nova alma do Rio de Janeiro, diziam os novos proprietários cheios de babados com suas caras de anjo de igreja. (BAPTISTA, 1999, p. 57)

Todos aqueles que no Brasil já moravam acompanharam a cidade sendo modificada, conhecendo e absorvendo crenças, conhecimentos e costumes que vieram do outro lado do Atlântico. Uma pesada cortina de chuva cerrada de valores, artes, morais, políticas e leis alagou e transbordou suas vidas. Junto a esse banho de uma chamada civilização europeia, inaugurou-se a tipografia no Brasil, dando início à primeira gazeta de notícias aqui oficialmente permitida. Foram também inaugurados o Jardim Botânico, o Museu Nacional, a Real Biblioteca e as Academias – militar, médica e de artes (OLIVEIRA, 2015).

Para criar uma Corte a partir de uma cidade colonial, era preciso mais do que mudanças arquitetônicas e políticas. Estas eram necessárias, mas não categóricas. Foi necessário, entretanto, produzir um povo. Com acervo repleto de conhecimentos e histórias, a Biblioteca compôs um padrão de erudição, seguido, mesmo que superficialmente, por uma nobreza em constituição. Composta de aristocratas portugueses e de alguns brasileiros mais abastados, a nobreza brasileira surgiu da troca de serviços e da ajuda financeira por mercês concedidas pelo monarca. Assim se conjuminaram o sangue e a hereditariedade aos favores do Rei e às proximidades com ele (SILVA, 2005).

Aos menos privilegiados, a sina foi a tentativa de arremedar os hábitos e gestos dos fidalgos, assim como as vestimentas e os gostos; aos de recursos mais minguados, a chegada da civilização europeia silenciou seus costumes, sua algazarra nas ruas,

tentando calar as cantilenas dos escravos recitada em numerosos dialetos. O passeio público começou a deixar de ser estreito e mal iluminado, ganhando luzes, novos vendedores e produtos, bem como tornando-se mais organizado; com isso, “os negros lentamente foram emudecendo; já que não vendiam tanto seus acassás, acarajés, doces e frutas” (BAPTISTA, 1999, p. 58). O silêncio, a luz e a retidão chegavam propondo ordem, regulamentos e modos de vida que asseguravam o bem-estar e o bom funcionamento da cidade e de toda a gente.

Em ditos da época, num exagerado enaltecimento, resumiu-se a chegada da Corte a uma pequena cidade, bem como seus efeitos:

Com gratidão á Augusta Presença do Senhor D. João VI com a qual este paiz rude, e agreste vai aos poucos povoando-se, civilisando-se, e embellecendo-se, bem como depois de hum rigoroso inverno se anima, se reverdece, e floresce a natureza com a chegada da risonha primavera. Sim, com a vinda de Sua Magestade para o Brazil extinguiu-se o antigo systema colonial, que não permittia aos Brasileiros mais do que agricultura, o trabalho das minas de ouro, e as artes fabris indispensáveis, sem as quaes não podem os homens viver em sociedade. Mas apenas chegou Sua Magestade, quando logo franqueou o Commercio, permitiu a Industria, facultou as Artes, e Sciencias, admittio Estrangeiros, mandou abrir estradas, facilitou a comunicação dos Povos, e, entre outros bens, que nos concedêo, promovêo a civilisação. Ora: todos sabem quanto poder tem ella sobre os homens, e sobre o terreno, que eles habitão, por mais rudes e bárbaros que tivessem sido. (SANTOS, 1825, p. 165)

A Biblioteca, mesmo em condições precárias, era o templo dos abastados, dos homens de letras, dos amigos do rei. Recebia visitas da “R. Família q. nos honra com frequentes e quasi diárias” (MARROCOS, 1939, p. 188-189) e raras presenças plebeias. Um lugar de distinção que impôs a diferenciação erudita: seus frequentadores transmitiam uma espécie de riqueza de saberes e eram produtores de verdades. Estabeleciam-se estratificações entre os que sabiam e os que não sabiam, sendo que estes precisavam ser auxiliados. O conhecimento, assim, constituía-se como um modo de melhorar a vida de todos – suas condutas, seus afazeres, suas índoles. Os livros eram tesouros, gerando uma espécie de ciúmes quando, por ventura, eram emprestados, como no caso em que um dos bibliotecários foi “incumbido de saccar das unhas de Strangford os dous Livros, pertencentes ás R. Bibliothecas, com q. elle daqui sahio, abusando da franqueza de S. A. R. em lhos conceder, para os ler” (p. 264).

A Biblioteca cresceu por meio de doações de acervos particulares e de ofertas dos editores das publicações que saíam à luz, resultado de uma ação de Marrocos, que “com bem custo conseguiu dar-se p^a esta Biblioteca Propina da Impressão Regia de tudo quanto se tem aqui impresso, e houver de imprimir-se” (p. 53). Ela gerou descendência – como a Biblioteca Pública da Bahia, que foi montada com os livros que estavam em duplicata no acervo – e recebeu reformas em suas instalações.

Em abril de 1821, após atribulações políticas e algum dissabor, seu senhor máximo se foi. D. João VI voltou a Lisboa, mas a Biblioteca ficou e, apesar dos desfalques de alguns manuscritos, permaneceu plena. Ganhou nacionalidade brasileira com a independência do país, sob um custo considerado alto pelos brasileiros e irrisório pelos portugueses. Sua alma, pois, continuava lusitana.

Ela trouxe o bojo de um modo europeu de ser, além de cintilações das Luzes. Produziu e reforçou a crença nos escritos, nos saberes autorizados, nas verdades impressas. Os caixotes que atravessaram o Atlântico transportaram os parâmetros para a produção de um povo.

Assim, essa velha senhora, que por tantos percalços passou, que por tantos acervos foi alimentada e que muitos saberes cingiu, restou tranquila e ativa em terras tropicais.

IV. UM JORNAL

Como era suave a brisa fresca do mar. A terra marrom-avermelhada misturava-se ao amontoado de areia que o vento carregava naquela cidade clara, com vielas que acabavam em becos úmidos. Nova Gales do Sul⁵⁸ não era assim. Lá só havia trabalho, muito trabalho. Cansou de caminhar pelas terras áridas sob o sol causticante, num incansável vaivém.

A nova cidade tinha ares mouros que chamavam a atenção, identificáveis em certos elementos arquitetônicos que protegiam as alcovas e nas ruas enviesadas que baralhavam a direção do estrangeiro. O bem-afeiçoado inglês sentou-se no passeio público, desfrutando de um ócio que há muito não conhecia. Imagens dos seus 26 anos lhe passavam pelos olhos, começando por sua vida em Londres: moço novo, a trabalhar na lojinha de tecidos. Foi lá que aprendeu a gostar das corridas, usando seu dinheiro e o do caixa para apostar. Um sorriso insinuou-se em seus lábios: como fora ingênuo! Depois teve de sair fugido da lojinha de tecidos, não sem levar consigo um belo corte de linho. Aos poucos seus gostos se sofisticaram, e ele aprendeu os gestos e os trejeitos dos cavalheiros.

Um vento mais forte bateu e um arrepio percorreu seu corpo. Precisava concentrar-se na procura de um lugar para dormir. Não entender uma palavra de português jamais lhe seria obstáculo, pois ele sabia convencer só com o olhar. Dirigiu-se a uma venda bem fornida de acepipes e, entre uns balbucios e uns gaguejos que mesclavam a língua daquela terra ao seu inglês, encontrou uma pensão não muito longe dali.

O lugar era dirigido por uma viúva que alugava quartos para conseguir manter a si e aos filhos. Casa asseada, cômodo pequeno e abafado, mas muito melhor do que aquilo a que ele estava acostumado. Deitado sob o grosso tecido de cânhamo, refez mentalmente seu percurso de Surrey⁵⁹ até o Rio de Janeiro.

⁵⁸ Território da Austrália descoberto em 1770 durante a expedição de James Cook. Foi reclamado em 1778 pelos britânicos, que ali estabeleceram uma colônia.

⁵⁹ Condado no sudeste da Inglaterra.

Após fugir da loja de tecidos, foi se empregar como ajudante em um escritório londrino de advocacia. Convivendo ao lado de senhores mais distintos, aprimorou-se em bater carteiras, contravenção que o acabaria por condenar a cumprir pena de degrado em Nova Gales Do Sul. Tinha 20 anos quando foi banido para aquele continente longínquo, em 1801. Antes dele, muitos haviam sido despachados para a colônia penal inglesa: uma prisão que tinha as águas do mar como muralha e para onde eram enviados jovens considerados desviantes e imorais, bem como moças julgadas libertinas. A Inglaterra, assim, aliviava suas prisões e despachava mão de obra barata e forte para a colonização da nova aquisição territorial.

Mas o jovem contraventor pouco durou naquele lugar. Fez amizade com o governador e, quando este deixou o cargo para voltar à metrópole europeia, conseguiu um lugar no barco ao lado de seu protetor, pondo-se a caminho de casa. Assim chegou ao Rio de Janeiro, em uma manhã quente e ensolarada de fevereiro de 1807. Antes do paradeiro final, seu barco ali ancorara para reparos, e ele e toda a tripulação foram muito bem recebidos.

Depois de uma bela noite de sono e de uma refeição bastante estranha pela manhã, saiu pelas vielas da capital do Vice-Reino do Brasil. Em seu primeiro passeio por uma cidade católica, percebeu, nas esquinas de algumas ruas, imagens de uma Santa dispostas no interior de vidros com tecidos decorativos, fixadas nas paredes das casas à altura do primeiro andar. Estava atento às regras que deveria seguir, como tirar o chapéu diante das igrejas e das imagens de santos, além de ajoelhar-se quando diante da passagem de um cortejo religioso. Para ele, tudo aquilo parecia uma grande superstição: as orações, os ritos, o soar dos sinos chamando os fiéis e as iluminações dos altares e santos.

A rua o acolheu, povoada de negros que andavam, corriam, vendiam e entoavam refrãos por todos os lados. Não entendia muito bem por que aquele povo, o maior contingente a ocupar as ruas, não se revoltava contra o cativeiro. Desconfiava que o canto, as imagens, os fogos de artifício usados nas festas religiosas, as procissões e, enfim, o ambiente de devoção que os negros habitavam ajudavam a explicar a profunda resignação que viviam.

O tempo se passou e sua amizade com D. Isabel, a proprietária da pensão, e com suas filhas só fez aumentar. Logo o navio estava pronto para zarpar em direção à Inglaterra. Ele ponderou: nada – ou quase nada – o esperava na distante Londres. Na noite em que deveria estar arrumando as malas para embarcar, rumou à Ópera, se é que se poderia chamar assim uma casa de espetáculos onde eram representadas comédias desprovidas de cantos. Na plateia, sentado em meio a uma audiência predominantemente masculina, Anthony Stuart resolveu permanecer no Brasil e se entregar aos encantos de D. Ana, filha caçula de sua senhoria. Desgostava dos anjos, dos santos e dos padres vestidos de preto, mas se engraçou com as brejeirices das senhoras nem tanto portuguesas, nem tanto brasileiras.

A saída não foi apressada, nem por parte dos homens, nem por parte da natureza. A data da viagem fora modificada porque os franceses avançavam rumo a Lisboa e já se encontravam perto dos limites da cidade. Mas tudo havia sido cuidadosamente pensado, e os planos para a partida de Portugal rumo ao Novo Mundo estavam traçados em detalhes: a princípio elaborados apenas para D. Pedro, filho do Príncipe Regente, haviam sido ampliados para toda a Família Real, incluindo tias, primos e agregados (MORAES, 1872).

O embarque dos representantes da monarquia portuguesa e de parte da Corte deu-se sob chuva fina e insistente. Aos vassalos e não eleitos para a viagem restou quedarem-se como espectadores úmidos da partida de seu monarca e de toda a dinastia, estancados na ribeira do Cais de Belém. No interior das naus, os corpos e espíritos portugueses tinham como companhia os tesouros da monarquia: registros dos ministérios do Estado, adornos de palácios, ouro e prata da basílica, quadros, moedas, antiguidades, porcelanas, peças de mobiliário, livros, mapas, gravuras e pinturas (PEREIRA, 1946). Os palácios de Mafra e Queluz haviam sido completamente despojados de suas preciosidades para que estas rumassem aos trópicos.

A confusão provocada por um evento de tamanha proporção resultou no esquecimento de coisas, na priorização de alguns objetos e na rejeição de pessoas –

enfim, escolhas que, premeditadas ou não, foram feitas num confuso corpo a corpo à beira do Cais. Os rumores espalharam-se. Poucos conheciam a data da partida, mas muitos sabiam que ela aconteceria em breve. “Na cidade, multidões deslocavam-se pelos labirintos de vielas, descendo escadarias em caracol e as ruas estreitas que cortavam as encostas escarpadas dos morros, em direção ao porto” (WILCKEN, 2010, p. 43). Não faltaram cenas pungentes, como a narrada por um oficial da Marinha Britânica, numa duvidosa versão, de senhoras atirando-se ao mar para alcançarem os botes que transportavam as pessoas às naus (LIMA, 1908). O relato posterior do Visconde do Rio Secco, um dos espectadores, à época com pouco mais de 5 anos de idade, descreve como estava o ânimo dos súditos no momento do embarque:

[...] o muito nobre, e sempre leal Povo de Lisboa, não podia familiarizar-se com a idéa da sahida d’El-Rey para os Dominios Ultramarinos. Encarava o futuro, e além da orfandade, que descobria, ruminava no pensamento a serie de males, que ameaçavam os horizontes da sua cara Patria. A recordação da dura experiência de 60 annos lhes atestava, com os mais irrefragaveis testemunhos de veracidade, as calamidades, que o esperavam na mudança de Dynastia, e de Governo. Hum exercito ameaçador de hum lado, e huma terna saudade nascente, e bem merecida do outro [...] vagando tumultuariamente pelas praças, e ruas, sem acreditar mesmo, que via, desafogava em lágrimas e imprecações, a opressão dolorosa, que lhe abafava na área do peito o coração inchado de suspiros: tudo para elle era horror; tudo magoa; tudo saudade; e aquelle nobre caráter de sofrimento, em que tanto tem realçado acima dos outros Povos, quase degenerava de desesperação! [...] a nada se poupou para serenar a multidão; desculpas officiosas, [...] preces, rogos; tudo era perdido para hum Povo no seu excesso de dor. (SECCO, 1821, p. 3-4)

Com a calmaria dos ventos e das marés, as naus ficaram oscilando sobre o Tejo, como se a despedida de Lisboa tivesse de ser serena e tranquila, com tempo para saudar suas ladeiras, o azul profundo do céu e cada uma das sete colinas. A espera foi tanta que, quando as velas finalmente içadas receberam o vento que as impeliu com vigor em direção ao mar sem fim, já se avistavam as tropas de Jean Andoche Junot⁶⁰ adentrando a cidade com a concreta disposição de despojar os portugueses de seu Reino.

⁶⁰ Ex-embaixador da França em Portugal e comandante da invasão àquele país. Foi regente em Portugal até 13 de setembro de 1808, quando acabou expulso pelos ingleses. Fala-se de sua estada em Lisboa como um período de pilhagens e saques aos tesouros e mantimentos da cidade e de seus arredores, ao mesmo tempo em que se promoviam *soirées* lascivos (SANTOS, 2008).

A viagem foi o tempo todo acompanhada por navios ingleses que faziam a escolta para que D. João VI e a monarquia portuguesa chegassem em segurança e que os acordos entre os dois reinos fossem respeitados. Foram mais de três meses em alto mar, com algumas tempestades e a dispersão do comboio; “os densos véus de neblina haviam desorientado os comandantes e tripulações e, quando as brumas se dissiparam eles se descobriram em dois grupos, a muitas milhas de distância” (WILCKEN, 2010, p. 58).

As circunstâncias da travessia não eram as melhores, sendo que, durante a viagem, alguns navios apresentaram problemas e tiveram de ser consertados em pleno mar aberto. Também as condições de higiene eram bastante calamitosas: no navio em que estava a princesa D. Carlota, por exemplo, houve uma infestação de piolhos, fazendo com que as mulheres raspassem suas cabeças e os homens atirassem suas perucas ao mar. Na descrição de um marinheiro do esquadrão de escolta da Família Real, nos dias 24 e 25 de dezembro, o estoque de comida já era escasso e o que sobrava apodrecia (O’NEILL, 1809).

Difícil imaginar a situação de tal viagem aos olhos, ouvidos e olfatos contemporâneos: semanas sem banho; sanitários ao ar livre improvisados nas plataformas conjuminadas à proa dos navios; dormitórios nos conveses abertos com seus ocupantes, regados algumas vezes pelas águas salgadas do Atlântico; comidas minguidas e racionamento de água potável; além dos mal-estares proporcionados pelas sistemáticas oscilações das naus.

Aos vinte e dois dias de janeiro de 1808, o navio do Príncipe Regente aportou em Salvador, a mais de mil quilômetros ao norte do destino original, tendo saído diretamente do outono e dos ventos frios de Portugal para os ardentes ares do verão brasileiro. Antes do desembarque na cidade, foram solicitadas várias vestimentas femininas para as passageiras, a fim de que estas pudessem sair com um mínimo de decência aristocrática (WILCKEN, 2010).

A Corte permaneceu em Salvador por mais de 30 dias, e foi naquela cidade que ocorreu a publicação do decreto que abolia as restrições comerciais e liberava a compra de produtos e mercadorias das nações amigas. A abertura dos portos representou uma inusitada liberdade econômica e uma drástica reviravolta de costumes jamais vistos na Colônia (NORTON, 1979).

Em 8 de março de 1808, o Príncipe Regente, a Rainha e toda a Família Real desembarcaram na nova capital do Reino de Portugal. Narra-se que os habitantes do Rio de Janeiro foram quase todos observar a chegada da realeza e de seu séquito de nobres e fidalgos. A cidade havia sido enfeitada e as ruas estavam salpicadas de flores, pedaços de canela e ervas aromáticas. As portas das casas estavam cobertas por cortinados de fino tecido de seda ornado em alto-relevo, com fios de tafetá, e nas “janelas pendiam, em larga manchas policromas, colchas de seda e cetim” (p. 29).

A cidade que recebeu a dinastia de Bragança e seus fidalgos oferecia uma natureza variada de matas, serras, mangues e rios. Com uma população reduzida no centro e espalhada pelos arredores, tinha limites bastante indefinidos. Sua divisão era feita por freguesias que limitavam o território por jurisdição religiosa. Uma cidade pequena, cujo centro contava com menos de 50 ruas e apresentava um ar rústico. Animais como cabras, porcos e galinhas perambulavam pelos passeios, e crianças nuas corriam e divertiam-se pelos caminhos de terra batida que desembocavam na mata. As ruas eram estreitíssimas e valas faziam o papel de sarjetas por onde corriam águas carregadas de esgoto e dejetos, contribuindo para que o local apresentasse um permanente mau cheiro; as casas, em geral, caiadas de branco, acomodavam no térreo o armazém e nos altos a família (LUCCOCK, 1975).

Uma das características arquitetônicas que mais chamava a atenção dos recém-chegados eram as chamadas rótulas, ou muxarabiês. Herdadas da arquitetura mulçumana, tratava-se de um modelo de janela feito de treliça e munido de dobradiças, de modo a formar uma espécie de alçapão que, quando aberto, por pouco que fosse, permitia às pessoas de dentro da casa olharem para a rua sem que fossem vistas (LEÃO FILHO, 1967). Essa solução, derivada também da ausência da produção de vidro na Colônia, era eficaz na proteção contra o excesso de luz e de calor, permitindo ver sem ser visto e possibilitando a entrada de ar sem devassar a privacidade do espaço interno das moradias, num claro-escuro que regia os modos de vida naqueles tempos anteriores à chegada da dita civilidade europeia. Assim, por detrás da cortina de treliça, permaneciam resguardados a família, o privado e, principalmente, as mulheres, que mal saíam às ruas. Tal hábito, influência da cultura moura, era somente aplicável às mulheres brancas, já que tanto as negras, consideradas objetos, quanto as índias, consideradas selvagens, frequentavam as ruas sem qualquer restrição.

A chegada da Corte e o afluxo de milhares de funcionários, militares, comerciantes e artífices estrangeiros invadiram a terra batida da acanhada cidade do Rio de Janeiro. Uma situação absolutamente nova tanto para a Colônia quanto para a Europa transformaria as moradas, os caminhos, a aparência e os hábitos de parte dos habitantes daquela cidade – e, por conseguinte, de seus arredores. Criava-se uma nova configuração urbana com vistas a produzir uma população condizente com os parâmetros de um reino europeu.

Grande parte dos moradores foi desalojada para que suas casas abrigassem os novos habitantes nobres, num “ato seminal, uma espécie de recolonização, um confisco informal [...] em nome de um ideal metropolitano, enquanto novas levas de colonos substituíam as antigas” (WILCKEN, 2010, p. 143). Não se tratava exatamente de uma substituição, mas de uma mudança radical para os antigos habitantes, bem como de um novo delineamento para a alma da cidade.

O outono, o inverno e a primavera começaram e terminaram, e as novidades não diminuíram. Azeitar todas as variantes que impulsionavam a vida da cidade foi um trabalho lento, custoso e contínuo, que envolvia desde a questão dos víveres, da água, dos transportes, dos aspectos culturais e econômicos, até a gestão das condutas dos habitantes. Para tanto trabalho, logo no início de sua chegada D. João VI criou na

[...] Côrte do Brazil o lugar de Intendente Geral da Policia, o qual fosse hum vigilante sentinella da segurança publica [...] protegendo o interesse publico prevenir antes o mal do que castigar os malfeitores; e, da mesma sorte impedisse a intrusão de pessoas suspeitas, purgasse a Cidade de vadios, e mal procedidos, castigasse os perturbadores da ordem civil, e da tranquillidade. (SANTOS, 1825, p. 73)

A nova repartição foi elaborada nos mesmo moldes que a Intendência-Geral da Polícia da Corte e do Reino, instituída em 1760 pelo marquês de Pombal, em Lisboa, no decurso de seu projeto de renovação da cidade pós-terremoto. A polícia de Pombal era baseada no compêndio de Nicolas Delamare, magistrado francês que produziu na França de Luís XIV, em 1705, o *Traité de la police* (CARVALHO E MELO, s/d), mesmo documento analisado por Foucault em seu curso *Segurança, território, população*.

No prefácio da obra do século XVIII, o autor começa por dizer que a felicidade dos homens está sujeita à adequação dos bens da alma, do corpo e da fortuna. Na falta

de tal ajustamento, a alma do homem habitaria as trevas, o corpo se esqueceria de suas obrigações e de seus deveres, apartando-se da fortuna, e o homem ficaria abandonado à languidez e ao sofrimento (DELAMARE, 1705). Com base na leitura desse tratado, Foucault afirma que a ideia de polícia no Antigo Regime era bem diferente de sua acepção nos dias atuais: ela zelaria “por tudo o que diz respeito à felicidade dos homens, [...] por tudo o que regulamenta a sociedade (as relações sociais)” (FOUCAULT, 2006c, p. 380). Desse modo, seria concernente à polícia consentir aos súditos a sobrevivência e, conseqüentemente, a vida e a felicidade, cuidando “do conforto da alma [...], do conforto do corpo [...] e da riqueza” (p. 381).

A Intendência brasileira tinha por reponsabilidade questões como a salubridade, a vadiagem, o bem-estar, a ordem social, o abastecimento e a circulação de pessoas, de mercadorias vindas de fora e até mesmo das informações. Dessa maneira, tiveram início práticas apoiadas em um cálculo de gestão preocupado com o equilíbrio e com a estabilização das forças atuantes nas engrenagens da cidade. A Intendência-Geral da Polícia era, assim, um órgão estatal que administrava aquilo que, na esteira das reflexões de Foucault (2008e), poderíamos definir como um conjunto de relações em conformidade com o princípio de governar para garantir a gestão da população e da produção.

O cômputo das prioridades da polícia era muito variado. A recente instituição deveria gerir as condições de moradia, os problemas de saúde e de ociosidade, além de promover a manutenção da ordem e o recolhimento aos cárceres dos que se desviavam das leis. As primeiras providências da Intendência foram ações que visaram melhorar e salubrificar a nova Corte, impondo padrões de higiene. Foi também responsável pelo aterramento dos pântanos prejudiciais à saúde, pela estipulação das regras de construção de novas residências e pela gerência do processo de expansão. Outras de suas atribuições eram a limpeza das ruas, o cuidado com suas calçadas, estradas e pontes, a intermediação dos conflitos entre os habitantes da cidade, a segurança dos comerciantes e a vigilância dos festejos e acontecimentos sociais (SILVA, 1986). Ou seja, a polícia cuidava de quase tudo, vigiando quase todos e sendo portadora de um amplo direito de regular a convivência e de reprimir os ditos maus comportamentos. Com a necessidade da Coroa de criar e sustentar no Brasil uma vida social regulada, a

Intendência tinha o papel fundamental de zelar pelos assuntos diretamente ligados aos súditos, com o intuito de aumentar as forças e o patrimônio do Estado.

O início da reforma urbanística foi gerenciado pela polícia, cujas atribuições de zeladoria da ordem e de coesão da cidade e de sua população, num primeiro momento, pautaram-se em apagar as marcas coloniais, fossem dos corpos e das almas, fossem das casas e das ruas.

As janelas das residências no centro da cidade, como citado anteriormente, sustentavam um dos traços mais visíveis do período colonial, ostentando a tentativa de preservar o interior das casas, numa política da meia-luz. Foram elas que involuntariamente afrontaram a nova ordem nascente, oferecendo uma incipiente e franzina resistência à interferência mais direta do Estado no privado das vidas. Assim, foi essa a primeira marca perseguida por Paulo Fernandes Viana, o Intendente-Geral da Polícia, que em junho de 1809 decretou o fim do uso de tais treliças, pois

[...] a Corte do Brasil, que goza a honra, e da ventura de ter em si o seu legítimo soberano e toda a sua real Família, não pode, nem deve continuar a conservar bizonhos, e antigos costumes, que apenas podião tolerar-se, quando era reputada como huma Colônia, e que desde muito tempo não sofrem as povoações cultas, e de perfeita civilização. (ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, 1809)

O detalhe da arquitetura colonial não resistiu por muito tempo aos mandos estatais. Logo após a instalação do Rei na cidade, foi expedida uma ordem obrigando seus proprietários a substituírem as treliças por balcões abertos, de modo a proporcionar mais visibilidade e desobstruir os passeios, num consequente devassamento das casas. Tal ordem foi incorporada pelas residências situadas mais ao centro e pelos proprietários abastados, de modo que os antigos moldes permaneceram como traço colonial nas janelas mais afastadas. Essa pequena intervenção urbana surtiu efeitos nos moradores, pois “muitos se sentiram envergonhados com a exposição, alguns procuraram remediar e outros, como de costume imitaram o que lhes parecia moda” (LUCCOCK, 1975, p. 26). O intendente não só franqueou às vistas os lares, como dissipou o escuro das ruas, pois, como ele próprio conta, “criei e fui sempre aumentando a iluminação da cidade, não só nas ruas d’ella, mas principalmente e com todo esplendor no paço da cidade” (VIANA, 1892, p. 375).

Dois novos procedimentos entravam em cena no Rio de Janeiro – a visibilidade e a circulação –, trazendo com eles a luz a clarear caminhos e atitudes, bem como a constância do movimento. Abria-se espaço para a fluência do ar e para a circulação das pessoas nas ruas, numa tentativa de desbotar as sombras e dissipar a estagnação da cidade e dos hábitos dos vassalos tropicais do Reino. Cultura e civilização europeias foram deitadas num terreno úmido e expostas aos ares escaldantes, diligenciando a construção de um presente limpo, claro, arejado e abastado.

A Intendência-Geral da Polícia foi criada por meio de um alvará em abril de 1808. Cinco meses depois, em setembro, começou a circular na cidade o primeiro periódico brasileiro – a *Gazeta do Rio de Janeiro* –, produzido pela prensa da Impressão Régia, também primeira tipografia autorizada brasileira.

A instalação rápida da Impressão Régia deveu-se a António de Araújo, o futuro Conde de Barca, então titular da Secretaria de Estrangeiros e Guerra, que na precipitação da fuga lembrou-se de trazer consigo o material necessário para a abertura de uma tipografia. Ao chegar no Rio e receber uma bela casa para morar, mandou instalar a prensa em seu porão. Em 13 de maio de 1808, dia do aniversário do Príncipe Regente, promulgou-se um decreto que determinava como principal função da tipografia atender às necessidades de divulgação das medidas do governo. A tipografia real foi coordenada por uma junta administrativa diretamente ligada ao órgão censor da época: a Mesa do Desembargo do Passo (NEVES; GARCIA, 2008).

A *Gazeta do Rio de Janeiro* circulou na capital da Corte entre 1808 e 1822. Como dito, foi o primeiro tabloide com licença de impressão e publicação, mas não o único, já que depois de algum tempo o Rei autorizou a veiculação de outros periódicos. Assim, em 1811, na Bahia, teve início a circulação de *Idade d'ouro do Brazil*, que perdurou até 1823; no Rio de Janeiro, o encarte literário *O Patriota* circulou de janeiro de 1813 até dezembro de 1814 (MOLINA, 2015).

A gazeta pioneira tinha uma periodicidade bissemanal, às quartas-feiras e aos sábados, podendo também sair em quaisquer outros dias da semana se as notícias justificassem publicações extraordinárias, as quais se tornaram muito comuns ao longo dos anos (SILVA, 2007). Contava com poucas folhas e era distribuída para venda “em caza de Paulo Martins, Filho, Mercador de Livros no fim da Rua da Quitanda a preço de 80 r^s” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 14 set. 1808, s/p) e também por meio de

assinatura semestrais. Assim, as “pessoas, que quizerem ser assinantes, deverão dar seus nomes, e moradas, na sobredita Caza, pagando logo os primeiros seis mezes a 1:900 r^s”.

Foi planejada para efetuar a circulação de despachos oficiais, mas divulgou bem mais do que decretos e documentos reais (RIZZINI, 1988). Foi e ainda é considerada oficiosa por alguns analistas. Entretanto, para frisar sua autonomia, estampou em sua primeira edição o seguinte aviso: “Esta Gazeta, ainda que pertença por Privilegio aos Officiaes da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e de Guerra, não he com tudo official; e o Governo somente responde por aqueles papéis, que nella mandar imprimir em seu nome” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 14 set. 1808, s/p).

Nas páginas do primeiro tabloide, os assuntos dividiam-se em duas seções predominantes: uma parte noticiosa, que constituía o núcleo da publicação, e outra prosaica, mais ligada ao cotidiano da cidade e repleta de descrições das festas da monarquia, de intermináveis lisonjas à Família Real e de narrações dos fatos que se referiam a ela. Outro espaço daquelas páginas oferecia lugar em que “se porão quasquer anuncio, que se queirão fazer; devendo estes, estar na 4^a feira no fim da tarde na Impressão Regia” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 14 set.1808, s/p). Tais mensagens eram gratuitas.

Nas seções dedicadas às notícias, destacavam-se os excertos de jornais europeus. Assim, cabia ao redator ler, traduzir e resumir, escolhendo as principais notícias que chegavam nos impressos dos diversos jornais vindos de todas as partes da Europa (MEIRELLES, 2008). Anunciavam-se também os horários de entrada e saída das embarcações no porto, informação muito importante, já que era por meio dos navios que circulavam as informações do encadeamento América/Europa/América, operacionalizado por meio de cartas, jornais e despachos.

Nas folhas do periódico circulavam, em seus primeiros tempos, tabelas demonstrativas dos gastos na guerra com Napoleão e da arrecadação de donativos entre os habitantes da nova Corte, bem como a divulgação de obras literárias e científicas importadas e saídas dos prelos da Impressão Régia. Nos anúncios, predominavam as numerosas novidades oferecidas para os habitantes de uma cidade em franca remodelação, tanto urbana quanto comportamental.

Pela primeira vez na Colônia, negociantes divulgavam suas mercadorias; médicos e cirurgiões ofereciam seus préstimos, procurando angariar clientela; artesãos anunciavam suas oficinas e seus serviços. Nas linhas prensadas sobre o papel vulgar, existências pulsavam. Músicos que pela primeira vez organizavam concertos na cidade procuravam atrair seu público. Senhores descreviam as indumentárias e as características físicas de seus escravos e escravas fugidos, oferecendo alvíssaras a quem os entregasse. Outros enalteciam as qualidades de sua escravaria, tentando vendê-la por bom preço, enquanto estrangeiros procuravam criados brancos para servi-los. Cozinheiros ofereciam seus préstimos, casas de pastos⁶¹ anunciavam refeições. Enfim, era toda a vida da cidade que perpassava os anúncios da *Gazeta*.

As páginas reuniam diferentes notícias sem que houvesse muita preocupação com a coerência exigida pela lógica contemporânea. Não havia uma categorização, e as notícias eram amalgamadas, trazendo em suas linhas uma mistura muito próxima de acontecimentos que não se ordenam para ocorrer, mas simplesmente irrompem. Muitas das narrativas descritas não terminavam em uma edição, sendo apresentadas em capítulos que podiam ser contínuos, ou não.

A *Gazeta* estampava a seguinte epígrafe: “*Doctrina... vim promovet insitam / Rectique cultus pectora roberant*”, excerto de um poema de Quinto Horácio Flaco, poeta que viveu entre 65 e 68 a.C. e que produziu uma obra numerosa, composta por sátiras, odes e epístolas. Tal escritor ofereceu ao seu mundo e aos posteriores, grafada em um de seus poemas, a expressão *carpe diem*, que, com o passar do tempo, transformou-se em um conceito recorrente nas mentes e bocas, resumindo a ideia de uma valorização do momento presente (BIELER, 1968). Horácio viveu em uma época na qual as crenças, em Roma, dividiam-se em duas grandes escolas de pensamento: a epicurista e a estoica. Tinha uma declarada autonomia filosófica:

E, para que não venhas, talvez, a perguntar-me em que mestre ou escola eu me escude, adiantarei que não preciso jurar sobre as palavras de mestre algum e que, qual passageiro dum barco, sou levado, ao sabor da tormenta, por onde ela me esgarrar: ora me torno expedito na palavra, mergulho nas águas da política nacional, observo a verdadeira virtude e dela me torno guardião inflexível; ora volto a deslizar, a furto, nas doutrinas de Aristipo, e me esforço para que as coisas me obedeçam, não eu a elas. (FLACO apud FONDA, 1997, p. 59)

⁶¹ Estabelecimento modesto onde se serviam refeições.

A sentença escolhida pelo primeiro redator da *Gazeta*, Frei Tibúrcio José da Rocha, religioso da Ordem dos Franciscanos, pode ser assim traduzida: “Mas a educação desenvolve a força inata / E uma cultura sábia fortifica a alma” (MAGALHÃES, 2011, p. 43). Trata-se de uma espécie de ajustamento da relação entre a elaboração de um si por meio do saber: com inteligência e certo grau de conhecimento, os homens estariam libertos das superstições e do temor, por meio de um movimento pelo qual se produziriam esquemas de existência transpassados necessariamente pela relação direta com o conhecimento e, desse modo, granjear-se-iam subsídios para alcançar uma vida plena.

Tal inscrição capitaneava a primeira página do periódico. Em sua sequência, os assuntos versavam sobre determinações governamentais, distribuições de favores e de mercês reais, além de evocações patrióticas, vinculando as intensidades daquele momento às condições para percorrê-lo. Por aquele periódico circulava uma aragem de erudição, apesar de as gazetas terem sido consideradas leituras de segunda categoria, na opinião de filósofos influentes da época. Para Rousseau, tratava-se de uma obra efêmera cuja leitura deveria ser negligenciada e desprezada pelos letrados, só servindo às mulheres e aos tolos; para Diderot, aquelas páginas eram alimento aos ignorantes, recurso dos que querem falar sem ler; para Voltaire, o jornal consistia em simples relato de balelas. No entanto, na marcha para uma nova configuração de mundo, os períodos revolucionários fizeram com que a circulação desses impressos fosse elevada ao primeiro plano no jogo das forças (TERROU; ALBERT, 1990).

O periódico sistematizou, pela primeira vez, a circulação de dizeres em folhas de papel rugoso, quase sempre manchado da tinta negra dos tipos de metal que, no movimento cadenciado da prensa, acabavam por deixar rastros entre uma impressão e outra. Os ditos criavam, reproduziam e circulavam os rumores, os gritos e o silêncio das coisas acontecidas. Naquelas páginas, ressoava um sussurro do tempo que envolvia as falas sobre o cotidiano, as batalhas longínquas e próximas, os ofícios, os estardalhaços sobre as catástrofes e os crimes, a bruma sobrenatural que permeava as cidades e os ruídos das polêmicas.

A veiculação da *Gazeta* impôs um novo hábito à Corte. As notícias, os anúncios e as raras opiniões do redator circulavam pela cidade e, em alguns casos, eram

entregues nas próprias casas dos leitores. Uma forma de comunicação até então absolutamente inusitada aos habitantes da cidade; forma esta que compunha, junto com as iniciativas da Intendência da Polícia e de outras instituições, a reorganização dos costumes e a produção de novos hábitos na nova metrópole.

Os dizeres da *Gazeta* pairavam sobre a cidade, como um aroma delicado e agradável ao rústico olfato colonial. Tal fragrância, emanada de uma fonte de realezas e rapapés, envolvia o Rio de Janeiro como uma nuvem de ensinamentos, conselhos, princípios e avisos que angariavam adeptos.

A transferência da Corte fez emergir deslocamentos que ocasionaram fendas nas convicções, franqueando novos percursos que precisavam ser percorridos a fim de que se constituíssem nexos e se moldassem velhos e persistentes arranjos. Houve um corte, a ruptura de uma situação assentada, separando dois mundos inconciliáveis entre si e sem possibilidade de recomposição. Estabeleceu-se um ponto de não retorno, estando comprometidas as lógicas que ali imperavam até então.

Espécie de começo de um rendado todo bordado com fios já conhecidos, foi na dinâmica de forças daquele acontecimento – em si problemático e, portanto, causador de um deslocamento necessário para suprir as falhas e lacunas que apareceram nas engrenagens das relações de poder instaladas no litoral do Novo Mundo – que surgiu a necessidade de remodelação das práticas utilizadas para o governo do território e dos súditos, na tentativa de responder às novas demandas e de vedar as brechas que espocavam. Assim, após o desmoronamento de certos consensos e práticas sociais, abriu-se espaço para um novo enredamento com os fios antigos, mas agora num traçado novo, desenhando uma trama inédita que sustentou a necessária gerência de elementos difíceis de enquadrar: o corpo e a alma dos súditos.

Nessa conjuntura singular e excepcional que abalou a estabilidade sedimentada e as regularidades cristalizadas, suspendeu-se a habitual evidência da compreensão, tornando o senso dúbio e as grelhas de leitura da realidade confusas. Tais fraturas marcaram uma descontinuidade, abrindo o campo do possível, anunciando uma nova época e assentando as bases para a necessidade de mudança. Transformações que interferiram na existência das pessoas, forçando-as a inventar novas estratégias de sobrevivência, ou simplesmente outros modos de vida. Uma nova maneira de se portar e de conduzir o outro que ancorava no território brasileiro.

Desse modo, naquele início do século XIX carioca, emergia uma ordem social inédita até então; com ela, surgia a necessidade de reinventar a cidade, redefinindo suas rotinas e seus itinerários, bem como nelas inscrevendo as existências dos que ali habitavam. Para tanto, a circulação de dizeres foi convocada e fez-se saber aos leitores que:

Sendo o fim da Sociedade do Homens suprir sua fraqueza individual, e promover de mãos dadas a mutua felicidade; quaisquer meios conducentes a tão importante objeto são indubitavelmente perigosos, e dignos de hum acertado governo. Esta insigne verdade conhece mui a fundo S.A.R. o Príncipe Regente N.S. que Deos nos conserve dilatados annos, pois que na gloriosa carreira de sua vida estimável nada toma tanto a peito, nem procura com mais efficácia do que o bem, descanso, e prosperidade dos seus Vassalos, que sempre vão medrando debaixo do seu paternal cuidado. As provas dessa asserção fazem-se mais que evidentes nos sabios arbítrios adoptados nesse Novo Mundo para o melhoramento, e perfeição de tão vasto Continente como o do *Brazil*. Por vezes em nosso Periodico temos sido affortunados órgãos da publicação destas incontaveis verdades, que todos vem, sentem, e admirão. (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 13 dez. 1809, s/p)

Percorrer o caminho da felicidade conduzido por um bom governo implicava seguir, ouvir, conhecer e pactuar com os novos arautos da ordem, os quais eram os porta-vozes da razão, da prevenção e da moralidade. Tal demanda de felicidade – noção que, como tão bem define Paul Veyne (2015, p. 56), “admite os mais variados sentidos, dependendo da época considerada; trata-se de um desses inúmeros termos que são definidos pela sociedade com vistas a um objeto que nada tem de filosófico; eles resumem os valores de cada época” – era atribuída ao monarca e distribuída pelo impresso, convocando a um caminho governado em nome do aperfeiçoamento, da transformação e da reprodução da chamada civilidade europeia.

Marguerite passeava na Rua Saint-Jacques. Era um dia frio e cinzento de janeiro de 1816. Sua compreensão do que acontecia transformou seu pensamento em um turbilhão contrastante com as águas plácidas do Sena, que fluíam escuras a um quarteirão dali. Seu patrão, um arquiteto renomado, estava com viagem marcada ao Brasil. Pelo que ela entendera, ele queria sair de Paris porque Napoleão estava exilado e suas ligações com o ex-imperador não o faziam benquisto na Capital.

Brasil. Marguerite não sabia onde ficava aquele lugar e tinha muito medo de sair de casa. Apesar de Paris ser pobre, suja e perigosa, não conseguia imaginar-se em outro lugar. Seu patrão, entretanto, iria viajar em breve, com a senhora e as quatro meninas, e ela iria junto.

Chegaram em março, após uma longa viagem. Marguerite nunca imaginara que o mar pudesse ser tão vasto e tão escuro. A baía onde aportaram estava sufocante, de um calor ao qual ela não estava habituada. A cidade era pequena, estranha, acanhada e povoada de negros. Os costumes dos habitantes do Rio de Janeiro a incomodavam, e ela não podia sair sozinha, nem falar com ninguém. Porém, as ruas convocavam a passeios e olhares, e nada a atava à casa, que era abafada demais.

Pediu a Francisco, o negro de monsieur Lambret, que lesse a notícia trazida na Gazeta. Com sua voz potente, ele leu alto em português – língua exótica e sonora que parecia feita para canções – e depois traduziu para o francês, com um sotaque bonito, fazendo com que as palavras soassem engraçadas. O texto contava que, “em navio *Americano Calphe*, chegarão do *Havre de Grace* a este porto as pessoas abaixo nomeadas (a mór parte dos quaes são Artistas de profissão) e que vem residir nesta Capital [...] *Grandjean de Montigny*, Architecto, traz sua mulher, 4 filhas, 2 discipulos e um criado”.⁶² Ah, como era néscio o redator do aviso: seu patrão veio com uma criada, e quem estava acompanhado de um criado era o gravador de retratos de Languedoc, monsieur Pradier.⁶³ Aquelas folhas de notícias circulavam muitas tolices.

⁶² GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 6 abr. 1816, n. 28.

⁶³ Membro da missão artística francesa liderada por Joachim Lebreton e composta dos artistas Jean Marie Debret, Nicolas-Antonie Taunay, Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny, entre outros, que chegaram ao Rio de Janeiro em 26 de março de 1816 (BITTENCOURT, 1967).

O espírito do Rio de Janeiro pouco a pouco se instalou na alma de Marguerite. A cadência dos passos e a indolência das tardes, com seus bafos soporíferos, apossaram-se de sua índole. Assim como a cidade, ela agora ficava quente mesmo no frio. E as chuvas? Molhavam os verdes, deixando-os viçosos; inundavam a terra, deixando-a lamacenta; embebiavam a alma, deixando-a lânguida. A umidade em tudo criava mofo, inclusive nas vontades. Seu querer ficou diferente: tinha outro cheiro, outro vigor, outra textura, parecendo mesclar-se a outros muitos queres. E Marguerite acabou por permanecer naquele reino, tão distante e tão pouco encantado.

Nas noites do inverno tropical, as ruas eram secas e abrigavam uma brisa fria, lembrando as vielas de Paris na primavera. O silêncio que chegava com o pôr do sol era entrecortado pelo lento e compassado murmurar vindo das casas. A luz, de um amarelo nostálgico, privilegiava alguns lugares, deixando tantos outros na penumbra.

Certo dia, seu trajeto a levou para o Catete, freguesia dos mais abastados, região de grandes chácaras e uma das mais perfumadas da cidade. Já estava tarde, e a rua não era lugar para moças. Viu aproximar-se a carruagem de dois lugares puxada por uma parelha de cavalos, cortina de couro à frente e vidraças. Pelas narinas dos cavalos saía um vapor que indicava cansaço. O veículo parou e dele desceu uma senhora. A francesa miúda então percebeu, por detrás de uma mangueira e protegido pela penumbra, um negro alto com jeito ladino, vestido só de calça branca. Com agilidade, ele apontou um bacamarte para o rosto da senhora e atirou, antes de correr, esgueirando-se na meia luz que aquela iluminação criava. A senhora caiu, ensanguentando o próprio vestido.

Marguerite saiu assustada do local quando já havia muitas pessoas ao redor da senhora estendida, apesar da noite alta. Mais tarde soube-se que a infeliz era dona Gertrudes,⁶⁴ cujo marido, um comerciante rico, era um dos amantes da rainha D. Carlota. A pobre ensanguentada, dois meses antes, na saída da missa solene da Igreja da Glória do Outeiro, ofendera a Rainha na

⁶⁴ Esposa de Fernando Carneiro Leão, considerado amante da Rainha D. Carlota, que foi assassinada em 8 de outubro de 1820 (AZEVEDO, 2003).

frente de muitos. Marguerite nunca soube o que aconteceu nem ao negro, nem ao viúvo traidor, mas à Rainha nada se passou.

Com o tempo ali vivido, ela se habituou às tempestades e às calmarias; também aos ratos, que povoavam tantos os porões das naus quanto as vielas da cidade, – e aos pássaros tão coloridos vindos da mata que cercava o vilarejo. Entendeu que o jogo era de claro e escuro, de ardis e direitezas. E assim viveu naquela cidade que, aos olhos de uma estrangeira, não conseguia esconder-se – talvez tampouco o quisesse.

As acepções da cidade estavam mudando e, junto a isso, a disseminação de novos valores e traços era operada de maneira sistemática por instituições recentes do jovem Reino, construindo toda uma coerência capitaneada por racionalizações vindas de estudos e práticas nas áreas da medicina e da segurança. Tanto as questões de saúde quanto os gestos de vigilância e contenção faziam agora parte do cotidiano da cidade. Assim, limpar e cuidar eram ações convocadas pela ordem cortesã, que carregava as ideias de unidade e civilidade. Um deslocamento gradativo de uma ordem a outra, um movimento que conservou por muito tempo – e que talvez ainda mantenha – a paradoxal concomitância, de um lado, do cuidar e preservar, e, de outro, do exterminar e excluir.

A preocupação com a saúde não apenas de um, mas de muitos, circulava nas páginas, versando principalmente sobre o tema das doenças epidêmicas. Assim ponderava o redator:

A vacinação, que, põe sua muita utilidade, tem sido adoptada por todos os povos civilizados, salvando-lhes milhares de braços para todos os empregos uteis, não podia escapar a vigilância paternal do Principe Regente Nosso Senhor para com seus vassallos, entre os quaes S.A.R. procura estabelecer todos aquelles meios, que mais possão concorrer para sua conservação, e felicidade. (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 4 mar. 1809, s/p)

Alguns anos depois, a preocupação continuava, mas o foco agora eram os órfãos:

Os administradores dos expostos da *Misericórdia*, fazem saber as criadeiras dos mesmos expostos, que foram maiores de quatro mezes, e que ainda não tenham tido bexigas, que os deverão levar a vacina no Consistorio da Igreja do *Rozario*, nas quintas feiras e domingos pelas 10 horas da manhã, devendo apresentar a guia para se notar que se fez vacina, ficando as mesmas certas que se lhe não farão pagamentos de criações e vestidos, enquanto não mostrarem os expostos vacinados. (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 5 fev. 1817, s/p)

A medicina tornava-se instrumento social de prevenção, mas ainda em um estágio muito inicial, pois com as modernas ideias de inoculação conviviam questões como a venda de “garrafas do xarope *Antisiphilitico* de M. *Boyveau Laffectury*, Medico Chimico autor desse remédio que he bem conhecido pelo seu effeito para curar os males venereos” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 5 fev. 1817, s/p); a oferta de “agoa *Antifebril*” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 31 mar. 1813, s/p), de “agua da Inglaterra [...] aprovada pelo Delegado Fysico mór” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 29 set. 1810, s/p), de “Agoa férrea [...] aprovada por alguns Medicos desta Cidade” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 18 mar. 1812, s/p), e as “pirolas⁶⁵ da Familia, que lhe vem remetidas em diretura da botica, onde são feitas, na Cidade do Porto” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 1 jan. 1817, s/p), além do

[...] excellente Rapé da fabrica *Franceza de Maccoubá*, singular, não só pelo seu activo e agradável cheiro, e pelo muito que resiste á acção do ar, e humidade d’atmosphera, sem padecer a minima alteração de corrupção; mas até pelos effeitos que o seu uso tem produzido em muitas pessoas, que sendo atacadas de enxaqueca, perturbações de cabeça, e de faltas de sonno, lhes tem inteiramente desvanecido essas affectações. (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 24 ago. 1811, s/p)

A recente instituição médica do Reino começava a ordenar os corpos, inclusive com descrições pitorescas de autópsias realizadas com audiência. Assim, não só os modos de vida tinham de ser conhecidos, inspecionados e categorizados, mas também o interior dos corpos era exposto à curiosidade do público.

O Primeiro médico Graduado do Hospital Real Militar desta Corte do *Rio de Janeiro*, *Marianno José de Amaral*, tendo em 21 de dezembro de 1819 mandao proceder á autopsia no cadaver do Cocheiro de Sua Magestade a RAINHA Nossa Senhora, *José Maria Maquinez*, que com todos os signaes de huma inflamação agudissima do baixo ventre,

⁶⁵ Pílulas.

entrára para o dito Hospital ás 9 horas da manhã do dia 20, em que falleceu pelas 6 horas da tarde, assistindo o mesmo Facultativo, e na presença de muitas pessoas, que concorrerão; achou terem os intestinos padezido a inflamação indicada com diferentes pontos de suppuração, e sobre o duodeno, donde se extraiu huma colher inetira de latão, de polegadas quase 6½ de comprimento, e 1 de largura na concha, por onde se achava preza naquelle intestino, com parte do cabo sahida para a cavidade abnominal. O sobredito facultativo apresenta este facto de variedade, excitando desta maneira a atenção e curiosidade do publico, tanto pelo mesmo objecto ingerido, e qualidade do metal, como pela demora, que parece tocar em mais de hum anno depois da deglutição. (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 22 jan. 1820, s/p)

Ao mesmo tempo, na concomitância necessária ao deslocamento da ordem social, no qual os dizeres verdadeiros anteriores pouco a pouco iam sendo delimitados como ingênuos, ultrapassados, perigosos e, assim, falseados, os signatários de tais falas – os curandeiros – utilizavam as páginas da *Gazeta* para oferecer seus préstimos. Era o caso de Anna Joaquina, moradora da Rua dos Ouvires, “que tem receita para curar a enfermidade das chagas no utero, como já o tem posto em prática” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 3 abr. 1816, s/p), ou de Joaquim José Pereira, que “noticia saber curar Hernias no Escroto com toda a perfeição sem que fiquem defeituoso, nem passe pelo menor risco de vida o que dellas se curar, como tem verificado por este continente” (GAZETA EXTRAORDINÁRIA DO RIO DE JANEIRO, 11. abr. 1809, s/p).

Nas trilhas iniciais dessa nova ordem, ainda titubeante e experimental, as crônicas da imprensa relatavam pela primeira vez fatos da cidade, de seus habitantes e suas necessidades, muito diferentes dos costumeiros relatos de viajantes que vinham à Colônia curiosos pelo exotismo tropical e que descreviam em cartas a fauna, a flora e o povo. A vida urbana e cotidiana ingressou nas narrativas difundidas, não como excentricidade de povos bárbaros, mas como assunto de cálculos gerenciais, como matéria de análises e prescrições gestionárias. O tema precisava circular pelas páginas e alcançar mais e mais abrangência; as nuances da nova ordem precisavam ser lidas, divulgadas e disseminadas para que sua produção vingasse.

A memórias é um fator importantíssimo na construção de um povo, pois sedimenta as procedências, elabora uma unidade e pavimenta um porvir. Feitas de pedaços, as lembranças podem ser oriundas tanto de fatos heroicos, de comoções bélicas, de rituais cívicos, quanto de várias outras fontes.

No Rio de Janeiro do começo do século, as festas reais faziam parte do cotidiano da Corte. Abertas ao público, sediavam duas importantes aproximações: a aparição do rei, seu corpo como um instrumento de persuasão e legitimação do poder; e a imersão em um complicado cerimonial majestoso, completamente excêntrico aos habitantes da Colônia. Era também por meio desse cerimonial que se tentava criar raízes e transportar para os trópicos e para as almas dos vassallos sul-americanos um *savoir faire* europeu. Assim, as narrativas dos detalhes de tais celebrações povoavam as páginas circulantes:

[...] no dia 13 de maio, dia já celebre pelo feliz Anniversario Natalicio de Nosso Amabilissimo Principe Regente de *Portugal, o Senhor D. João VI*, que Deos no conserve largos annos; aconteceo hum fato jamais visto nesta nova, e feliz Côrte do *Rio de Janeiro*, que foi o Feliz Desposorio de SS.AA. a Serenissima Princeza da Beira [...] com o Serenissimo Senhor Almirante Geral [...] tudo no Paço respirava Grandeza; as paredes forradas de Damasco e Tapeçarias [...] brilhavam formosos lustres, que acendendo-se á noite, davão a claridade do dia [...]. S.A.R, o Nosso Amabilissimo Principe, se Dignou em tão fausta ocasião a dar audiência [...] numa tenda [...] alcatifada de bellas alcatifas da *Persia* que ainda felizmente escapárão á rapina dos Monstros *Francezes* [...] tudo arranjado com pompa. [...] a porta da Capella Real [...] a prata e o ouro erão mais que abundantes em todas as partes. E huma magestosa iluminação aclarava tudo. [...] À noite houve Opera [...], na Segunda e Terça repetio-se a iluminação do Paço, e da Cidade e houverão serenatas na Real Camera [...]. Na Quarta feira, pela manhã, Dignou-se S.A.R; receber os cumprimentos [...] de todas as Classes distintas dos seus Vassallos [...] e comparecerão as Danças Africanas [...]. Oxalá que tão feliz União dure largos tempos, para dita de todos os bons Vassallos *Portugueses*; e que na Feliz *America* se reproduzão, como esperamos [...]. Estas festas, que aqui anunciamos, para assim dizer *em grosso*, teremos a satisfação de narrar miudamente aos nossos benevolos Leitores, logo que huma pena mais aparada que a nosso, nos communicar huma relação exacta de tudo quanto se passou. (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 19 maio 1810, s/p)

As descrições das festas apresentavam valores, tornando-os comuns, vinculando-os a um passado e traçando um futuro. Um entrelaçado de proposições que circulavam como naturais e corriqueiras, repetidas a cada descrição das comemorações reais, ensinando aos leitores sobre uma monarquia clara e iluminada, uma cidade limpa e salubre, um povo heroico e gentil.

Um dos pontos interessantes dessas comemorações remete ao farto de que, para tais festas, construíam-se elementos ornamentais passageiros como arcos e praças,

caracterizando uma arquitetura efêmera, ou seja, transitória, justamente porque as obras eram destruídas logo após sua utilização. Como a praça construída no Campo de Santa Anna, “hum Curro⁶⁶ admirável pelo seu tamanho, elegância, e comodo [...] feito a propósito para as Festas” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 7 nov. 1810, s/p), eram erguidas apenas para incrementar a eficiência do espaço que habitaram. O meio teve de ser temporariamente adequado a um propósito específico: agia-se no espaço do mesmo modo que com os corpos nas demandas requeridas para a instauração de um povo, por meio de normas duradouras no seu presente, mas efêmeras, cambiáveis e momentâneas para os tempos vindouros. Destarte, utilizavam-se traços e contornos para uma nova cidade, fazendo-se uso de todo um conjunto de comportamentos, crenças, conhecimentos e costumes a fim de ancorar uma nova e distinta civilidade nos vassalos do além-mar.

A produção de um passado glorioso incluiu uma irmandade com os portugueses que permaneceram para além do Atlântico sob o jugo francês, em relatos sobre a festa da restauração.⁶⁷ Novamente se descreveram a “iluminação em toda a Cidade”, o cortejo, as visitas do corpo diplomático, a distribuição de comidas e bebidas, e toda forma de celebração do Rei, o “Augusto Senhor de illimitada Benignidade e Grandeza” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 24 dez. 1808, s/p) – mais uma narrativa no detalhado roteiro da formação do espírito do povo da capital: a eternização de um passado melancólico de jugo e um presente de regozijo da superação.

Não só os conterrâneos longínquos eram destemidos. Os portugueses que viviam no Brasil também eram narrados como audaciosos, mesmo nas descrições de suas mazelas. Como exemplo, pode-se citar o caso em que “forão mortos e devorados 4 *Portuguezes* pelos Antropogados *Indios Botecudos* num lugar denominado *S. João de Alfie*” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 21 nov. 1810, s/p). Assim se desenrolou a história:

[...] nesta ocasião havia o Commandante mandado sahir huma Patrulha com o Cabo *Francisco Gonçalves Lima*, por saber que os *Indios* se aproximavão: este Cabo, dando rastro do *Indios*, os seguio, e

⁶⁶ Cercado junto à praça de touros, onde estes permanecem antes e depois de corridos (HOUAISS, 2009, p. 578).

⁶⁷ Em agosto de 1808, nove meses após a partida da Família Real, os franceses perderam a batalha do Vimeiro para forças anglo-lusas, e, em setembro, o governador do Reino no período da invasão, Jean Andoche Junot, embarcou no navio *The Nimphe* de volta à Paris (SANTOS, 2008).

travando-se o combate matou 8, e aprisionou 2: voltando porém ao Quartel para se refazer de mantimentos, os *Índios* se aproveitarão desta ocasião, e fizeram as 4 mortes sobreditas: mas sendo logo seguidos [...] forão dispersados com morte de muitos deles. (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 21 nov. 1810, s/p)

Entre o perto e o longínquo perfazia-se a elaboração de um pertencimento a um povo que resistia aos funestos franceses e aos índios antropófagos, na convicção produzida pelas narrativas de feitos e atos heroicos, de um lado, e, de outro, pela convocação a um compromisso a partir do qual as pessoas se vinculariam umas às outras.

Em outra edição da *Gazeta* circulou uma solicitação à “subscrição, que V.M. abrio para socorrer os nossos Concidadões, e Vassallos de S.A.R., que habitão o Reino de Portugal, e que tem sofrido da appressão e tyrania dos Francezes” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 14 out. 1808, s/p). O pedido seguia a lógica da troca de favores, muito próxima da generosidade do Rei exercida pelas *mercês*.⁶⁸ Assim, um laço estava criado entre os daqui e os de lá, amalgamando todos sob a égide da Coroa Imperial Portuguesa. Desse modo, a procura por doações “prosseguirá com o mesmo zello, a achar um maior número de Subscriptores [...] que ainda não se mostrarão, como he de esperar que o fação” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 14 out. 1808, s/p), convocando todos a participarem do auxílio aos irmãos distantes.

⁶⁸ Política de favores na qual o monarca concedia recompensas, títulos, graças e indultos aos súditos. Uma prática de atos de benefícios que formava uma espécie de cadeia de compromissos amparada nos gestos de dar, receber e retribuir. Tal ação, fundada na lógica do devedor e de credor, engendrava numa relação que superava o valor da dívida em si, instituindo um valor moral constituinte de laços políticos. Foram relações operadas e legitimadas nas práticas de favores (OLIVAL, 2001).

Aristides nasceu no Rio de Janeiro. Nem branco, nem negro, nem índio, sempre ouviu que era misturado. O pai era um índio botocudo trazido à força dos confins de Minas Gerais; a mãe era filha bastarda de um comerciante português com uma negra alforriada pelo dono, que era também seu pai.

Foi criado solto, como todos os meninos da freguesia. Enquanto andava pelas ruas da cidade, via chegar gente boa e gente ruim, grandes naus e bergantins⁶⁹ menores. Ouviu muita fala estranha, nadou no mar e no rio, correu em chão de terra batida. Não gostava de sapato, aquela peça com sola dura que lhe apertava os dedos. Sua mãe dizia que seu pé era esparramado, coisa de sangue índio. Tinha os dedos abertos e sola de cascão.

Quando ainda não trabalhava no matadouro público da Rua Santa Luzia, na Glória, vivia a saracotear na Rua Direita, tentando entender o que falavam aqueles empoados visitantes. Sua diversão aumentou muito à época da chegada do Rei. Os ingleses dominavam a paisagem, e o menino – um pouco branco, um pouco índio, um pouco negro – ganhou uma alcunha entre eles: *airhead*, por estar sempre distraído, a derrubar barris e tropeçar naqueles que lhe atravessavam o caminho. Sua atenção se concentrava nos sons, ouvido alerta às conversas ao seu redor. Não era o inglês, porém, o idioma que mais o encantava. Aristides gostava da fala rara, do som infrequente, da pronúncia forte e quase rude da língua alemã.

O tempo correu, trazendo outros semblantes ao Rio de Janeiro e novos ventos à cidade que se transformava: a polícia tudo queria controlar, e as casas se abarrotavam de pessoas estranhas vestindo roupas pesadas demais e comendo com muitos talheres. Sabia disso porque sua amiga, a negrinha Matilde, que conhecera no Chafariz da Pirâmide, contou que sua senhora agora comia com garfo e faca vindos da Inglaterra, e que a comida era servida em pratos enfeitados e tão finos, que se quebravam a qualquer toque.

⁶⁹ Navio de dois mastros com velas redondas (HOUAISS, 2009, p. 436).

Já mais velho, foi trabalhar no matadouro. Na capital, a carne verde⁷⁰ era rara e cara. O gado vinha de Minas Gerais, de São Paulo e das províncias mais ao Sul. Ali também eram entregues porcos, galinhas e carneiros. Os animais chegavam magros e cansados àquele lugar, que deveria receber o título de reino das imundices: os excrementos, o sangue e as carcaças dos bichos ficavam rodeados de moscas varejeiras e ratos. Os negros, por sua vez, permaneciam próximos, aguardando o momento em que as sobras seriam jogadas nos tonéis para serem despejadas no mar. Alguns conseguiam garantir sua parte no momento do descarte, enquanto outros mergulhavam nas águas da Baía de Guanabara e coletavam os restos para fazer sua comida.

O sangue dos animais corria por valetas precariamente cavadas, encharcando a terra. À medida que esfriava, aquele líquido formava uma massa sólida e esponjosa que obstruía os canais, impedindo a passagem do fluxo incontinente. Desse modo, o sangue forçava novos escoadores. Os rastros vermelhos criavam mapas no chão, impregnando o lugar com um cheiro doce e pegajoso.

A função de Aristides era distribuir a carne pelos talhos⁷¹ dispersos da cidade. Carregava a mula e andava de canto em canto, descarregando as peças ensanguentadas. Mais tarde, o precioso alimento comporia a mesa dos mais abastados.

Não gostava daquele lugar. Sempre que podia, fugia dali e voltava à Rua Direita. Em uma noite de lua crescente, enquanto rumava ao seu lugar favorito, ouviu um grupo de senhores conversando em alemão. Seu fascínio pelo idioma germânico o tinha levado, anos atrás, a aprendê-lo com o marceneiro da casa do Conde. Klaus, homem honesto, era dono de uma paciência fenomenal, repetidamente cultivada no ensino da língua ao jovem irrequeto.

Como de costume, redobrou a atenção. Pelo que pôde entender da conversa, aqueles alemães estavam no Rio de Janeiro para organizar uma expedição científica, cujo chefe era um senhor de nome Max von Braunsberg.⁷² A viagem teria início no Rio de Janeiro e percorreria o

⁷⁰ Carne não salgada, fresca (HOUAISS, 2009, p. 629).

⁷¹ Estabelecimentos particulares de venda de carne (HOUAISS, 2009, p.2661).

⁷² Nome falso usado pelo príncipe Maximilian Alexander Philipp Wied-Neuwied, naturalista que, entre 1815 e 1817, organizou uma viagem ao Brasil com o objetivo de fazer observações e registros, sobretudo no campo da zoologia, e também sobre a vida em sociedade.

Espírito Santo até chegar à Bahia. Ao que parecia, queriam estudar os animais e as plantas do Brasil. Aristides seguiu o grupo até uma bela casa e voltou absorto a caminhar pelas ruelas da cidade, tentando pensar em um modo de participar daquela empreitada: viajar pelo interior, longe do sangue, longe do Paço, longe da Intendência.

No dia seguinte, estava cedo à porta da residência dos estrangeiros e conseguiu convencer o criado a deixá-lo entrar. Aquele moço de baixa estatura, cuja cor lembrava uma azeitona preta, com os cabelos grossos e negros, impressionou os viajantes com seu alemão enrolado. Por fim, conseguiu um lugar na expedição.

Algum tempo depois, lá estavam a atravessar um rio no Espírito Santo. A corrente era muito profunda, larga e rápida, de modo que um dos burros de montaria por pouco não se afogou, o que teria sido uma perda irreparável naquelas paragens. Estavam no território dos botocudos. Aristides havia lido na Gazeta, há alguns anos, que naquelas matas fechadas se travaram repetidas batalhas com os índios, descritos pelo jornal como selvagens que se distinguiam pelo espírito guerreiro e pelo estranho costume de comer carne humana. O jovem começou a desconfiar de que não fizera a melhor escolha: os insetos o devoravam, o borzeguim⁷³ o torturava, o medo o rondava. Temia sobretudo os índios de quem descendia, um temor que nasceu da divisão tão alardeada entre os civilizados e os selvagens.

O encontro com uma parte dos seus ancestrais não poderia ter sido mais doloroso: sem que Aristides percebesse, um botocudo extremamente forte disparou uma flecha contra ele, de perto e com tremenda energia, acertando seu ombro em cheio.

O moço voltou ao Rio de Janeiro e ao Largo do Paço, agora longe do matadouro e dos índios. Não acreditava que eles comiam os portugueses, pois duvidava que estes tivessem gosto bom. Ganhou casa com quarto, cama, cozinha e sala. O chefe da expedição era um príncipe que havia ficado condoído com o ferimento do rapaz. Agora, andava sem sapato e embolsava uma generosa pensão, igual às mercês que alguns afortunados recebiam, com a diferença de que, para

⁷³ Tipo de bota de materiais diversos – couro, camurça – que cobre o pé e parte da perna (HOUAISS, 2009, p. 494).

isso, nem precisou ser amigo do rei. Seu ombro funcionava e ele estava certo de que os botocudos definitivamente não eram selvagens; ao contrário, gostavam da vida boa, sem casas, nem amarras. Se não fosse por eles, Aristides ainda estaria perto dos ratos, das moscas e dos vermes, cercado por aquele sangue pegajoso.

Nos anúncios pessoais da *Gazeta*, havia um “afloramento do cotidiano, não em crônicas, não em negócios, mas como estranhas fulgurações, alguma coisa de agudo e de intenso”, tomando de empréstimo uma passagem formulada por Foucault (2006b, p. 219). Desse modo, a propagação dos acasos, dos pequenos aborrecimentos de cada um, passou não só a ser aceitável, como também esperada. Uma confissão voluntária, não da alma, não do recôndito devasso ou honrado, mas da superfície, da necessidade imediata, dos interesses mais minúsculos e inerentes aos acontecimentos diários.

Objetos de uso pessoal e simples artigos materiais eram perdidos e achados, compondo uma enorme lista nos anúncios. Alguns perdiam “hum annel com hum diamante brilhante da *India*, [...] quem o tiver, ou souber quem o tenha, o entregue, ou denuncie, que receberá o premio merecido” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 31 jul. 1811, s/p), enquanto outros nem se davam conta de que perderam “hum alfinete do peito cravado de pedras” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 10 dez. 1814, s/p.). Havia mesmo quem não sentia a falta de “um cavallo sellado” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 16 jun. 1810, s/p.).

As inovações importadas de uma Europa distante e exemplar inscreveram os habitantes da cidade em uma nova temporalidade, e portar um objeto que marcasse o tempo era sinal de abundância. Mas os relógios, objetos do momento, desgarravam-se de seus donos: “Portas da Igreja da Cruz até a esquina do largo do Paço, faltou um relojo de ouro [...] trabalhado em diamante” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 12 fev. 1814, s/p.); e na “rua do Sabão para a rua do Pescadores, perdeu-se hum relógio d’ouro, com mostrador do mesmo, sinete d’ouro com braço e diviza, numa fita preta” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 28 fev. 1816, s/p.).

“Carteiras de marroquim encarnado com vários papeis, e entre elles hum bilhete do Banco no valor de 300:000 réis” também escapuliam de seus senhores, sendo que quem “tiver achado e quizer restituir, receberá a quantia de 80:000 réis” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 26 maio 1819, s/p.). Não só os objetos ou animais eram esquecidos, pois está também publicado que “quem achasse hum menino de idade de quatro annos, bem parecido, o queira mandar pôr em sua casa [...] que seu pai pagará toda a despesa, que se tiver feito com elle, e dará o seu premio a quem o achar” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 4 mar. 1809, s/p.).

Os percursos dos ouros, das pedras preciosas, da carteira, do cavalo e do menino passaram por muitos olhos e muitas mãos, apartaram-se do seu curso e permaneceram inscritos em dizeres que atravessaram séculos. Trapos que resistiram às intempéries do tempo. Inanimados nos arquivos, estão disponíveis para serem colhidos, revelando-se indóceis no testemunho do frágil vigor que as ordens anteriores compuseram. Tais rastros sobreviventes dos ditos de uma época, em vez de narrar as ruínas de seu tempo, relatam os jogos de força no campo da constituição da verdade.

Aqueles anúncios foram, em sua época, mínimos murmúrios que descreveram e convocaram, numa profusão de narrativas, aquilo que era tido como comum; ditos e reditos que ajudaram a sedimentar o que, então, deveria ser natural, esperado e conhecido, produzindo uma algazarra discursiva tão cara à construção da memória. Naquele emaranhado de dizeres, definiu-se certo saber do cotidiano, o qual, se não teve sua origem no movimento da partilha pública das pequenas mazelas diárias, ao menos encontrou sua circulação, sua disseminação e sua apropriação, tornando-se um dos elementos produtores do entendimento do que naquela época conheceu-se por vida: o que se tinha ou se perdia, o que se queria ou não se queria. Trata-se de banalidades que conjuraram conhecimentos sobre como a vida deveria ser em seu aspecto mais corriqueiro, íntimo e banal: os modos de se sentar, de comer, de arrumar o cabelo, de dispor as vestimentas, de falar, de olhar etc.

As maneiras de ser, os gostos e os costumes estavam estampados em cada passagem dos anúncios da *Gazeta*, oferecendo toda espécie de novidades para ex-colonos, bem como artigos saudosos para os imigrantes europeus. Um gosto foi importado, afirmado e transformou-se em algo comum, como se vê a seguir:

Miguel e Adolphe Martins Irmãos, na rua d'Alfandega Nº 39, tem para vender lenços para uso de tabaco [...], botas, botins, çapatos, chapeos, estojos com serviço próprio para viagem para homens, de qualidade superior [...] vários enfeites de gosto para Senhoras: plumas brancas e encarnadas, e outras, çapatos chapeos, tocas de seda e cassa,⁷⁴ lenços, coleirinhas, tiras bordadas, camizas de cambraia bordadas, camizinhas de montar a cavallo, coletes de barba com atacadores,⁷⁵ véos, chales de seda e de filó, vestidos de filó, bordados de ouro ou prata ou palha, vestidos de paninho, córtes de seda, e garça⁷⁶, rendas, blondas,⁷⁷ tocas bordadas de ouro e prata (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 13 fev. 1819, s/p).

As novas tendências dirigiam-se aos trajes e também aos cabelos. Assim, o “Cabellereiro de Sua Alteza Real a Senhora D. *CARLOTA* Princeza do *Brazil*” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 4 mar. 1818, n. 18) e de várias outras altezas oferecia seus préstimos com penteados que seguiam os ditames de Paris e Londres. Os serviços de Girard consistiam em fazer

[...] cabellos de Homens e Senhoras, e tudo o que consiste na sua Arte, tinge com os pós de *George* com a ultima perfeição o cabelo, as sombrancelhas, e a suíças,⁷⁸ sem causar danno algum á pelle nem á roupa; e tem pomada, que faz crescer e augmentar o cabelo; agoa maravilhoza de M.^{me} *Martins* de *Paris*, para fazer a pelle da cara branca. (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 4 mar. 1818, n. 18)

Do mesmo modo como a Intendência da Polícia batalhava por uma harmonia, que seria encontrada na perfeita coexistência dos homens sobre um território, as mudanças nos modos de ser e de habitar, bem como a oferta de novas e melhores formas de morar, traziam um rumor das facilidades de uma habitação alegadamente mais confortável, de um outro bem-estar.

Para tanto, foi necessário evidenciar como eram desconfortáveis e perigosas as condições anteriores. Assim, simultaneamente ao ato de mostrar quão feias, sujas e perigosas eram as casas, ofereciam-se aos moradores padrões estrangeiros de

⁷⁴ Tecido fino, transparente, de linho ou de algodão (HOUAISS, 2009, p. 645).

⁷⁵ Cordão com que se amarra um calçado, cadarço (HOUAISS, 2009, p. 329).

⁷⁶ Tecido de trama fina (HOUAISS, 2009, p. 1428).

⁷⁷ Tecido transparente, geralmente em seda, que se faz à mão e se enfeita com bordados delicados. Usado para aplicação em vestidos e blusas, geralmente nas áreas do pescoço, do colo, das mangas e dos punhos (CARBONEL, 1794, p. 207-208).

⁷⁸ Barba que se deixa crescer em chumaço apenas nas partes laterais da face, desde as orelhas até próximo às laterais da boca.

comodidades domésticas, numa tentativa de domar as condições quase irrefreáveis próprias do clima tropical, tais como a umidade e a proliferação de bichos:

[...] faz saber que elle he *Pintor*, que pinta quaesquer cazas, e forra salas de papel *Inglez*, nas paredes mais húmidas, sem que o dito papel seja ofendido, e pega papel nas ditas paredes com huma certa composição de colla, que também a todo o tempo, assim de frio, como de calor, a humidade nunca offendera pela dita composição de colla, e estará livre de qualquer qualidade de bichos e de copim. (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 12 set. 1812, s/p)

Também o oferecimento de revestimentos dava o tom das novas e cômodas condições que os habitantes da cidade poderiam adquirir. Primeiro, havia a subtração da condição de habitável das antigas moradias, amparando tal argumento em um discurso científico de salubridade; depois, legitimava-se a construção de um ambiente agradável de comodidade material. Assim se propagava um modo de vida instituído por meio de uma espécie de invasão do privado, a qual não apenas foi aceita, como, na maioria das vezes, passou a ser plenamente desejada e exigida.

Outra novidade que despontou na Corte com a inauguração da imprensa foi a circulação de anúncios sobre estabelecimentos que ofereciam refeições. Desse modo, pairavam convites para sair de casa e realizar fora as refeições, como o do

Mestre Cosinheiro, faz saber ao respeitável Publico, que no Catete, junto a venda do *Machado*, se abriu huma nova casa de pasto; na qual dá mesa redonda a 800 reis cada pessoa, e quem quiser separada para jantar, tem quarto fechado, havendo na dita casa boas maçãs,⁷⁹ salsichas, e tudo o mais com muito asseio. Também dará jantares para fora a quem encomendar, pois he muito hábil em caçarolas, e maçãs. (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 23 ago. 1809, s/p)

Os senhores com recursos eram convidados a sair à rua, a experimentar quitandas fora de casa, ou mesmo a levar os quitutes para dentro de seus lares. Aos negros e pobres, o hábito de comer na rua, sentados sobre o chão batido ou encostados em portas de lojas e casas, dividindo o espaço com cães, era comum, sendo quase invisível aos que passavam (MALERBA, 2000).

O ato da alimentação, que sempre determinou um jogo de diferenciação social, foi assunto na iniciante imprensa da Corte não por iniciativa de seu redator, mas por

⁷⁹ Massas.

meio de comunicados que circulavam, trazendo a público a oferta de variadas opções de comestíveis de diversas partes do mundo, como

[...] licores na *Martinica* de varias qualidades, ditos da fabrica finos de muitas qualidades, dito para medidas; mostarda, conservas inglesas, de muitas qualidades, cidra, molho para peixe, vinhos de muitas qualidades estrangeiros, vinagre engarrafado da *França*, azeite engarrafado, de *Florença*, frutas em agoardente, chá de diferentes qualidades, genebra⁸⁰, serveja, doces para o chá, tãobem se preparão bandejas de doces, agoas de cheiro de varias qualidades, gotas amargas, chocolate da Hespanha. (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 18 dez. 1813, s/p)

Havia também outras modernizações que chegavam ao Rio de Janeiro, como no caso da padaria na Rua dos Ourives que fabricava “pão de luxo, Francez, Inglez, Italiano e Hespanhol, amassado por máquina de nova invenção [...] e fabrica bolachinha doce, biscouto, e bolacha d’agua e sal para o chá” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 24 set. 1816, s/p), ou da confeitaria que vendia “licores finos de *França* [...] de ginja,⁸¹ amendoa, aniz, amora, e outras qualidades, e também bons salames, e frutas em licores, amexas, damascos e pesegos” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 27 out. 1819, s/p).

Tais avisos divulgados ao público constituíam-se como mais uma marca da urbanização civilizatória a que foram apresentados os leitores e ouvintes das palavras da *Gazeta*. Por meio dessa constante convocação, sinalizou-se uma mudança de trajetória, um desvio de pertencimento, uma ampliação do paladar, um chamamento a novas apropriações e transformações do mais íntimo, banal e familiar de cada um dos leitores.

Comer assim ou assado, isso ou aquilo, dessa ou daquela maneira, contribuiu para o modo como o próprio súdito se viu como sujeito legítimo daquele lugar e daquele tempo, como ator na cena montada da nova Corte. Determinou-se, junto com outras variantes, de que forma os vassalos nem tão pobres, nem negros, nem selvagens se articulariam a essas práticas sociais e institucionais apoiadas em discursos que se postulavam como verdadeiros ou que foram, aos poucos, incorporando-se ao verdadeiro daquela época.

⁸⁰ Aguardente de cereais em que foram infundidas bagas de zimbro; gim (HOUAISS, 2009, p. 1440).

⁸¹ Bebida alcoólica produzida a partir do fruto da ginzeira (HOUAISS, 2009, p. 1452).

Um tempo de mudanças e da emergência de um novo jeito de habitar, alimentar-se, conversar, passear etc. Novos sujeitos estavam a ser constituídos; uma população emergia. Sujeitos nascidos como efeito das relações de poder e saber que prevaleciam no início do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro.

Não que esse homem branco leitor do jornal, provido de alguns recursos, tenha sido submetido a uma força incontornável, subjugado a ferro e a fogo por práticas coercitivas ou dominado por uma imposição violenta e absoluta, punido com suplícios quando do desvio de alguma norma ou lei estabelecida. Em vez disso, esse homem, que compôs uma parte da população e que por muito tempo seria considerado o único representante dela, foi conduzido a ser o que se ajuizou que deveria ser por meio de práticas sociais que o levaram a uma intensa elaboração de si mesmo, ao controle de seus apetites e à domesticação de seus afetos. Um homem regulado por práticas que delimitaram seu modo de ser, a maneira de se portar e, enfim, seu direito de existir. Ademais, um homem que ganhou novos instrumentos para a ociosidade e para a reflexão, elementos talvez importantes para a formação de um súdito *comme il faut*.

Pelas folhas impressas da *Gazeta*, oferecia-se “Piano-forte *Inglez* de muito boas vozes, e com seus registros” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 3 fev. 1810, s/p), e pedia-se ajuda para reparar o crime de furto de um móvel que devia fazer muita falta, pois seu dono pouco se importava com o dinheiro que nele continha. Descreve a vítima da contravenção:

[...] roubarão de hum quarto [...] huma Escrivaninha que continha vários papeis, e 100.000 réis, pouco mais ou menos, em ouro e prata. Qualquer Pessoa que mande entregar a dita Escrivaninha e papeis [...], ser-lhe-ha dado o dinheiro que ella continha, e mais 30.000 réis, e não será interrogado sobre o modo como a houve. (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 21 mar. 1812, s/p)

Novas soluções vinham a público; máquinas e novidades eram apresentadas aos leitores. Assim, “uma fabrica de maquinismo [...] faz saber que se fazem [...] bombas para apagar fogos, e esgotar aguas; calandras⁸² para dar lustre em fazendas em frio ou

⁸² Máquina para lustrar, alisar ou frisar tecido (HOUAISS, 2009, p. 365).

calôr, prensas para lustrar roupa branca, engenhos de fiar algodão, cardas,⁸³ e outras muitas cousas” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 18 jan. 1812, s/p).

Materiais já conhecidos também ganhavam roupagem nova, assim como as ruas da cidade e os novos monumentos. O carvão, tão conhecido por aquelas paragens, começou a ser “feito por nova invenção, que dura ao queimar dobrado de tempo que se costuma fazer, e por commodo preço” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 31 jan. 1818, s/p).

Naquela nova ordem, o enfrentamento dos miseráveis continuou violento. Os corpos dos escravos, mendigos, ciganos e vagabundos continuaram a sentir o vigor das chicotadas. O que havia de novo era o modo de cerceamento e de governo pelos brancos que habitavam a cidade, os quais transformaram aquele espaço em sede de seus negócios. Como gerir os súditos que faziam da nova Corte o destino de suas vidas? Como controlar a população que aumentava diariamente? O ver e o vigiar eram gestos privilegiados na contenção dessa massa. Se é verdade que houve toda uma elaboração de modos de restringir e adequar as ações dos corpos e das almas dos habitantes da capital do Reino, como normas e leis, é também verdade que os dizeres da *Gazeta* tiveram um papel fundamental na internalização desses comandos.

Toda essa ópera não foi executada somente pelos dois mecanismos aqui descritos: os ditos circulantes do periódico e as práticas da Intendência da Polícia. Tais textos fizeram parte da orquestração de práticas não discursivas, cadenciando instituições, reformas arquitetônicas e deliberações oficiais que fundaram um povo híbrido e que, mesmo assim, asseguraram um modelo de organização social feito nem só de luz, nem só de sombra. Uma população estava emergindo da colisão tropical entre um passado colonial e um presente monárquico.

De todo modo, os anúncios, naquele tempo de rara circulação de dizeres, expuseram a privacidade dos que voluntariamente publicaram suas demandas. Escritos de uma peculiar intensidade, banais em seu conteúdo e talvez até menores em uma escala de importância documental, mas demasiadamente belos aos olhos daqueles apaixonados pelos arquivos. São estes que narram a falta, o excesso, o roubo, a perda, o

⁸³ Ferramenta com que se carda lã, algodão, linho etc., constituída de uma lâmina ou tábua com dentes de madeira situados muito próximos uns dos outros (HOUAISS, 2009, p. 403).

oferecido e o almejado. Pedacos de potências de vidas que estavam se modificando, espontânea ou forçosamente.

Uma população híbrida, obra de uma configuração completamente ímpar aos olhos europeus, sem raízes reconhecidas, sem passado. Os indígenas, primeiros habitantes e senhores destas terras, foram dizimados, escravizados e desprezados; os europeus e africanos que chegaram nas levadas de colonização foram amalgamando-se, deixando de ser europeus e africanos para serem outra coisa.

Com a chegada da Corte e a necessidade de uma população condizente com toda a estrutura monárquica que no Brasil se criou, o estrangeiro era a regra, e não a exceção. Assim, a ideia de um povo vindo de fora, com hábitos incomuns aos arraigados nos habitantes locais, sem vínculo de pertencimento, constitui a exata tradução do povo que agora habitava a Colônia.

Tais indivíduos vindos de outras terras formaram a base da população que deveria ser atada, por alguma espécie de unidade, a posições absolutamente assimétricas, mas com um elo de pertencimento ao lugar que habitavam e ao rei que os comandava. A essa base foram acrescentados vários representantes da oligarquia portuguesa, cortesãos que, a partir daquele março de 1808, seriam os executores das normas que lastrearam a produção de um povo que, mais tarde, tornar-se-ia brasileiro. De modo ora mais, ora menos violento, tal processo de constituição de uma população visava ao controle de uma massa de habitantes e a uma dilatação das atividades econômicas, a fim de garantir a força e o sustento da monarquia, bem como da multidão de fidalgos aspirantes a empregos públicos e pensões que acompanharam D. José na fuga de Portugal.

Os estrangeiros europeus que chegavam ao Brasil imediatamente começavam a fazer parte dessa estranha massa amorfa que se constituía. Mesmo que permanecessem provisoriamente, seus hábitos e costumes eram muito valorizados em detrimento dos comportamentos dos locais, geralmente avaliados como inapropriados e grosseiros. Seus oferecimentos e serviços visavam sempre a oferecer técnicas, conhecimentos e produtos melhores do que aqueles dos antigos moradores da nova Corte.

Pelas páginas da *Gazeta*, os serviços e os produtos europeus eram sempre destacados como melhores e mais eficientes, mesmo no caso de alguma atividade já

arraigada nos costumes locais. Um francês que se autointitulava destilador, recém-chegado da França, anunciou que

[...] obteve o privilegio exclusivo para o uso de hum novo Aparelho Destillatorio continuo de sua invenção, tem a honra de prevenir aos Senhores de Engenho desta Provincia, que lhes pode fornecer os novos Alambiques, por meio dos quaes melhorarão a qualidade de suas agoas-ardentes aponto de poderem rivalizar com as agoardentes das Ihas *Francezas* e *Inglezas*. (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 4 set. 1816, s/p)

No caso da educação ou da formação dos menores, o atributo europeu fornecia brilho e altivez aos préstimos de sua ascendência, tanto para cuidar de crianças, quanto para ensiná-las, a exemplo da procura por uma específica tutora “*Ingleza, Irlandeza ou Escosseza, que seja Catholica Romana*” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 18 maio 1814, s/p); dos professores que abriam colégios, como a “*Madame Clementiny, que novamente chegada a esta Cidade, tendo dirigido em França por espaço de 10 annos huma caza de educação de meninas, propõe-se a dar lições de musica vocal, de harpa, de piano, e de lingua Franceza*” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 6 ago. 1817, s/p); ou do professor natural de Londres, que

[...] com a licença do Desembargo do Paço faz sciente ao publico, que sua Aula para o anno de 1820, são as seguintes: — De manhã, aula de *Francez* das 8 até ás 10; *Geographia* e pratica nos Globos das 10 até ás 11; *Inglez* das 11 até a huma. Há huma aula de língua *Portugueza* para estrangeiros, de tarde nas Segundas, Quartas, e Sextas, das 5 até ás 7. (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 22 dez. 1819, s/p)

Nas folhas do periódico circulavam tentativas de trazer mais civilidade aos nativos, a exemplo dos suíços que ganharam uma colônia ordenada por “El-REI Nosso Senhor, a Fundação da Villa de Nova Friburgo [...] quando os habitantes d’aquelle termo quizerão [...] dar huma publica demonstração de reconhecimento pelos grandes benefícios, com que o Mesmo Senhor os tem felicitado” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 19 ago. 1820, s/p).

Alguns estrangeiros tiveram desconfianças sobre si declaradas publicamente. No que concerne aos espanhóis, os motivos, publicados em uma matéria de 1810 – período em que a Espanha estava sob a dominação francesa, seu monarca D. Fernando VII havia sido preso e seu irmão de Napoleão, D. José I, assumira o trono –, eram de que

[...] vários *Hespanhoes* são detidos, e presos pelas Rondas da Cidade, muitas vezes [...] determinou S. Excellencia adotar as disposições seguintes [...]: 1º Todos os *Hespanhoes*, que se acharem nesta Cidade, deverão apresentar-se na Secretaria do Ministerio de S.M.C. dentro de 8 dias [...] escrevendo seus nomes por inteiro, os lugares donde vem, e onde morão [...] em hum livro, que estará prompto para este fim. 2ª [...] cada um receberá de S. Excellencia huma declaração de que he Vassallo [...] e este papel lhe servirá de protecção [...] 3º Todo o Vassallo d'ElRei *D.Fernando VII* deverá trazer no chapeo o laço *Hespanhol*. (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 10 jan. 1810, s/p)

Dez anos depois, um dileto membro do mesmo povo declarou que “*Salvio Gafarot*, Medico Cirurgico, *Hespanhol*, *Europeu* de nação tem a honra de anunciar ao Publico, que [...] obteve a sua aprovação perante o Juizo da Fysicatura Mór do Reino [...] e que se acha incorporado e distinguido no corpo de Medeccina desta Corte” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 26 jun. 1821, s/p).

Os dizeres dos estrangeiros operavam como modelos de um certo agir e de um certo pensar expostos aos habitantes do Novo Mundo. Fosse no oferecimento de mais conforto e beleza, fosse nas demandas por certas condições de vida, emanavam a certeza de ensinarem a ser melhor e mais eficiente.

Todo um fluxo de concepções científicas circulou pelas páginas da *Gazeta* nos Oitocentos. Saberes sobre a natureza e sobre o homem proliferavam na Europa, e como aquele periódico veiculava muitos excertos de jornais europeus, a escolha do redator muitas vezes recaía sobre artigos que contemplassem tais assuntos. À época, estava em pauta um obstinado deslocamento do espírito metafísico dominante até o final do século XVIII, o que guiava as pesquisas científicas de então. O rol de verdades que confirmavam a autoria divina dos fenômenos físicos e sociais teria sido substituído pelo objetivo de entender e utilizar tais fenômenos em nome da produção de um conhecimento sobre e para o homem (MASON, 1962). Surgia uma nova ciência marcada por sua função social, assumindo uma ampla e importante finalidade na elaboração de formulações fundamentais para a noção de população e para as asserções sobre como geri-la.

Os avanços na matemática e na física possibilitariam grandes obras de engenharia, bem como o aperfeiçoamento de máquinas; o progresso na química viabilizaria a indústria farmacêutica; e as pesquisas da biologia permitiriam um rápido desenvolvimento da medicina (MASON, 1962). De modo geral, a ciência firmou-se

não como fim, mas como um eficiente e imprescindível meio de gestão, fosse dos homens, fosse das riquezas e da produção.

A maior parte das ofertas de livros e textos nas páginas da *Gazeta* referia-se a compêndios para os primeiros cursos criados no Brasil durante o governo de D. João VI. Tratados sobre matemática, física e medicina apareciam em maior escala, seguidos por outros sobre astronomia, mineralogia, desenho, botânica, química, farmácia e arte militar. Em relação a esta, anunciavam-se matrículas para a Real Academia Militar e para a Academia Real dos Guardas Marinhas.

Em 1816, foi publicado, em três partes, um discurso em louvor das ciências proferido por Cuvier, intitulado *Reflexões sobre a marcha actual da Sciencias, e sobre todas as suas relações com a Sociedade*. O estudioso das ciências naturais defendia que as ciências

[...] não se crião a sociedade, ao menos nascem e se desenvolvem com ella [...] revelando verdades importantes, com grandes relações, que as une todas com consequências infinitas, [...] pois a Sciencia apanhou tudo como suas vistas, todas as artes lhe forão sujeitas; a indústria a reconheceu por sua mestra; e se enlaçou de maneira mais intima e mais sensível com todas as relações da sociedade. (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 14 set. 1816, s/p)

O texto delimitava as relações do conhecimento científico com o Estado e com a economia, fazendo circular a concepção de ciência como um código produtor de novas relações e novas verdades. Tal bruma cientificista espalhava-se pela Europa e não apenas chegou ao Brasil, como também aqui circulou e propagou-se, criando um regime de verdades que permeou as relações de cada um e do todo populacional que começava a se formar.

Além dos avisos, das publicações científicas e dos poucos artigos sobre o assunto, muitos professores ofereciam, na seção de anúncios, seus préstimos para o ensino das primeiras letras e de idiomas: português, latim, inglês e francês, além de matemática, geografia, religião e desenho. Uma educação rápida e descompromissada: “Acha-se residindo nesta Corte hum sujeito que se oferece para ensinar por casas particulares a lèr, escrever e contar” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 28 mar. 1810, s/p); educação para meninas em colégios internos: “Academia de instrucção para Meninas [...] que ensinará a lèr, escrever, fallar as linguas Portugueza, e Ingleza

grammaticalmente; toda a qualidade de costuras e bordar e o manejo da Caza” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 16 dez. 1816, s/p); educação para rapazes pobres no “Seminário de S. Joaquim, onde se vai fixar o utilíssimo estabelecimento de Artificies Engenheiros” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 13 maio 1809, s/p); educação para negros: “quem desejar pôr negros ou negras de 8 até 10 anos de idade a aprender o officio de jardineiro, cocheiro, ou cozinheiro, e além disso a ler, escrever, contar e cozer, dirija-se á caza de *Carlos Durand*” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 15 set. 1819, s/p).

A educação era orientada para aprendizes, não para alunos. O termo *aluno* aparece apenas três vezes na *Gazeta*: a primeira em 1815, em um artigo de um jornal francês; a segunda em 1817, em um anúncio de um novo colégio; e a terceira em 1822, em um aviso sobre um colégio, mas para caracterizar um professor como aluno de uma faculdade inglesa.

A educação formal narrada nos anúncios aproximava-se de um conjunto de atividades práticas com vistas à preparação de mão de obra especializada ou à formação de súditos em uma moral adequada. A educação como instrução engajava o estudante à condição de aprendiz de técnicas, fosse de conduta, fosse de trabalho. Um aluno era um sujeito a ser moldado, ou seja, um ser que recebia os cuidados necessários para seu pleno desenvolvimento.

A educação ofertada distinguia claramente as instruções para jovens bem-nascidos, para uma gama de criadagem e para os escravos, que apareciam apenas como possíveis aprendizes. Novamente, a educação surgia a reboque de um modelo pragmático, com o fim específico de instrumentalizar para alguma função.

Quando o tema aparece como conceito, ou seja, de modo mais abstrato, as ocorrências dão-se exclusivamente nos excertos de jornais estrangeiros. A concepção de educação que habita esses escritos divide-se em duas vertentes: na primeira, é considerada formadora de homens cultos e dignos; na segunda, um fator na conquista de certa liberdade, fosse individual, fosse para a nação. Tratava-se da educação, então, entendida como elemento civilizatório.

Uma atmosfera de dominação permeou todo o processo de construção do povo brasileiro. Foi também por meio da exploração dos escravos, das pancadas e dos golpes sobre corpos negros e pardos que se forjou uma população para a nova sede do Reino.

As publicações sobre os corpos negros traziam uma certeza: eles fugiam, sumiam, desapareciam. Tratados como um objeto de posse, eram negociados, vendidos, alugados, trocados.

No Botequim de *Antonio José Alves* na rua dos *Ourives*, no canto da rua do *Rosario*, se vende hum cavalo bom de braços; huma negra ragariga com habilidades de cozer, engomar e bordar; hum par de espelhos de vestir de vidro lavrado: quem quiser comprar qualquer destas cousas, falle no referido Botequim. (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 23 out. 1811, s/p)

Difundiram-se, nas letras do jornal, queixumes de senhores sobre o desaparecimento de seus escravos, bem como descrições detalhadas sobre a venda de cativos. Subjugados pela força e sem voz, os escravos foram as arestas de um povo que se instituiu mestiço – na cor, na língua, nos modos, nos gostos.

A prelação sobre o escravo descreveu, em um mosaico de formas, feitos e feições, o que enxergavam os olhos de seus donos. Assim, o negro podia ser inteligente no ordinário, fiel e calado, humilde e sujeitado, sadio e esperto, desembaraçado, néscio, ladino, trigueiro, esquentado de aguardente, sem vícios e com boa conduta, mal-encarado, pernóstico. Seu corpo era bem-feito, mal feito, proporcionado, cheio, elegante, grosso, cabeludo, sem marcas de enfermidades, sem sinais de nação, bonito, lindo, alto, vistoso, bem-procedido, bem-parecido, torto, robusto, com umbigo bastante grande. Sua cor, fula, luzidia, apagada, gasta, bem-retinta, muito preta. Suas pernas, tortas, grossas, capengas, bem-feitas, zambaias; com pés malfeitos, secos, tortos, sem um dos dedos. Suas mãos, brancas, com cicatrizes, sem dedo, unha comida, dedo torto. Seus cabelos, corridos, com grande molho de brancos no alto da cabeça, carapinha, ásperos, grandes, curtos, já pintados de branco. Seu rosto, redondo, chato, comprido, pequeno, bem-feito, feio, lanhado, miúdo, picado de bexigas, cheio de espinhas, bruto, regular, sem ponta de barba, com barba serrada. Seus olhos, pequenos, grandes, esbugalhados, vesgos, pretos, tenebrosos. Suas orelhas, rasgadas, separadas, tortas, soltas da cara. Seus dentes, mui alvos, podres, puxados para fora, limados à moda de Pernambuco, faltosos. Seus lábios, grossos, encarnados, magoados.

Esses corpos, narrados com detalhes variados, mas negros, sempre negros, fugiam vestindo camisas, calças, ceroulas, jaquetas, chapéus e vestidos que eram riscadinhos de xadrez, com listras, lisos, azuis, amarelos, brancos, pretos, cor de

vinagre, rotos e desbotos, feitos de ganga,⁸⁴ baeta,⁸⁵ algodão, chita ou brim. Nas fugas frenéticas, meticolosas, improváveis, malogradas ou profícuas, passaram, correram, rastejaram pelas ruas da Ajuda, da Alfândega, da Cadeia, da Candellaria, da Misericórdia, da Quitanda, da Valla, das Flores, das Violas, detraz do Hospício, Direita, do Alecrim, do Cano, do Cemitério, do Fogo, do Pedregulho, do Piolho, do Sabão, dos Inválidos. Esgueiraram-se pelos largos do Rossio, do Capim, do Castello, do Cachorro, da Mãe do Bispo. Procuraram sombra e proteção nos becos do Cotovelo, da Música e da Boa Morte.

Parte constituinte do dia a dia da cidade e das páginas da *Gazeta*, compondo a mistura de pessoas que viviam na Corte, esses servos do Rei, de seus senhores e do destino tinham numerosas funções ligadas à casa e ao privado de seus donos: eram costureiras, amas de leite, cozinheiros, mocambos, lavadeiras, rendeiras, quitandeiros; sabiam comprar, governar casa e miúdos, compor bandeja e mesa, servir. Fora de casa, eram sapateiros, pedreiros, ferreiros, serradeiros, espingardeiros, marujos. Almas que perambulavam pelas ruas ou que foram presas nas casas e senzalas. Açoitadas, violentadas, exauridas, produziram histórias, desafiaram e acataram as leis, foram alvo da formulação de normas, meio da produção de riquezas e âmago da rotina daqueles tempos.

Na passagem do cotidiano para o discurso jornalístico, as queixas, as solicitações e os oferecimentos deixaram de habitar somente as conversas entre conhecidos ou os assuntos de botequim e das alcovas, passando a frequentar também um novo e poderoso instrumento de circulação. Assim, a propagação de ideias, a manifestação de vontades e a disseminação de aspirações deslizaram em dizeres comezinhos que, com o tempo, acabaram por se acumular sob a forma de rastros escritos. Uma nova relação entre o cotidiano, o poder e o discurso, segundo um modo totalmente diferente de reger, expor e constituir o privado.

O fim dessa história começa com o retorno de D. João VI para Portugal, em 26 de abril de 1821, levando quase toda sua família – à relevante exceção de D. Pedro. O Rei voltava à sua Europa e ao seu Portugal, transferindo seus vassalos tropicais à

⁸⁴ Tecido vulgar, azul ou amarelo, que antigamente se fabricava na Índia (HOUAISS, 2009, p. 375).

⁸⁵ Tecido de lã ou algodão, de textura felpuda, com pelo em ambas as faces (HOUAISS, 2009, p. 1425).

guarda do filho. Deixava ali um povo diferente do que aquele que o tinha recebido nos idos do começo do século XIX, afastando-se de uma cidade que agora vestia outra roupagem e era animada por outra alma.

A *Gazeta* que o acompanhara deixaria de circular em naquele mesmo ano, ganhando outro nome e outro redator. Antes disso, em agosto de 1821, quatro meses após a partida de Sua Alteza Real, publicou-se na primeira página do periódico que era “difícil escrever para o Público, cujas as ideias, sentimentos e opiniões são tão diferentes, como as physionomias” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 4 ago. 1821, s/p).

A atmosfera criada por meio dos escritos que haviam passado a habitar a cidade alimentou colunas de ar que sopravam os ventos impetuosos em seu fluxo da terra para o mar – mar que trouxe novidades; terra em que aportou o novo; ventos que balançaram certezas nem tão conhecidas, nem tão arraigadas. Existências ali se inauguraram, em moldes que não eram exatamente os mesmos das cortes europeias, mas que tampouco coincidiam com o que havia nas colônias americanas. Assim se processava a fundação de uma cidade, acompanhada da invenção de um povo via a força das virações reinantes.

V. CONCLUSÃO

Experiências vividas de modos diferentes, em tempos e lugares distintos: eis aquilo sobre o que aqui nos debruçamos. Concedemos ênfase aos acontecimentos que abalaram a cena montada, para, depois, por meio das brechas abertas nos solos firmes das antigas convicções, dar espaço às novas certezas que se alastraram como relva sobre a terra revirada.

Nesse itinerário regido pelos arquivos – “peças da dramaturgia do real” (FOUCAULT, 2006b, p. 206) –, privilegiamos a leitura das margens, das banalidades e dos detalhes, na tentativa de delinear o *modus operandi* dos processos de gestão dos indivíduos em face dos desmantelamentos e das concomitantes reconstruções da ordem vigente, provenientes de diferentes eventos que tomaram corpo na história de Portugal nos Setecentos e, pouco mais de meio século depois, na trajetória brasileira.

No primeiro movimento, focalizamos a destruição e a reconstrução de uma cidade e de seu cotidiano após o terremoto de 1755 – um desastre natural que alterou todas as regularidades de Lisboa e de seus habitantes, não poupando nada nem ninguém. No segundo, fundamentado na trajetória da Biblioteca Real, dedicamo-nos à marcha cíclica de instabilidade das dinastias da Coroa portuguesa permeada por vácuos no exercício do poder, os quais geraram confrontos, disputas e, portanto, novas desestabilizações. Terrenos instáveis que convocavam a função da Biblioteca Real para ajudar a torna-los mais seguros. No terceiro, destacou-se a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, uma estratégia do governo monárquico para assegurar a integridade física e governamental da dinastia de Bragança, garantindo que o corpo do Rei permanecesse ileso e, assim, passível de assegurar a plenitude do Estado português mesmo diante da ocupação de seu principal território.

Tais acontecimentos, aos nossos olhos, de acordo com uma diversificada escala de grandeza, consistiram em rupturas que, de modo ora impetuoso, ora fleumático, criaram novas relações entre os indivíduos, suscitando confrontos, deslocamentos e apaziguamentos. Momentos de tensão em que se travou uma luta às vezes surda, às vezes estridente, relegando ao passado determinadas grades de inteligibilidade e

elegendo novas verdades nascidas dos jogos de poder-saber de então, jogos estes postos em ação no intuito de suprir falhas e demandas ocasionadas pela dificuldade de governar. Referendaram-se certos saberes e falsearam-se outros, dando à luz novos processos de veridicção e levando as vidas a seguirem outros rumos em suas batalhas diárias.

Na companhia de M.^{me} Farge (2002), definimos acontecimento como uma irrupção que cria linguagem, que gera discurso, ao mesmo tempo em que ilumina mecanismos anteriormente invisíveis. Trata-se, pois, de uma eventualidade constituinte e destruidora: se, por um lado, estabelece novas práticas, regras e normas, por outro, também devasta crenças e valores anteriores a ela.

Um acontecimento, nesse sentido, não é um fim, mas um meio pelo qual se abala um solo, dando lugar a frestas na tessitura das relações, bem como a práticas e saberes outros, tão provisórios quanto seus antecessores. Assim, o acontecimento é um corte histórico que demanda novas estratégias e acomodações das práticas ao complexo e difuso movimento de governo dos corpos, das almas e das riquezas.

Pensemos no terremoto que desfez um reino inteiro e nas derivações políticas que avançaram por todo o território português e seus domínios, lançando ecos também pela Europa setecentista. Tal acontecimento provocou um lapso no tempo e no entendimento daqueles que lá estavam, cindindo o presente em dois períodos – o antes e o depois. O cataclismo acarretou problemas sofisticados: para além da urgência de reconstrução dos edifícios ou de assentamento dos desabrigados, ele evidenciou falhas no modelo vigente de gestão e suscitou a adequação de um novo modo de conduzir os vassalos. Enfim, ele abalou certezas e disseminou dúvidas que provocaram uma tensão inédita no Reino entre duas maneiras de governar os súditos, fazendo com que, enfim, novos mecanismos e estratégias fossem postos em prática. Daí resultou uma tênue noção de população, sobre a qual passaram a incidir programas e intervenções com vistas à condução, à contenção e ao cuidado dos cidadãos.

A tensão que brotou no período pós-terremoto abriu dois modos possíveis de lidar com a situação. Em uma direção, conduzida pelo futuro marquês de Pombal, visou-se a um endereçamento ao povo como objeto dos saberes políticos e econômicos da época, de acordo com uma gestão do conjunto dos indivíduos fundada na visão de totalidade, ou melhor, na emergência de uma realidade populacional. Para tanto,

utilizou-se de um expediente inédito de investigação a fim de conhecer a exatidão do desastre e, assim, poder melhor calcular os gestos para geri-lo; preocupou-se com a saúde dessa população, promovendo providências a fim de evitar epidemias; apressou-se em promover a circulação de pessoas e produtos, bem como de dizeres, por meio de impressos para explicar cientificamente o terremoto.

Do outro lado, um religioso arraigado às justificativas sobrenaturais ao infortúnio ocupou-se de seu rebanho, buscando cuidar individualmente dos fiéis. Engajou-se em um trabalho custoso que se propagou por meio de preleções e vaticínios, apresentados nos púlpitos improvisados em meio aos entulhos e também em um pequeno opúsculo. Seus esforços dedicavam-se a amparar os feridos, proteger os carentes e fazê-los arrependerem-se dos pecados, aplacando a ira divina. Enquanto isso, condenava veementemente as ações de restauração e transformação da cidade. Após o confronto com a nova ordem, seu destino o levou a vagar por masmorras e a ser queimado na fogueira que seus irmãos de religião tão eficientemente haviam outrora defendido.

Os impressos *versus* os sermões, a circulação *versus* a estagnação, a ciência *versus* o sobrenatural. Nesse duelo de vida e morte, cada um guerreando em favor de sua visão de mundo, foram produzidas marcas profundas, trocaram-se passos, contestaram-se verdades, abriram-se algumas portas, fecharam-se outras. Um espírito político diferente, enfim, começou a soprar, e seus ventos atravessaram o oceano anos mais tarde, perpetrando a nova população como alvo de gestão calculada na possessão ultramarina que se elevava ao *status* de Corte.

Em relação ao início da Biblioteca Real, o problema imediato que a fez despontar foi a necessidade de firmar uma nova dinastia, instaurada por um filho bastardo rejeitado pela nobreza estabelecida à época. O novo rei, então, nobilitou seus apoiadores e escreveu uma obra que se prestaria a ser instrumento de educação de seus nobres aprendizes. Além disso, parece ter se iniciado ali certa cultura da memória, apoiada em um sistema de produção, sustentação e conservação do passado, cingindo, a nosso ver, a saga educadora da Biblioteca Real.

Passados alguns anos, a Biblioteca, até então esquecida nos registros que chegaram até nós, é novamente trazida à tona, exatamente quando em Portugal se encerram as décadas de jugo espanhol. Transferida para Lisboa, transformou-se em

uma das mais importantes da Europa, constituindo uma presença marcante na forma de um estabelecimento de guarda da memória e do passado, em cujas prateleiras repousava a alma imaginada de um povo.

Com o terremoto, seu acervo foi destruído, mas logo depois acabou sendo inteiramente reconstruído, agora sob uma nova concepção. Por um lado, ela passava a ser um polo de produção de outros saberes – ciências biológicas, matemáticas e físicas – que iriam compor, junto com a história, a construção de novos significados e valores. Tais saberes ganharam impulso, e suas elaborações vestiram o manto da verdade, de modo que a Biblioteca se tornou, então, um centro de estudos no qual se proliferaram subsídios para novos conhecimentos. Por outro lado, surgiu a demanda de também incluir os plebeus na linhagem dos contempladores do templo da erudição. Assim se planejou a primeira biblioteca pública de Portugal.

Por fim, diante de novas ameaças e instabilidades, a Corte portuguesa, em fuga da invasão francesa, trasladou-se para o Novo Mundo, levando consigo a Biblioteca. Junto a ela embarcou um passado cuidadosamente elaborado e protegido, bem como diversos saberes que inicialmente ficaram quase restritos às paredes do hospital em que o acervo havia sido alocado.

A educação pela memória e a consagração de um local de guarda e elaboração dos saberes tradicionais constituem, portanto, o fio que conduz a trajetória da Biblioteca Real: um lugar exclusivo para a guarda das reminiscências necessárias, palco da elaboração de novos saberes e da imposição de sombras às verdades adormecidas. Tal instituição ofereceu a circulação restrita de impressos e de manuscritos valiosos, os quais eram acessíveis a poucos, bem poucos.

O terceiro evento – a chegada de uma Corte europeia aos trópicos – foi pautado pela complexa necessidade de lidar com as multiplicidades existentes na Colônia. A instalação da monarquia portuguesa no Rio de Janeiro rompeu a membrana que separava os colonizados dos colonizadores, e pela primeira vez uma família real europeia colocava seus pés no continente americano, com o agravante de ter de habitá-lo. Assim como o terremoto decretara um antes e um depois a Lisboa e Portugal, tampouco o Rio de Janeiro e o Brasil voltariam a ser o que haviam sido até 1808.

Para além das instituições inauguradas na nova capital, tais como o Banco do Brasil, o Jardim Botânico, o Teatro Real de São João, o Museu Real e a Real Academia

Militar (SILVA, 2010), as quais fizeram parte do dilúvio de novos valores e costumes que ancoraram na cidade, duas, em especial, eram diretamente ligadas à circulação: a Intendência da Polícia e a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

A polícia cuidou da circulação das pessoas, das mercadorias e dos ares, sob o propósito de zelar pela cidade e por seus habitantes. Já a *Gazeta* divulgou em suas páginas modos de vestir, de comer, de se cuidar, de festejar, de pertencer e de estudar, propagando procedimentos de existência por meio de notícias e pela própria voz dos moradores da cidade. Assim, o jornal produziu um cotidiano, disseminou o corriqueiro, fez circular certos hábitos. A vida estava impressa nas folhas da *Gazeta*, educando seus leitores semana após semana, conformando o dia a dia. O periódico fazia circular não currículos ocultos, tampouco informações sublimares, mas o preto no branco; grafava o certo e nem mencionava o errado, em dizeres que eram capitaneados principalmente pelos anúncios e nos quais os próprios leitores faziam ecoar seus quereres. Coincidência ou não, o jornal sobreviveu a toda a estada do rei D. João VI no Brasil: chegou com ele e fechou suas portas um pouco após sua partida.

Um terremoto, uma biblioteca, um jornal: três eventos que, de imediato, não oferecem nenhuma cumplicidade explícita, tampouco continuidade. Perscrutando cada um deles com um olhar genealógico, entretanto, foi possível determinar um *leitmotiv* que percorreu as três narrativas: o nascimento da ideia de população. Não se tratou de uma discussão sobre as identidades ou mesmo sobre as alteridades, mas sobre a emergência de racionalidades políticas e econômicas em relação ao conjunto de habitantes de determinado local, para além da lógica que vinculava o número de súditos ao poderio da monarquia.

O que encontramos foram gestos: consubstanciar uma linhagem de nobres, produzindo um passado e preservando-o; formar príncipes e fidalgos por meio de um tratado pedagógico, o qual apresentava modos de governar por meio das iniciantes guarda e produção de saberes; prelecionar o governo das almas e dos corpos, fosse pelo mote da força católica, fosse pelo tom da gerência administrativa do Estado na adequação dos espaços e na acomodação das coexistências dos súditos, mediante a urgente necessidade de reinventar uma cidade e seus habitantes; elaborar um cotidiano, modos de existência, maneiras de ser e de não ser, na laboriosa tarefa de produzir um

povo, governando multiplicidades a fim de criar um pertencimento e, novamente, uma memória que transformasse os vassalos em uma população.

Assim, a ideia de população que liga os três eventos surge na problemática de “como se governar, como ser governado e como governar os outros” (FOUCAULT, 2008e, p. 118), questão que se afirmou em épocas de deslocamentos e realinhamentos dos processos de gestão da vida.

Na tentativa de identificar os pontos a partir dos quais se foram formulando as diretrizes que norteariam as resoluções dos problemas de governo, fosse na forma política – o governo do outro –, fosse na configuração ética – o governo de si –, isolamos três elementos que lastrearam as claudicantes ações de condução das condutas, ações estas que avançavam e retrocediam num percurso nem linear, nem sequencial.

O primeiro – a política de memória que percorreu os eventos – foi proveniente de uma operação intelectual que atribuiu ao passado uma certa inteligibilidade. Nessa acepção, a memória confunde-se com a própria noção de história – uma memória que operou tanto na aurora de uma biblioteca portuguesa, desde os idos do século XIV, percorrendo todo o seu intempestivo destino, quanto nas notícias que circulavam na *Gazeta* brasileira no início do século XIX; uma memória paulatinamente construída e selecionada de modo a estabelecer laços de filiação, gênese, continuidade. Assim, a força daquela política criou possibilidades de pertencimento, produzindo um cenário em que cada um pôde reconhecer quem era, a qual lugar pertencia e como se portavam seus iguais. Eram atributos componentes de uma população, portanto, o que se via nas memórias do Reino.

O segundo elemento – a circulação – fez-se presente no terremoto e na instalação da Corte portuguesa no Brasil, quando houve tanto políticas e estratégias de contenção e cerceamento, quanto operações de intervenção nas cidades e nos modos de comunicar-se com os súditos a fim de constituir dinâmicas de circulação. Tratou-se, portanto, de gerir as relações dos sujeitos tanto na esfera material, quanto na dimensão discursiva, com vistas à criação de condições mais favoráveis para a existência e a convivência do conjunto heterogêneo de habitantes.

O terceiro – a educação – amalgama os dois anteriores. Os impressos contribuíram para a consolidação do poderio do rei e de seu governo, atuando

diretamente na formação de uma realeza, e, a partir do momento em que os habitantes entraram nos cálculos de gestão do Estado, colaboraram para a educação dos súditos, firmando-se como instrumentos estratégicos na condução das condutas. Realidades a serem incorporadas, modos de se conduzir, valores para se nortear, enfim: um conjunto de verdades que constituíram um sistema de inteligibilidade sobre um mundo a habitar e sobre um si a constituir. Tanto a memória conservada na Biblioteca de modo diretamente vinculado aos anseios do rei, quanto a circulação de dizeres por parte da *Gazeta*, inerente aos cálculos de gestão do Estado, operaram na construção de um passado, na elaboração de um presente e na projeção de um futuro, coadjuvando na educação de seus leitores, fossem fidalgos ou vassalos. Uma conjunção fundamental para se erigir uma nova ordem social e política.

Desse modo, a instauração da Biblioteca Real iniciou a construção da memória de um povo e da educação dos príncipes. Já o terremoto produziu uma fenda naquele presente, fazendo com que nascessem as ideias de reconstrução e reinvenção de uma nova cidade, de um novo súdito, de um conjunto de habitantes mais produtivos, a povoar uma cidade livre, desimpedida das ruelas e dos becos, na qual pudessem circular mercadorias, pessoas e ar. O jornal do Rio de Janeiro, por sua vez, operou no intuito de expandir o alcance dos impressos. Sem esquecer as diferenças entre os livros quase sagrados resguardados por uma biblioteca e as folhas do jornal, com sua forma bem mais profana, pode-se dizer que ambos fizeram circular a memória, ampliando o alcance do pertencimento a um povo e a um lugar, educando os súditos, oferecendo modos de existir e contribuindo, enfim, para a invenção de uma população.

Outro fator fundamental desse intricado jogo de memória, circulação e educação é a constituição de um sistema de veridicção que legitima e falseia enunciados, criando todo um regime de verdade que opera na ratificação de determinados modos de existência. Assim, tanto no âmbito da circulação de impressos, quanto em seu acúmulo, temos a necessidade – nem tão moderna assim – da guarda e da divulgação de saberes, os quais operam como experiências de veridicção tão passageiras quanto eficientes.

Nessa investigação devotada às linhagens, encontramos elementos de outros começos; apercebemo-nos de que, no âmago do mais banal de nossos gestos cotidianos, não há nem autenticidade, nem essência, mas o eclodir de diversos colapsos e embates, bem como a forja de condutas às custas de lutas e derrotas sangrentas. Nesse sentido, as

letras daqueles impressos, elevadas à categoria de evidências, teriam constituído um horizonte possível para ancorar a existência; por serem tornadas verídicas, teriam sido silenciosamente loquazes.

Em vez de interrogar a legitimidade ou a veracidade de tais discursos, foi necessário compreender de que modo eles abriram um campo de experiência em que o sujeito se educava e se constituía; um campo no qual a ideia de pertencimento foi objeto de uma pronunciada racionalização ético-política. Ademais, a partir de tais cenários, fez-se igualmente necessário analisar o modo como, por meio de discursos verdadeiros, os homens ali governaram a si e aos outros.

As referidas convocações – tanto aos sobreviventes de um dos mais catastróficos terremotos europeus, quanto aos moradores de uma quase vila colonial elevada ao estatuto de Corte de um império – despontam como um manancial de enunciados baseados em fatores como memória, nacionalidade e comprometimento, os quais, a nosso ver, passam a constituir o quadro de referências de um novo projeto sociopolítico, cujos ecos atravessam o presente do País.

Os textos que compuseram o arquivo analisado têm um brilho. Eles reluzem aos olhos e trazem, em português arcaico, uma linguagem decorada, lisonjeira, como se feita de fitilho e bordada em ponto delicado. Eles esculpem tanto os esplendores quanto as cóleras daquelas circunstâncias, em palavras necessárias e quase banais a uma época, mas raras e adventícias às compreensões atuais.

A investigação levada a cabo proporcionou, assim, um mergulho no saber cotidiano dos séculos passados, o confronto com uma grade de inteligibilidade que, embora tão distante, não é tão díspar, nem tão desconhecida. A leitura dos textos que constituíram este trabalho ofereceu uma imersão que provocou sonhos e noites insones, num efeito de espanto, de susto, de sorrisos sagazes, de tristezas também e – como bem define Foucault (2006b) – de abalo das fibras do corpo e do espírito.

Aquelas tantas vidas que povoaram a Biblioteca, que sobreviveram ao terremoto ou nele pereceram, que chegaram no Brasil, bem como as que aqui já habitavam, fizeram parte de momentos de um mundo, de um país e de um existir que hoje reverbera tenuamente em nós.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. São Paulo: Edusc, 2007.

ALMEIDA, Luís Ferrand de. D. João V. e a Biblioteca Real. **Revista da Universidade de Coimbra**, Coimbra, v. 36, p. 413-438, 1991.

AQUINO, Julio Groppa. Disjunção, dispersão e dissensão da educação contemporânea. In: SARAIVA, Karla; MARCELLO, Fabiana de Amorim (Orgs.). **Estudos culturais e educação: desafios atuais**. Canoas: ULBRA, 2012. p. 137-158.

ARCHER, Maria. Tipos populares: o moço dos fretes. **Revista Municipal**, Lisboa, n. 8, p. 53-56, 1941.

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Policia da Corte, código 323, v. 1, 1809.

ARTIÈRES, Philippe. A exatidão do arquivo. In: ARTIÈRES, Philippe et al. **Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 137-141.

ASSIS, Raquel Martins de; MARTINS, Juliana de Souza. Faculdades da alma e suas implicações para a educação: saberes divulgados no século XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 97-113, jan./mar. 2012.

AZEVEDO, João Lúcio de. **O marquês de Pombal e a sua época**. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1922.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. São Paulo: Ática, 1990.

BAPTISTA, Luis Antonio. **A cidade dos sábios**. São Paulo: Summus, 1999.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa Brasil: 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

BARRETO, D. Jose Trazimundo Mascarenhas. **Memórias do marquês de Fronteira e D'Alorna**: ditados por êle próprio em 1861. 1ª parte. ed. rev. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

BIELER, Ludwig. **Historia de la literatura romana**. Madrid: Editorial Gredos, 1968.

BRAGA, Theophilo. **O povo portuguez nos seus costumes, crenças e tradições**. Lisboa: Livraria Ferreira, 1885.

BRANDÃO, Mario. **Coimbra e D. Antonio**. v. 3. Coimbra: Oficinas Atlântida, 1939.

BUTIÑA, Francisco. **Pombal y Malagrida: persecución anti-jesuitica en Portugal**. Barcelona: Imprenta de Francisco Rosal y Vancell, 1902.

CAMÕES, Luis de. **Os Lusíadas**. Lisboa: Tip. da Biblioteca Nacional, 1921.

CARBONEL, Antonio. **Encyclopedia metódica: fábricas, artes y ofícios**. Tomo I. Madri: Imprenta de Sancha, 1794.

CARDOSO, Arnaldo Pinto. **O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa: correspondência do Núncio Filippo Acciaiuoli (arquivos secretos do Vaticano)**. Lisboa: Alétheia Editores, 2013.

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **A Gazeta do Rio de Janeiro: subsídios para a história da cidade (1808-1821)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

CARTA ANÓNIMA. Lisboa, 18 de novembro de 1755. In: SOUSA, Maria Leonor Machado de; NOZES, Judite da Conceição Evaristo (Orgs.). **O terramoto de 1755: testemunhos britânicos**. Lisboa: Ed. Lisóptima/The British Historical Society of Portugal, 1990a.

CARTA ANÓNIMA. Lisboa, 19 de novembro de 1755. In: SOUSA, Maria Leonor Machado de; NOZES, Judite da Conceição Evaristo (Orgs.). **O terramoto de 1755: testemunhos britânicos**. Lisboa: Ed. Lisóptima/The British Historical Society of Portugal, 1990b.

CARVALHO, Rómulo de. **Actividades científicas em Portugal no século XVIII**. Évora: Universidade de Évora, 1996.

CARVALHO E MELO, Sebastião José de. **Memórias secretíssimas do marquês de Pombal e outros escritos**. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.

CASTELO, José Aderaldo. **Manifestações literárias da Era Colonial (1500-1808/1836)**. São Paulo: Cultrix, 1960.

CHANTAL, Suzanne. **Vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto**. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

CHASE, Thomas. Narrativa do Sr. Thomas Chase do Terremoto de Lisboa. In: SOUSA, Maria Leonor Machado de; NOZES, Judite da Conceição Evaristo (Eds.). **O Terramoto de 1755: testemunhos britânicos**. Lisboa: Ed. Lisóptima/The British Historical Society of Portugal, 1990. p. 81-125.

COSER, Miriam Cabral. A dinastia de Avis e a construção da memória do reino português: uma análise das crônicas oficiais. **Revista Especiaria**, Ilhéus, v. 10, n. 18, p. 703-727, jul./dez. 2007.

CUNHA, Lygia da Fonseca da. Real Biblioteca. Apontamentos sobre seu acervo. In: **Anais do seminário internacional D. João VI: um rei aclamado na América**. Rio de Janeiro: Museu de História Nacional, 2000. p. 208-220.

CUNHA, Mafalda Soares da. **A Casa de Bragança: 1560-1640**. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

D. JOÃO I. **Livro da montaria**. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Sciencias, 1918.

DEL PRIORE, Mary. **O mal sobre a terra: uma história do terremoto de Lisboa**. Rio de Janeiro: Top Books, 2003.

DELAMARE, Nicolas. **Traité de la police où l'on trouvera l'histoire de son établissement, les fonctions et les prerogatives de ses magistrats**. Tome I. Paris: Jean & Pier e Cot., 1705.

DENIPOTI, Cláudio; FONSECA, Thais Nivea de Lima. Censura e mercê: os pedidos de leitura e posse de livros proibidos em Portugal no século XVIII. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 139-154, jul./dez. 2011.

DOMINGOS, Manuela. Para a história da Biblioteca da Real Mesa Censória. **Revista da Biblioteca Nacional**. Lisboa, v. 2, n. 7, p. 137-158, jan./jul. 1992.

DYNES, Russell R. The dialogue between Voltaire and Rousseau on the Lisbon earthquake: the emergence of a social science view. **International Journal of Mass Emergencies and Disastres**, v. 18, n. 1, p. 97-115, mar. 2000.

ECKART, Anselm. **Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal**. Braga: Secretariado Nacional do Apostolado a Oração; São Paulo: Edições Loyola, 1987.

FALCON, Francisco Jose Calazans. **A época pombalina política econômica e monarquia ilustrada**. São Paulo: Ática, 1993.

FARGE, Arlette. Penser et définir l'événement en histoire. **Terrain**, Paris, n. 38, mar. 2002. Disponível em: <<http://terrainrevues.org/1929>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

_____. **Quel bruit ferons-nous?** Entretiens avec Jean-Christophe Marti. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2005.

_____. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FONDA, Enio Aloisio. O ecletismo filosófico de Horácio. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 20, n. 1, p. 57-69, 1997.

FONSECA, Francisco. **Évora gloriosa: epílogo**. Roma: Officina Komarekiana, 1728.

FONSECA, João Duarte. **1755: o terramoto de Lisboa**. Lisboa: Argumentum, 2005.

FONTES, Simone Aparecida. Luís Joaquim dos Santos Marrocos: memórias de um bibliotecário português nos trópicos. In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 2014, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400212108_ARQUIVO_TextocompletodeSimoneAparecidaFontes_6379257_.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: _____. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a. (Ditos e Escritos, v. V).

_____. A vida dos homens infames. In: _____. **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p. 203-221. (Ditos e Escritos, v. IV).

_____. *Omnes et Singulatim*: uma crítica da razão política. In: _____. **Estratégia poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c. p. 355-385. (Ditos e Escritos, v. IV).

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. Michel Foucault explica seu último livro. In: _____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b. p. 145-152. (Ditos e Escritos, v. II).

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

_____. Nietzsche, a genealogia, a história. In: _____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008d. p. 260-281. (Ditos e Escritos, v. II).

_____. Nietzsche, a genealogia, a história. In: _____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008e. p. 260-281. (Ditos e Escritos, v. II).

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008f.

_____. Entrevista com Michel Foucault. In: _____. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a. p. 192-210. (Ditos e Escritos, v. VII).

_____. O Mallarmé de J.P. Richard. In: _____. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011b. p. 185-195. (Ditos e Escritos, v. III).

_____. **O corpo utópico, as heterotopias.** São Paulo: n-1 Edições, 2013.

_____. **Do governo dos vivos.** São Paulo: WF Martins Fontes, 2014a.

_____. O nascimento de um mundo. In: _____. **Filosofia, diagnóstico do presente e verdade.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b. p. 51-54. (Ditos e Escritos, v. X).

FRANÇA, Aldaires Souto. **Uma educação imperfeita para uma liberdade imperfeita:** escravidão e educação no Espírito Santo. (1869-1889). Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

FRANÇA, José Augusto. **Lisboa pombalina e o iluminismo.** Lisboa: Horizonte, 1965.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **Os reinos dos cronistas medievais** (Século XV). São Paulo: Annablume, 2006.

FREIRE, Francisco José. **Memorias das principaes providencias,** que se deraõ no terremoto, que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755, ordenadas, e offerecidas à Majestade Fidelissima de Elrey D. Joseph I. Nosso Senhor. Lisboa, 1758.

GACHARD, Louis Prosper. **Lettres de Philippe II à sesfilles, les infantes Isabelle et Catherine, écrites pendant sonvoyageen Portugal** (1581-1583). Paris: E. Plon, Nourritet C^{ie} – Imprimeurs-Éditeurs, 1884.

GAZETA DE LISBOA. **Lisboa:** officina de Manoel Soares, n. 45, p. 7, 6 nov. 1755.

_____. **Lisboa:** officina de Manoel Soares, n. 46, p. 9, 13 nov. 1755.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Impressão Régia, n. 1, 14 set. 1808.

_____. Rio de Janeiro: Impressão Régia, n. 5, 14 out. 1808.

_____. Rio de janeiro: Impressão Régia, n. 30, 24 dez. 1808.

_____. Rio de Janeiro: Impressão Régia, n. 50, 4 mar. 1809.

_____. Rio de janeiro: Impressão Régia, n. 70, 13 maio 1809.

_____. Rio de Janeiro: Impressão Régia, n. 99, 23 ago. 1809.

_____. Rio de Janeiro: Impressão Régia, n. 131, 13 dez. 1809.

_____. Rio de janeiro: Impressão Régia, n. 3, 10 jan. 1810.

_____. Rio de janeiro: Impressão Régia, n. 10, 3 fev. 1810.

- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 25, 28 mar. 1810.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 40, 19 maio 1810.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 48, 16 jun. 1810.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 78, 29 set. 1810.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 89, 7 nov. 1810.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 15, 21 nov. 1810.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 61, 31 jul. 1811.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 68, 24 ago. 1811.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 85, 23 out. 1811.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 6, 18 jan. 1812.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 23, 18 mar. 1812.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 24, 21 mar. 1812.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 74, 12 set. 1812.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 26, 31 mar. 1813.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 101, 18 dez. 1813.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 13, 12 fev. 1814.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 40, 18 maio 1814.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 99, 10 dez. 1814.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 17, 28 fev. 1816.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 27, 3 abr. 1816.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 71, 24 set. 1816.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 101, 16 dez. 1816.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 1, 1 jan. 1817.
- _____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 11, 5 fev. 1817.

_____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 63, 6 ago. 1817.

_____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 9, 31 jan. 1818.

_____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 13, 13 fev. 1819.

_____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 42, 26 maio 1819.

_____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 74, 15 set. 1819.

_____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 86, 27 out. 1819.

_____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 102, 22 dez. 1819.

_____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 7, 22 jan. 1820.

_____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 67, 19 ago. 1820.

_____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 46, 26 jun. 1821.

_____. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 67, 4 ago. 1821.

GAZETA EXTRAORDINÁRIA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, n. 26, 11 abr. 1809.

GONZALBO, Fernando Escalante. Voltaire mira el terremoto de Lisboa. **Cuadernos hispoamericanos**, Madrid, n. 600, p. 69-82, 2000.

GOULEMOT, Jean-Marie. Biblioteca, enciclopedismo e angústias da perda. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. p. 257-270.

HACKING, Ian. **Ontologia histórica**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro 2012.

HENRIQUES, Francisco da Fonseca. **Âncora medicinal para conservar a vida com saúde**. Lisboa: Oficina da Música, 1721.

HERNÁNDEZ MARCOS, Maximiliano. Un texto de Immanuel Kant sobre las causas de los terremotos, 1756. **Cuadernos Dieciochistas**, Salamanca, v. 6, p. 43-77, nov. 2005. Disponível em: <<http://revistas.usal.es/index.php/1576-7914/article/view/3769>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KENDRICK, Thomas Downing. **The Lisbon earthquake**. Philadelphia: J.B. Lippincott, 1955.

KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloisa (Orgs.). **Ensaio de história das ciências no Brasil**: das Luzes à nação independente. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

LAPA, Manuel Rodrigues. **Lições de literatura portuguesa**: época medieval. Coimbra: Coimbra Editora, 1981.

LEAL, Augusto Soares D'Azevedo Barbosa de Pinho. **Portugal antigo e moderno**: dictionario geographico, estatistico, chronographico, heráldico, archeologico, historico, biográfico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal. v. II. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1874.

LEÃO FILHO, Joaquim de Sousa. O Rio de Janeiro de Dom João. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 276, p. 74-89, 1967.

LEITÃO, Manuel da Silva. **Arte com vida, ou vida com arte. mui curiosa, necessária e proveitosa não só a médicos, e cirurgiões, mas ainda a toda a pessoa de qualquer estado, ou condição que seja, principalmente aos casados, e mais que a todos, aos noivos de pouco tempo, em a qual se encontra um regimento de paridas**. Lisboa Ocidental: Oficina de António Pedroso Galvão, 1738.

LEITE, Jose Luis Câmara. Da significação ao acontecimento: Foucault e a genealogia da experiência. In: RESENDE, Haroldo de; CARVALHO, Alexandre Filordi de (Orgs.). **Michel Foucault**: transversais entre educação, filosofia e história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 91-104.

LIMA, Manuel de Oliveira. **Dom João VI no Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1908.

LOPES, Fernão. **Chronicas de El-Rei D. João I**. Lisboa: Escriptório, 1897.

LORENZO, Ramon. Un fragmento dun manuscrito medieval do Livro da Montaria de D. João I de Portugal. **Verba: Anuario Galego de Filoloxía**, Santiago de Compostela, v. 27, p. 9-32, 2000.

LOUSADA, Maria Alexandre. The police and the uses of urban space. Lisbon, 1780-1830. **Apontamentos de Geografia**. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. 2003.

MACHADO, Diogo Barbosa. **Bibliotheca Lusitana historica, critica, e cronológica na qual se compreende a noticia dos autores portugueses, e das obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente oferecida à Augusta Majestade de D. João V. Nosso Senhor**. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MAGALHÃES, Anderson Salvaterra. Fundamentos éticos da esfera discursiva da imprensa no Brasil: um jogo de epígrafes e memórias. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 50, n. 1, p. 27-43, 2011.

MALAGRIDA, Gabriel. **Juizo da verdadeira causa do terremoto, que padeceo a corte de Lisboa no primeiro de novembro de 1755**. Lisboa: Officina de Manoel Soares, 1756.

MALERBA, Jurandir. **A Corte no exílio: civilização e poder às vésperas da Independência (1808 a 1821)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARQUES, António Henrique Rodrigo de Oliveira. Introdução. In: MONGELLI, Lênia Márcia. **A literatura doutrinária na Corte de Avis**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. XI- XXVI.

MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos. Cartas escritas do Rio de Janeiro à família em Lisboa (1811 a 1821). **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v. 56, p. 28-446, 1939.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. **História de Portugal**. tomo II. Lisboa: Viuva Bertrand, 1882.

_____. O terremoto: o marquês de Pombal. In: CARVALHO E MELO, Sebastião José de. **Memórias secretíssimas do marquês de Pombal e outros escritos**. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

MASON, Stephen Finney. **História da ciência**. Porto Alegre: Editora Globo, 1962.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **Imprensa e poder na Corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

MENDONÇA, Joachim Joseph Moreira de. **História universal dos terremotos que tem havido no mundo, de que ha noticia, desde a sua criação até o seculo presente...** Lisboa: Officina de Antonio Vicente da Silva, 1758.

MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MONGELLI, Lenia Marcia (Coord.). **A literatura doutrinária na corte de Avis**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MORAES, Mello. **Historia da trasladação da Corte Portugueza para o Brazil em 1807 e 1808, que contém a história da descoberta e fundação da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, os diversos nomes que tiveram as suas ruas e as chacaras, por onde passaram, precedido pela physionomia social, moral e politica**. Rio de Janeiro: Livraria da Casa Imperial, 1872.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Política e natureza no reformismo ilustrado de d. Rodrigo de Sousa Coutinho. In: PRADO, Maria Emília. **O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Acess, 1999.

MURY, Paul. **Historia de Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus**, apóstolo do Brazil no seculo XVIII estrangulado e queimado no Largo do Rocio de Lisboa aos 21 de setembro de 1761. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Ca, 1875.

NADAF, Yasmin J. Imagem da educação feminina na imprensa de Mato Grosso. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 4, n. 6, p. 71-90, jun./dez. 1995.

NAUDÉ, Gabriel. **Advis pour dresser une Bibliothèque**. Réimpression. Paris: Isidore Liseux Éditeur, 1876.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; GARCIA, Lúcia Maria Cruz. Impressão Régia. In: VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (Orgs.). **Dicionário do Brasil Joanino: 1808-1821**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

NORTON, Luís. **A Corte de Portugal no Brasil**: notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da imperatriz Leopoldina, São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1979.

O'NEILL, Thomas. **A concise and accurate account of the proceedings of the squadron under the command of Rear Admiral Sir Will Sidney Smith, K.C., in effecting the escape, and escorting the royal family of Portugal to the Brazils, on the 29th of November, 1807**. And also the sufferings of the royal fugitives during their Voyage from Lisbon to Rio de Janeiro with a variety of other interesting and autentic facts. London: R. Edwards, 1809.

OLIVAL, Fernanda. **As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: Estar, 2001.

OLIVEIRA, Anelise. A educação entendida como civilização: medidas instrutivas realizadas no Rio de Janeiro durante o período joanino (1808-1821). **Saberes**, Natal, v. 1, n. 11, p. 157-169, fev. 2015.

OLIVEIRA, José Carlos de. A cultura científica e a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821). **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 29-58, 1997.

PAICE, Edward. **A ira do Deus**. São Paulo: Record, 2011.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 104, p. 144-161, jul. 1998.

PEDEGACHE, Miguel Tibério. **Nova, e fiel relação do terremoto, que experimentou Lisboa, e todo o Portugal no dia 1º de novembro de 1755**. Lisboa: Officina de Manoel Soares, 1756.

PEREIRA, Angelo. **Os filhos de el-Rei D. João VI**: reconstituição histórica com documentos inéditos que, na sua maioria, pertenceram ao Real Gabinete. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946.

PEREIRA, Francisco Maria Esteves. Introdução. In: JOÃO I, D. **Livro da montaria**. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Sciencias, 1918. p. V- XXX.

PERESTRELO, Josefina Pinto Carneiro **Factos Notaveis da Historia Portugueza e Biographia do Marquez de Pombal**. Lisboa: Typographia de Christovão Augusto Rodrigues, 1882.

PINHEIRO, Ana Virginia. Da Real Biblioteca à Biblioteca Nacional. In: **Brasiliana da Biblioteca Nacional**: guia das fontes sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001. p. 214-244.

PITA, Sebastião da Rocha. **História da América Portugueza, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento até o de mil e setecentos e vinte e quatro, offerecida à Magestade Augusta Del-Rei D. João V, Nosso Senhor, composta por Sebastião da Rocha Pitta, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, Cavalleiro Professo da Ordem de Christo, Coronel do Regimento da Infantaria da Ordenança da Cidade da Bahia, e dos Privilegiados della, e Academico Supranumerario da Academia Real da Historia Portugueza**. Lisboa: José Antônio da Silva, 1730.

PORTUGAL. **Ley para se prenderem os deliquentes antes da culpa formada nos crimes &c.**. 19 out. 1754. Disponível em: <<https://archive.org/details/leyparaseprender00port>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

RATTON, Jacome. **Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo**: de maio de 1747 a setembro de 1810. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.

RIBEIRO, José Silvestre. **História dos estabelecimentos scientificoslitterarios e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia**. Tomo I. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822**: um breve estudo sobre a informação. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1988.

RODRIGUES, Matias. **Vida do padre Gabriel Malagrida**. Belem do Pará: Centro Cultural e Formação Cristã, 2010.

ROMÃO, Miguel Lopes. **Pervertidos, duvidosos e melhorados**: prisão, degredo e pensamento penitenciário em Portugal. Tese (Doutoramento em Ciências Histórico-Jurídicas) – Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

RUDERS, Carl Israel. **Viagem a Portugal**: 1798-1802. Lisboa: Biblioteca Nacional; Secretária do Estado da Cultura, 1981.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Jean Andoche Junot. In: VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (Orgs.). **Dicionário do Brasil joanino**: 1808-1821. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos. **Memorias para servir a historia do reino do Brazil**: divididas em tres epocas da felicidade, honra, e gloria, escriptas na Corte do Rio de Janeiro no anno de 1821, e offerecidas à S. Magestade El Rey Nosso Senhor o Senhor D. João VI. Tomo II. Lisboa: Impressão Regia, 1825.

SANTOS, Zulmira Coelho dos. Entre Malagrida e Pombal: as “Memórias” da última Condessa de Atouguia. **Península: Revista de Estudos Ibéricos**, Porto, n. 2, p. 401-416, 2005.

SARAIVA, Antonio Jose. **História da literatura portuguesa**. Portugal: Porto Editora, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis**: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **O livro dos livros da Real Biblioteca**. São Paulo: Fundação Odebrecht, 2003.

_____. D. João VI e os livros no Brasil: o caso da Real Biblioteca. **Revista Convergência Lusíada**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 67-99, 2007.

SECCO, Visconde do Rio. **Exposição analytica, e justificativa da conducta e vida publica do Visconde do Rio Secco, desde o dia 25 de novembro de 1807, em que sua magestade fidelissima o incumbiu dos arranjamentos da sua retirada para o Rio de Janeiro, até 15 de setembro de 182, em cujo o ano dimittira todos os lugares e empregos de responsabilidade de fazenda**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.

SERRA, José Correa da. **Collecção de livros ineditos de historia portugueza, dos reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II**. Tomo I. Lisboa: Officina da Academia Relas das Sciencias, 1790.

SERRÃO, Joaquim Verríssimo. **História de Portugal**. Lisboa: Verbo 1996.

SILVA, José Custódio Vieira da. A iluminura medieval: algumas reflexões. In: MIRANDA, Maria Adelaide; NASCIMENTO, Aires Augusto (Orgs.). **A iluminura em Portugal: identidade e influências**. Lisboa: B.N., 1999.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

_____. A Intendência Geral da Polícia: 1808-1821. **Acervo: Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-204, jul./dez. 1986.

_____. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: Edunesp, 2005.

_____. **A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.

_____. “Embelezar e enobrecer” a sede da Corte. In: MARTINS, Ismenia; MOTTA, Marcia (Orgs.). **1808: a Corte no Brasil**. Niterói: Editora UFF, 2010.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil**. 2007. 246f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SOUSA, Antonio Caetano de. **Historia genealogica da Casa Real portuguesa, desde sua origem até o presente, com as familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança, justificada com instrumentos, e escritores de inviolável fé, eofferecida a ElRey D. João V. Nosso Senhor**. Lisboa: Officina Joseph Antonio da Silva, 1735.

SYLVA, Francisco Xavier da. **Elogio funebre, e histórico do muito alto, poderoso, augusto, pio e fidelíssimo Rey de Portugal, e senhor D. João V. em que se referem as acçoens da sua religião, piedade, clemencia, justiça, liberalidade**; as fundações tanto sagradas, como civis; os sucessos do tempo da guerra, e da paz; as victorias, que as armas lusitanas alcançaram no Estado da India no seu reynado; com huma relação da enfermidade, morte, e mais actos, que precederão até o deposito do seu real cadáver. Dedicado à sempre augusta majestade fidelíssima de D. Joseph I. nosso senhor. Lisboa: Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1750.

TAVARES, Rui. **O pequeno livro do grande terramoto**. Lisboa: Tinta da China, 2010.

TÁVORA, Marianna Bernarda de. **Memorias da última condessa de Atougua: manuscrito autobiográfico**. Santiago de Compostela: Pontevedra, 1916.

TERROU, Fernand; ALBERT, Pierre. **História da imprensa**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

VAL, Gisela Maria do; AQUINO, Julio Groppa. A ordem do discurso jornalístico sobre educação: uma análise das matérias da Folha de S. Paulo de 1996 a 2006. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 93-100, mar. 2013.

VASCONCELOS, Joaquim de. **Os músicos portugueses**. Porto: Imprensa Portuguesa, 1870.

VAUX, James Hardy. **Memoirs of James Hardy Vaux**. Londres: W. Clowes, 1819.

VENTURI, Franco. **Utopia e reforma no Iluminismo**. Bauru: EDUSC, 2003.

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Sêneca e o estoicismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

VIANA, Paulo Fernandes. Abreviada demonstração dos trabalhos da Polícia em todo tempo que a servio o desembargador do paço Paulo Fernandes Viana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo 55, parte I, p. 373-380, 1892.

VIEIRA, António. **Sermões**. Tomo I. São Paulo: Hedra, 2000.

VITERBO, Sousa. **A Livraria Real especialmente no reinado de D. Manuel**. Lisboa: Typographia da Academia, 1901.

WIED-NEUWIED, Maximilian Alexander Philipp. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

WILCKEN, Patrick. **Império à deriva: a Corte portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.